

Iraildes Caldas Torres



AS
PRIMEIRAS-DAMAS
E A ASSISTÊNCIA
SOCIAL

relações de gênero e poder

2ª edição
revisada e atualizada

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPAZ

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvania de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Iraildes Caldas Torres

**AS PRIMEIRAS-DAMAS
E A ASSISTÊNCIA SOCIAL:
relações de gênero e poder**

**- 2ª edição -
revisada e atualizada**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Iraildes Caldas Torres

**AS PRIMEIRAS-DAMAS
E A ASSISTÊNCIA SOCIAL:
relações de gênero e poder**

**- 2ª edição -
revisada e atualizada**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2019



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Foto de capa

Gleilson

Revisão Técnica

Michel Justamand

Revisão de língua

Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T693i - TORRES, Iraildes Caldas

As primeiras-damas e a assistência Social: relações de gênero e poder/
Iraildes Caldas Torres. 2ª Edição. São Paulo: Alexa Cultural / Manaus:
EDUA, 2019

14x21cm -186 páginas

ISBN 978-85-5467-118-1

1. Assistência Social - Brasil - 2. Primeiras-damas - Brasil.

Título 02-3712

CDD-361.30981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Assistência social e primeiras-damas: Serviço social

361.30981

2. Brasil: Primeiras-damas e assistência social: Serviço social

361.30981

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa
da autora e do editor.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Para:
Cândida Gonzaga Caldas, mulher guerreira,
conscienciosa e matriarcal

“Onde faltar a mão da mulher há de gemer a dor.”
Santo Agostinho

Prefácio

A análise de Iraildes Caldas Torres traz para debate a desnaturalização de uma conduta frequente no Brasil: o trabalho social da mulher do governante. Digo desnaturalização porque, desde Eva Peron na Argentina e Darcy Vargas no Brasil, a figura da mulher do governante ganhou espaço de força social e política.

É certo que no Brasil as mulheres tiveram direito a voto tão só em 1932, porém, sua luta data de muitos anos antes. Em 1942, ou seja, dez anos após, surge a força de Dona Darcy organizando o voluntariado em campanha de apoio aos soldados brasileiros que lutavam na segunda guerra mundial. Este movimento conclamou as mulheres dos governantes à missão nacional que posteriormente se consolidou na Legião Brasileira de Assistência.

Atenção, não era um movimento feminino ou feminista, mas “a arte política” da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como um apêndice do governante para a área de ação social sob ótica totalmente assistencialista. Desde então, mulheres, filhas ou esposas de governantes e ditadores, ocuparam espaço político como Yolanda Costa e Silva, Lucy Geisel, Rosane Collor ou Ruth Cardoso de modos diversos, com maior ou menor autonomia pessoal face ao líder que ocupava o posto de governo.

Iraildes nos traz em seu estudo uma frase emblemática de Antonieta Mestrinho, primeira-dama do Estado do Amazonas que, em entrevista concedida à pesquisadora, diz “a primeira-dama deve ser mediadora, embora fora de cargos executivos, deve representar o suporte no qual o marido encontre sustentação”.

É interessante, e talvez perverso do ponto de vista da democracia e da cidadania, que a relação privada de esposa alce a condição pública de provedora social através da benemerência e do favor. Iraildes coloca claramente a estratégia de legitimidade do governante perante os mais pobres vinculada a essa prática como característica desse trânsito “privado-público” exercido pela mulher/esposa do político.

Do ponto de vista do direito e da cidadania, a ação social paralela ao governo realizada pela primeira-dama é a antipresença do direito e a configuração plena da benemerência como prática do favor. Este caráter é inerente ao fato de ser “esposa do governante” mesmo que a personalidade dessa mulher e sua ética pessoal nas relações sociais seja de outra ordem. Não se trata sequer de uma ação filantrópica pois esta é de âmbito privado exercida com dinheiro particular e não público ainda que o cidadão possa descontar suas doações do imposto de renda. São as doações que fazem viver projetos culturais, de defesa ambiental e de várias ONGs e entidades assistenciais privadas.

A benemerência, com respaldo governamental, foi abolida pela Constituição de 1988 ao criar a assistência social como direito de seguridade, isto é, como proteção social. Há que se distinguir, fortemente, a assistência social de uma prática pessoal e até mesmo grupal para seu estatuto de política social. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS torna esse trânsito muito claro ao defini-la como dever para o Estado e direito do cidadão à seguridade. A ação governamental deve ser submetida à orçamentação, ao controle social e à universalização de direitos, o que na prática, não se estabelece nas ações de benemerência.

O exercício *ad hoc* da benemerência não é instrumento de justiça social. Ele inclui excluindo da cidadania. Práticas pessoais de ajuda estão no âmbito de comportamentos e atitudes pessoais às quais não se interpõem julgamentos de transgressão à lei pelo uso dos recursos privados e próprios. Já a benemerência com dinheiro público se inscreve em outra situação, pois se trata do uso por um dirigente ou seu preposto, do recurso de orçamentação pública. Neste caso, ingressamos no campo do uso irregular do que é público distribuído em caráter pessoal através de favores dos quais advém benefícios pessoais pecuniários ou políticos. Aqui ocorre a infringência da lei e possível crime de peculato.

Tradicionalmente a benemerência tem sido usada como alibi da transgressão. Assim é a liberação dos jogos de azar, cuja legalização depende do uso dos recursos deles advindos na benemerên-

cia. Ou ainda, a persistente situação criada no tempo da ditadura militar em que, parlamentares federais e mesmo estaduais, dispunham, e ainda dispõem, de verbas públicas para subvencionar, em nome próprio, entidades sociais e fundações cuja “propriedade”, não raras vezes, pertence a familiares desses mesmos parlamentares.

O caráter público da assistência social tem sérias dificuldades em ser claramente instituído e obedecido no Brasil face a tradição populista da política patrimonialista e conservadora de nosso país.

O escândalo paulistano conhecido por “Pitta-Gate”, onde Nicéia Camargo, a esposa do Prefeito e primeira-dama do Centro de Apoio Social e Atendimento - CASA, entidade privada que se diz pública, mostrou o conjunto de irregularidades praticadas nesta pouco clara passagem das duas esferas de vida: a privada e a pública.

É interessante registrar que não existem situações de “primeiros-damos”. Estamos à frente de uma função considerada feminina o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante plena do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso parece caber a ela ser tão só acompanhante e não titular.

Iraildes nos mostra que desde a década de 60 as relações de gênero passam no Brasil por um redimensionamento, até mesmo epistemológico, envolvendo, inclusive, o imaginário social quanto a relação entre a mulher e a política.

O estudo demonstra a prevalência da cultura do patriarcado associada ao primeiro-damismo no imaginário da sociedade brasileira.

Neste permear de relações entre gênero e poder é preciso tecer séria crítica ao processo que vincula a figura da mulher à condição de obstáculo à cidadania e à democracia.

Embora a pesquisadora tenha em seu trabalho desmistificado a figura da mulher subserviente entendo que o paternalismo que a função de “primeira-dama” traz em sua gênese é incompatível com a noção republicana da cidadania. Ela nos diz: “de modo geral, a pesquisa indica que as mulheres primeiras-damas estão construindo poderes próprios junto às classes subalternas, são espécies de micro-

poderes que elas vão conquistando no desempenho de seus papéis sociais e nas relações que travam com os usuários dos serviços sociais. Os dados revelam que em alguns casos as mulheres primeiras-damas possuem mais popularidade do que o marido governante, fato que contribui significativamente para o reconhecimento do governo junto às classes subalternas”.

Iraildes, buscando conhecer o imaginário de assistentes sociais sobre essa atuação revela que a grande crítica apresentada se faz quanto ao tipo de relação de caráter subalterno estabelecida entre a “benefactora e o pobre”. Chegam a propor que as primeiras-damas mudem sua consciência rompendo a prepotência de seu cargo perante a população.

Quero aqui tecer uma consideração que me parece fundamental. Muitas primeiras-damas são empregadoras de assistentes sociais nas fundações governamentais. Não me parece que, se tais “*governantes ad hoc*” mudarem sua relação com o povo a questão da cidadania se resolva. Não se trata de docilizar o modo da ação, mas de radicalizar, pela extinção de sua forma que é geneticamente patriarcal.

A prática do nepotismo, o emprego de parentes no exercício da função pública de um governante, parlamentar ou dirigente não parece ser a melhor conduta democrática e pautada no interesse público. Mais ainda, a LOAS é explícita quando afirma que deve ocorrer o comando único no campo da assistência social. Não é raro, a começar do governo federal, a permanência do duplo comando entre o órgão oficial e o órgão/entidade da primeira-dama a conflitar em ações de benemerência paralelas com isto colaborar com o desmanche de um possível direito à proteção social através da instituição da política de assistência social gerida pela administração direta e submetida a controle social.

Iraildes ao examinar todos esses conflitos em uma região do Brasil, o Amazonas, Estado marcado por sérias questões de discriminação cultural à população indígena – onde não raro ocorre a presença da mentalidade colonialista – nos traz sérias questões para a consagração da democracia para todos os brasileiros.

Afinal, quem são os brasileiros reconhecidos como tendo a ter direitos? A Constituição nos responde: *todos*. Todavia, cabe a questão: será que, de fato, todos, a começar de homens e mulheres públicos, entendem o direito à igualdade a ter direitos extensivos a todos?

Convido-os à análise dos dados da pesquisa de Iraildes Caldas Torres. Ela nos traz, de forma brilhante, elementos para formular a resposta a estas questões cruciais à cidadania e aos direitos.

Aldaíza Sposati
Professora Titular de Pós-Graduação em Serviço Social
da PUC em São Paulo, Argentina e Portugal.

Sumário

Prefácio	09
Apresentação	17
Introdução	23
Capítulo 1	35
Os papéis sociais no contexto da educação e das relações de gênero	
1.1. A construção dos papéis sociais no processo sociocultural e educativo	35
1.2. A compreensão do gênero no contexto das relações sociais e da educação formal	48
1.2.1 Assimetria de gênero no processo da educação formal: a formação da mulher	62
Capítulo 2	71
Relações de poder e memória das primeiras-damas na sociedade brasileira	
2.1. Origem do primeiro-damismo no Brasil e suas relações com o poder	71
2.2. Representação social do primeiro-damismo na sociedade brasileira	81
2.3. O poder local e a origem do primeiro-damismo no Amazonas	95
Capítulo 3	115
Representação de papéis das primeiras-damas na cidade de Manaus	
3.1. Assistência social e voluntariado: o apogeu do primeiro-damismo no Amazonas	115
3.2. Relação das primeiras-damas com o poder local: a forma pela qual se percebem na representação de seus papéis sociais	129
3.3. A representação dos papéis sociais de primeira-dama em Manaus sob a ótica das assistentes sociais	148
Considerações finais	167
Referências	175

Apresentação

Quase duas décadas nos separam da primeira edição desta obra de autoria de Iraildes Caldas Torres. Produzida originalmente como pesquisa e dissertação de mestrado, publicada em 2002 como livro, esta segunda edição dá-se, tal como a primeira, em contexto político altamente controverso sobre presença de atividades do “*primeiro damismo*” na esfera pública. Como é sabido, o modelo brasileiro de intervenção de esposas de governantes em práticas políticas auxiliares aos projetos de governos dos homens de poder adquire tipologia em críticas acadêmicas e inaugura um campo de pesquisa permanente na categorização de políticas sociais, direitos humanos, patriarcalismo, patrimonialismo, nepotismo, sexismo, relações de gênero, entre outros fenômenos submetidos à análise.

Tradições acadêmicas em várias perspectivas vêm acumulando dados e reflexões sobre essas práticas nos Estados brasileiros, em distintos níveis de organização do poder executivo da sociedade nacional. Pode ser dito que é um campo sobre o qual a curiosidade (e eu diria a perplexidade) científica analisa simultaneamente práticas e comportamentos que misturam as esferas pública e privada em relações de poder pouco claras e republicanas.

O recorte de gênero nas relações de poder e o desenvolvimento de campos do conhecimento que articulam o imaginário político, o cotidiano da desigualdade, os direitos humanos e o aparato regulatório de dispositivos constitucionais resulta em uma complexa agenda e um extenso repertório de estudos. Os repositórios de teses e dissertações deste assunto são vastos. A autora é uma das pioneiras brasileiras, seguramente a primeira no Amazonas, a incluir o fenômeno do *primeiro damismo* em categoria analítica da pesquisa social, como pode ser visto em publicações que utilizam o estudo em pauta como referência compreensiva. Esta é uma das evidências que dá relevo a publicação de outra edição deste livro.

Outra evidência de importância maior é o fato que nem a Constituição de 1988, nem a existência da Lei Orgânica de Assistência Social, nem outros marcos legais complementares e especiais dos

direitos humanos brasileiros, eliminaram ou sequer reduziram práticas relacionadas ou diretamente produzidas pelo *primeiro damismo*. Portanto, o entendimento da cultura política do país e dos sujeitos políticos em postos de poder tornam-se dimensões importantes para a compreensão dos poderes auxiliares, complementares ou concorrentes da estrutura jurídico-política do Estado.

Do ponto de vista tipológico, o estudo do *primeiro damismo* no Brasil se inscreve no que poderíamos denominar de três modelos de dominação a inspirar as novas e velhas práticas de poder não legitimadas pelo voto.

O primeiro tipo tem caráter assistencial e presencial que mistura a dominação afetiva com dependência material na gestão das necessidades básicas. As condições de desigualdade são adicionadas às situações de subalternidade e exclusão em todos os níveis (econômicos, culturais e políticos) manejados pelos fundamentos, apropriações e reapropriações do assistencialismo. Exemplo emblemático é o *primeiro damismo* exercido por Darcy Vargas, a institucionalidade deste projeto de poder se realiza na criação e desenvolvimento da LBA - Legião Brasileira de Assistência. Características importantes nesta relação dão relevo à condição em que os pobres sentem-se pertencentes à família do dominador, com firmes laços de filiação ao governante por meio de sua mulher, e aos aparatos de dependência e fidelidade criados por eles.

O segundo tipo tem caráter estratégico e complementar às políticas de assistência e de direitos em evolução e se embasa em princípios de ordenamento técnicos, embora exclusivos do poder exercido pela primeira dama sobre funcionários legitimamente constituídos, com introdução de regras mais impessoais e distantes entre dominadores e dominados. Este modelo amplia o leque de proteção social cultivando protagonismos da sociedade civil apresentando-se como concorrente privilegiado da gestão pública, personalizando-a ou adequando-a ao poder exercido pelo governante. O *primeiro damismo* exercido por Sara Kubistchek é exemplar de sua postura de liderança política no movimento das Pioneiras Sociais no país, em instituições que criou e em atenções inovadoras por ela ins-

tituídas ainda não cobertas por direitos de assistência. A criação de corpo técnico, conselhos e mecanismos de articulação política entre filantropia, organizações sociais, instituições de assistência médica em conexão com o *terceiro setor*, todas como braço privado do uso do poder público do Estado caracterizam este modelo. O empoderamento da primeira dama como executora de políticas particulares de sua inclinação ou de seu marido adveio do acúmulo do poder político do governante, este sim escolhido pelo voto. O prestígio pessoal por carisma, origem de classe ou educação do caso citado, não oculta à investidura ilegítima do exercício do poder pela ligação de casamento com o governante e de aquisição de poder de fala autônoma daquele que foi legitimamente eleito.

O terceiro tipo é um misto dos dois primeiros com consequentes amoldamentos aos projetos populistas, reformistas ou autoritários. Em maior ou menor grau caracterizam o *primeiro damismo* como um constituinte da ação política não legitimada pelo voto, que exerce poder paralelo, complementar ou despótico associado a outros fenômenos permanentes no patrimonialismo político brasileiro. Atribui-se à primeira dama Maria Tereza Goulart uma variação particularíssima deste modelo aliado a glamourização e valorização de qualidades pessoais de beleza e elegância em eventos para além da assistência pública, tal seja como nos setores de moda, de ações culturais e sindicais. Desdobramento desses modelos no Brasil se reproduz em todo território nacional com maior ou menor intensidade em estados e municípios da federação brasileira.

É importante frisar que o fenômeno *primeiro damismo* sobrevive hoje com mais força executiva em que pese legislação que enfatiza ausência de legitimidade de tais práticas e relações de poder. Por isso este livro é de incontestável atualidade.

A estrutura narrativa da problemática e do objeto da pesquisa torna o tema acessível aos leitores interessados em ampliar seu conhecimento assim como permite aos especialistas adensarem dados e indicadores novos ao fenômeno em análise. Particular destaque são os eixos teóricos que iluminam conceitos e categorias estruturais funcionais e histórico-críticas, enunciados nos capítulos

do livro, com aplicações concretas no Amazonas. Os casos das personalidades analisadas são modelares e podem ser adensados com novas dimensões a serem examinadas. Tantos os conteúdos teóricos quanto os dados e fatos de sustentação dos argumentos só podem ser avaliados nos contextos e problemáticas próprias a que se remetem. Pontos sublinhados no prefácio à primeira edição por Aldaíza Sposati reafirmam o caráter antidemocrático da benemerência e do favor no qual se dá a investidura do *primeiro damismo* como componente do patrimonialismo.

Em direção oposta é o legado que este livro deixa aos pesquisadores como estudo que abre uma linha de investigação nas ciências sociais e suas aplicações. Indicações aos papéis sociais do *primeiro damismo* e às representações pelas quais a construção de identidades, de gênero e representações coletivas integram as redes de interações e de relações sociais são particularmente reveladoras do imaginário da dominação política em qualquer tempo e lugar. Também podem aduzir comparações em formações sociais concretas. A intervenção intelectual da autora, neste aspecto é estratégica para tornar claras as estratégias de manutenção do poder de grupos, estamentos e classes que incluem relações de gênero em projetos de ampliação da autoridade legítima para além dos parâmetros instituídos.

A abertura e permanência de um campo de pesquisa como a temática de gênero persegue autonomia e legitimação próprias para validação. Isto requer escolha de “obrigações” intelectuais dentro e fora deste ambiente. Uma delas se reporta às contribuições teóricas indisfarçáveis com dinâmicas de produção clássicas e contemporâneas de teorias sociais cuja ruptura epistemológica ainda não se efetivou na obra datada no tempo de sua elaboração. Por isso a autora maneja com inteligência os aportes metodológicos da pesquisa que permitem a presença da imersão compreensiva e da crítica dialética diante de processos históricos da cultura política brasileira. O processo de legitimação de uma obra tem dupla importância no quadro de adensamento empírico e teórico acumulados em pesquisas sobre relações de gênero. Vigência histórica que se renova em

cada repertório de pesquisa do mesmo campo mesmo que se denomine autossuficiente de suas referências.

Mas essa é discussão para outro livro que a intensa produção literária de Iraildes Caldas Torres certamente nos brindará, para o deleite de seus leitores e para os grupos de pesquisa ávidos por suas originais contribuições.

Marilene Corrêa da Silva Freitas
Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas

Introdução

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1960, ampliaram-se os estudos sobre a mulher em todo o Brasil. Em meados da década de 1980, essa temática passa por um significativo redimensionamento, sendo, pois, necessário perceber a questão da mulher sob o ponto de vista das relações de gênero, isto é, enovelada pela trama das relações sociais que envolvem homens e mulheres na sociedade.

Ela pressupõe uma relação de totalidade com alguns elementos do cotidiano histórico, como os valores, a cultura e a formação de identidades sociais, cuja abrangência transcende os estudos tradicionais sobre a mulher que concebem o assunto somente do ponto de vista das oposições entre os sexos.

Portanto, é lugar-comum entre os estudiosos dessa área que o gênero, enquanto categoria de análise, é relacional, isto é, deve ser entendido no conjunto das relações sociais que se estabelecem no processo histórico. “A forma como homens e mulheres se veem, como eles se identificam, longe de ser algo fixo e permanente é histórico, vai sendo construída e assumida diferentemente, a depender das circunstâncias, das associações que fazem com o grupo e das representações coletivas” (PASSOS, 1997, p. 113).

Nesse processo, o aspecto educativo assume primordial importância. Sendo um dos componentes responsáveis pela constituição do ser local, enquanto formador de opiniões e de visões de mundo, contribui efetivamente para a construção das suas representações tanto no mundo objetivo quanto do subjetivo. Assim, a educação acaba sendo não apenas objeto, mas também instrumento de investigação indispensável¹.

A propósito disso, é preciso esclarecer de pronto que estamos trabalhando com uma concepção ampliada de educação, relativa aos processos sociais que envolvem valores, hábitos, atitudes

¹ Sobre esse assunto, vide artigo do professor Giovanni Genovesi, da Universidade de Parma – Itália, apresentado no II Congresso Ibero-Americano de Educação Latino-Americano, A historiografia da educação hoje: tendências e problemas, revista Educação e sociedade n° 54, Campinas, Papirus, 1996.

e comportamentos. Este conjunto, após analisado, e submetido ao crivo da verificação, deverá constituir-se em elementos fundamentais para a compreensão da mentalidade e das práticas sociais das mulheres primeiras-damas, bem como dos tipos de relações que elas constroem com os sujeitos sociais para os quais dirigem suas ações.

Ao trabalhar o processo educativo, enquanto formador de uma nova socialização em função de um grupo político de contra hegemonia, Gramsci (1995a) visualiza a importância do aspecto cultural na prática coletiva, em que a representação é dialética, não formal, tendo no devenir o horizonte da transformação das relações sociais e da história.

O interesse em desenvolver um assunto associado à nossa condição de mulher representa não só a necessidade de sistematizar conhecimentos referentes a uma temática potencialmente rica e que nos chama atenção, mas também envolve uma nuance de curiosidade, no sentido de buscar compreender um tema submerso numa carga de preconceito, que não se materializa, mas que se explicita no âmbito da *doxa*, que concebe a figura da mulher primeira-dama como um instrumento de manipulação do poder político representado pelo marido governante. O motivo é bem simples: trata-se de mulheres pertencentes à classe dominante que desenvolvem atividades assistencialistas junto aos segmentos subalternizados, as quais podem ter a finalidade de construir bases de sustentação política ao poder local.

A investigação a que nos propomos realizar parte da suposição de que, muitas vezes, o trabalho das primeiras-damas no âmbito da ação social é bem mais relevante que algumas ações governamentais, e, por suposto, essas mulheres adquirem mais popularidade que os seus maridos governantes, fato que contribui para a legitimidade do poder local estatal junto às classes subalternas.

Nesse sentido, parece difícil excluir os interesses político-partidários que se entrelaçam na representação dos papéis das primeiras-damas, posto que, em geral, as suas atividades possuem um espectro político bem delineado, no sentido de buscar a consolidação de uma ordem política existente. Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local aproprie-se do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que

se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos “femininos” de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de suas ações.

Entretanto, não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essas mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local. Isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas.

Na verdade, é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações.

O centro dessa discussão consiste no reconhecimento de que há um campo de relações de poder envolvendo mulheres efetivado na esfera do que Foucault (1993, p. xii) denomina micropoder situado ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e, por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou subpoder².

Isso indica que, gradativamente, as mulheres vão cavando espaços em lugares tradicionalmente ocupados pelos homens, havendo, muitas vezes, certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal de conscientização de gênero.

No caso das mulheres primeiras-damas, é possível supor um certo deslocamento do papel do Estado, enquanto gestor de políticas públicas, para o âmbito do voluntariado. Em outras palavras,

2 Os estudos de Michel Foucault são requisitados neste trabalho apenas para explicar um problema, qual seja: compreender as relações de poder que se processam fora da via institucional e da legalidade. Ou seja, de que forma as relações de poder vão sendo construídas sub-repticiamente nos meandros da sociedade, formando redes, e de que forma a episteme foucaultiana dá suporte às relações de poder que as minorias sociais constroem na sociedade, como é o caso das mulheres.

o Estado se exime da sua responsabilidade e da sua função de intervenção na chamada “questão social”, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade sob a direção das primeiras-damas.

Com efeito, poder-se-ia dizer que o modelo de Estado de tendência neoliberal que o Brasil adotou, sobretudo, a partir da década de 1990 com o governo Collor, marca, indubitavelmente, no dizer de Oliveira (1998, p. 26), “o retorno do Estado caritativo ou assistencial”. A lógica neoliberal designa à sociedade a tarefa do enfrentamento das desigualdades sociais, dando assim pleno curso à “refilantropização da assistência social” (SCHERER, 1994, p. 23). Em outras palavras, desencadeia-se um processo de atuação social que remonta às velhas práticas assistencialistas de cunho “humanitário” e de incentivo ao espírito filantrópico.

Sob essa lógica, é lugar-comum a constatação de que o corte neoliberal determina “a era do não-direito, ou seja, a negação de um conjunto de programas sociais que historicamente Marshall denominou direitos sociais e que na ordem keynesiana estruturam as relações sociais” (SCHERER, 1994, p. 22).

Vive-se uma realidade de inversão da cidadania, ou de uma cidadania subalterna, à medida que o Estado brasileiro, não reconhecendo a organização política dos trabalhadores e dos segmentos sociais subalternizados, age paralelamente às suas conquistas. Um exemplo disso é o Programa Comunidade Solidária coordenado pela atual primeira-dama do país, Ruth Cardoso, cuja característica assistencialista e seletista de “combate à pobreza” remete à retirada dos direitos sociais, agindo por fora da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)³. Essa prática compromete o primado da cidadania, já que a LOAS representa um referencial de conquista de direitos no âmbito da política de assistência social, aos segmentos subalternizados.

Ao nosso ver, a assistência social como direito possui outra função extremamente importante no trato da pobreza. É uma política pública de garantia aos direitos sociais, que deveria possuir programas bem definidos no âmbito do poder público federal, estadual e municipal, voltados para o atendimento das necessidades sociais das classes subalternas.

³ Assistência social adquiriu o status de política pública a partir de 1988. E somente em 1993 é decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

Ao contrário disso, o Estado neoliberal sedimenta a prática assistencialista de cunho discriminatório, preconceituoso e excludente, em que a cidadania assume uma “face perversa”, já que, em geral, os programas assistenciais excluem sumariamente amplos setores subalternizados sem qualquer critério que justifique essa exclusão. São atividades desenvolvidas pelas primeiras-damas no âmbito da filantropia e do voluntariado, que não apresentam regularidade, equidade dos serviços e tratamento universalizado da pobreza.

No Brasil, as primeiras-damas sempre dirigiram instituições assistenciais governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência – LBA e instituições filantrópicas, como a Central de Voluntários do Amazonas. Segundo o discurso oficial, essas instituições têm por finalidade o apoio e a promoção ao desenvolvimento das classes subalternas. Trata-se, na verdade, de uma prática associada à ideologia da benemerência, em que a figura da primeira-dama simboliza a bondade e a caridade para certos segmentos sociais. No dizer de Falcão (1990, p. 154), “no imaginário coletivo, primeiras-damas/filantropia/benesse dos governantes se confundem e configuram a assistência aos pobres”.

Entretanto, ao contrário do que em princípio possa parecer, nem sempre tais atividades são subsidiárias ao poder local. Em alguns governos, o trabalho da primeira-dama constitui a principal ação no âmbito da assistência social. É dentro desse processo que as primeiras-damas passam a conquistar o seu próprio espaço, ou seja, ao poucos elas vão construindo poderes próprios que, muitas vezes, transcendem a mera expectativa do poder local no que tange à sua visibilidade e propaganda.

A conquista desses poderes efetiva-se no cotidiano da sua prática social, isto é, no desempenho do seu papel no âmbito da esfera pública. Essas relações de poder, materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importante para a legitimidade do poder local, faz com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem que se constrói em torno

delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do *status quo*.

Isso posto, convém explicitar os procedimentos metodológicos que balizam o nosso estudo, destacando o caminho percorrido na pesquisa empírica realizada entre os meses de agosto de 1997 e janeiro de 1998, na cidade de Manaus. O objetivo maior do nosso trabalho centra-se na compreensão dos papéis das primeiras-damas sob a perspectiva de gênero, buscando perceber a forma pela qual essas mulheres se veem no desempenho desse papel social, bem como a maneira pela qual as assistentes sociais percebem esse tipo de papel na cidade de Manaus.

A nossa pesquisa possui uma amostra empírica de 40% do universo de oito esposas de governadores do Estado do Amazonas, o que corresponde a um total de três ex-primeiras-damas que desempenharam esse papel entre 1959 e 1994 na cidade de Manaus. Compreta também uma amostra de dez profissionais de Serviço Social que trabalham em instituições de bem-estar social, cujas instituições detiveram recursos das primeiras-damas.

O critério para a escolha das primeiras-damas que constituíram a nossa amostra funda-se em uma opção por aquelas cujos esposos assumiram seus mandatos como titulares da pasta do governo do Estado, não envolvendo, por conseguinte, os mandatos em substituição titular, para podermos visualizar melhor a atuação dessas mulheres em um período de tempo correspondente a um mandato de quatro anos.

Outro critério adotado consistiu na escolha de ex-primeiras-damas que desempenharam intensamente esse papel nos marcos da assistência social, com uma participação efetiva na cidade de Manaus, sem excluir, contudo, aquelas que desenvolveram atividades na

área social, mas que não possuíram uma participação intensa nos rumos da cidade.

Esses critérios nos permitiram visualizar as dimensões de subjetividade dessas mulheres que ocuparam um lugar comum no plano dessa representação social em momentos históricos diferentes, distintamente envolvidas em seu cotidiano, com comportamentos e posturas diferenciadas, tendo em vista que algumas parecem possuir carisma maior junto aos usuários dos serviços sociais, enquanto outras parecem ser mais tímidas no desempenho desse tipo de papel; umas exaltam mais a figura do marido governante, enquanto outras são mais retraídas nesse aspecto.

O critério de escolha das assistentes sociais que compuseram a nossa amostra situou-se no plano institucional. Entrevistamos aquelas que ocuparam cargos de relevância em instituições de bem-estar social, tais como os cargos de secretária de Estado, subsecretária, presidente, vice-presidente, diretora, coordenadora e assessora, existindo até o presente momento algumas delas em seus quadros funcionais. Essa escolha deveu-se ao fato de essas profissionais possuírem maior contato com as primeiras-damas à época em que estiveram ocupando cargos públicos e/ou de direção.

Ao todo, identificamos dez instituições que estabeleceram relações com as primeiras-damas no período de abrangência da pesquisa. São elas: Instituto Estadual de Bem-estar do Menor – Iebem, Legião Brasileira de Assistência – LBS, Secretaria Estadual de Trabalho e Serviços Sociais – Setrass, Secretaria Estadual de Saúde – Sesau, Secretaria Especial de Ação Social – SEAS, Divisão de Serviço Social do Palácio Rio Negro, Sítio Brejo do Matão; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, Central de Voluntários do Amazonas e Fundação de Apoio Comunitário Municipal – Fundacon. De cada uma dessas instituições, participou desta pesquisa pelo menos uma assistente social que, em épocas passadas, assumiu cargos de relevância no perímetro institucional.

Para chegarmos à definição de quem seriam essas profissionais, contamos com o auxílio de uma assistente social que assumiu o cargo de secretária de Estado do trabalho e Serviços Sociais no período de 1975 a 1978 e que teve efetiva participação nos rumos da assistência social nesse Estado.

A escolha das assistentes sociais efetivou-se pelo fato de serem profissionais da área da assistência social peremptoriamente requisitadas para trabalharem com as primeiras-damas, já que suas atividades sociais eram associadas à ação social desenvolvida por instituições de Bem-Estar Social, que empregam profissionais de Serviço Social.

Desde o seu surgimento no final do século XIX, “ao Serviço Social reservou-se o campo de trabalho ligado à família, à mulher, à criança, ao adolescente pobre, questões historicamente atribuídas ao mundo do gênero feminino” (ALMEIDA, 1995, p. 16), assumindo uma característica de serviço no âmbito da ação social.

A característica de serviços muitas vezes foi confundida com as ideias de ajuda e de assistência aos desvalidos sociais por meio da doação, da caridade e do sentimento de amor. Essas ideias estão ligadas a gêneses da própria profissão, já que até o início do processo de regulamentação da mesma em 1899, a assistência aos pobres era realizada voluntariamente pelas damas da caridade, senhoras ricas da sociedade burguesa. Tratava-se de uma ação de caráter não profissional, com forte significado de ajuda, como uma maneira de praticar o bem, cumprindo os seus deveres religiosos de caridade aos pobres.

Na verdade, o Serviço Social cumpre implacavelmente a sua sina de serviço de controle⁴ que “acompanha a multiplicação dos antagonismos sociais e o aprofundamento das contradições substanciais da sociedade” (KARSCH, 1989, p. 14). É uma profissão requisitada pelo capitalismo para atuar inicialmente como mediadora dos conflitos sociais, posto que as desigualdades sociais assumem contornos preocupantes. Daí a necessidade de medidas sociais que respondessem às reivindicações dos trabalhadores e, consequente-

4 O capitalismo utiliza a divisão social do trabalho para legitimar e perpetuar uma ordem social de acumulação do capital. Assim, divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais enquadradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses, que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento segundo os padrões de racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 1990, p. 77). É assim que, em 1899, surge na cidade Amsterdã a primeira escola de Serviço Social do mundo, iniciando o processo de regulamentação dessa profissão.

mente, a necessidade de profissionais que pudessem redimensionar com racionalidade as políticas sociais.

No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930.

A criação de instituições públicas que assumiram a assistência social marca, indubitavelmente, o início da legalização da profissão de Serviço Social no Brasil.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procurava canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista” (ESTEVÃO, 1988, p. 49). A primeira Presidente dessa instituição foi Dona Darcy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas.

Desse modo, não poderíamos deixar de assinalar a importância dos resultados de nossa pesquisa, posto que revela uma nuance do estudo do gênero pouco explorada que são as relações de poder no âmbito do primeiro-damismo, e que apresenta alguns indicadores, no que diz respeito à legitimidade do poder estatal local junto aos amplos setores subalternizados.

Nesse sentido, cumpre-nos explicitar a estrutura do trabalho que expressa, de certa forma, o processo contínuo de “ir e vir” do estudo em questão, em que procuramos compreender o nosso objetivo no contexto das relações sociais mais amplas que perpassam os papéis sociais.

Portanto, no primeiro capítulo, procuramos desenvolver uma abordagem sobre os papéis sociais no contexto das relações de gênero, buscando elucidar como as relações de gênero permeiam todo o processo de construção dos papéis sociais, à medida que esses vão sendo delineados cultural e socialmente a partir da ideia de divisão entre os sexos.

Sob o veio da determinação cultural, a sociedade estabelece uma relação binária dos papéis sociais: para homens e para mu-

lheres. Atribui o lugar do público aos homens e às mulheres o lugar privado, além de atributos valorativos para um e para outro gênero em graus e aspectos diferenciados.

Nesse contexto, procuramos demonstrar como a educação formal constitui um dos pilares de sustentação das ideias dominantes, à medida que a escola, enquanto aparelho ideológico, possui papel fundamental como formadora de opinião, ao mesmo tempo que buscamos perceber um outro lado da escola, enquanto espaço contraditório de construção de consciências, em uma perspectiva crítica.

Ainda nesse capítulo procuramos elucidar de que forma as relações de gênero comportam relações de poder e como muitas mulheres vêm-se desvencilhando de seus papéis tradicionais para ingressarem como sujeitos na vida social e política de seus países.

No segundo capítulo, o nosso objetivo consistiu em desencadear uma problematização sobre os papéis de primeira-dama na sociedade brasileira, elegendo três personagens que atuaram na área social em conjunturas históricas diferentes: duas que desenvolveram atividades sociais no aparato institucional da LBA e uma que desenvolveu essas atividades fora desse aparato, depois de sua extinção. São as ex-primeiras-damas do país Darcy Vargas e Rosane Collor e a atual primeira-dama Ruth Cardoso. Para ilustrar esse cenário, tentamos apresentar os primeiros vultos históricos entre as primeiras-damas no país, com Dona Leopoldina, nos primórdios da independência do Brasil. Aqui, a nossa intenção é demonstrar a forma pela qual a imperatriz exerceu influência junto a Dom Pedro I com relação aos acontecimentos que marcariam a separação do Brasil de Portugal.

Também nesse capítulo procuramos refletir sobre a origem da ação das primeiras-damas no estado do Amazonas, buscando elucidar a contingência histórica do surgimento dessa representação social, a conjuntura da época e o cenário das forças políticas que contribuíram para a eleição de alguns governantes. Tentamos demonstrar que o poder local tem efetiva participação na constituição dessa atuação e que entram em jogo não só a utilização do voluntariado como forma de o Estado não intervir na chamada “questão social”,

mas também a necessidade que o poder local tem de obter legitimidade popular.

No terceiro capítulo, ocupamo-nos especificamente da discussão em torno da representação dos papéis de primeira-dama na cidade de Manaus. O objetivo principal desse capítulo consistiu em desvendar a forma pela qual as primeiras-damas se percebem na representação de seus papéis sociais, demonstrando a sua atuação no voluntariado amazonense e a “face humanitária” da filantropia, em que tentamos elucidar que tipo de imagem elas fazem de si próprias, no que se refere ao seu desempenho, e as relações que travaram com o poder local.

Ainda nesse capítulo, procuramos verificar a percepção das assistentes sociais que participaram da nossa amostra empírica referente ao trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas no âmbito da assistência social nessa cidade. A nossa intenção consistiu em demonstrar a forma pela qual esse tipo de trabalho é visto por uma categoria profissional da área da assistência social, historicamente requisitada para atuar em instituições governamentais de Bem-Estar Social.

Por fim, cumpre-nos informar que essa obra é resultado de nosso estudo de mestrado, realizado no período de março de 1996 a agosto de 1998, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Amazonas.

Certamente que as dúvidas e as questões que se apresentam no processo de investigação de um assunto pouco conhecido e, por isso mesmo, desafiador, não foram poucas. O processo de criação apresenta dificuldades e obstáculos que transcendem os nossos limites, e, ainda que a elaboração do trabalho possua uma nuance tipicamente solitária, não posso deixar de reconhecer que contei com o apoio, estímulo e colaboração de algumas pessoas. Cada uma ao seu modo e estilo está presente em minha memória.

Agradeço com carinho a todos e a todas que entraram comigo nessa aventura gratificante. Um afeto especial é dirigido ao Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto, orientador, amigo e principal incentivador no que se refere à coragem, ousadia e pioneirismo do

tema, cujos colóquios foram fundamentais para a compreensão de algumas questões teóricas, assim como a confiança em mim depositada foi importante para que eu pudesse pisar com mais segurança nesse terreno delicado e desconhecido.

Um simples agradecimento ao Celso não traduziria a sua participação nesta obra, cuja compreensão e companheirismo foram essenciais para seu desenlace. Um registro de agradecimento é devido às professoras doutoras Elenize Faria Scherer e Lucíola Inês Pessoa Cavalcante, membros da banca de qualificação, pelas suas críticas e sugestões ao trabalho.

Do mesmo modo, gostaria de registrar um agradecimento aos membros da banca examinadora, professores doutores César Nunes e Marilene Côrrea da Silva, pelos comentários valiosos e riqueza do debate proporcionados por ocasião da apreciação pública deste trabalho.

Gostaria ainda de registrar e de agradecer a valiosa contribuição de algumas colegas de Departamento Acadêmico: Heloísa Helena Côrrea da Silva, Maria Auxiliadora Gomes e Rita de Cássia Montenegro, pelo apoio, troca e auxílio na bibliografia e levantamento de alguns dados.

Não seria possível concluir o caminho iniciado sem a contribuição das ex-alunas de iniciação científica Milane Lima Reis e Rosana Queiroz Leitão. Obrigada pela ajuda imprescindível na coleta de dados.

Enfim, está na minha memória a lembrança e agradecimento às assistentes sociais Arabi Amed, Cecília Franco de Sá, Claudete Leão Ivo Moisés, Clio Baraúna, Eleonora Peres Pessoa, Iclê baraúna Pinheiro, Marineves Figueiredo, Maria Luiza Menezes, Terezinha Nunes e Valdenice Andrade, sujeitos desta pesquisa, sensíveis aos propósitos deste trabalho. Da mesma forma, devo um agradecimento às ex-primeiras-damas do Amazonas que nos auxiliaram com entrevistas orais e escritas, especialmente Dona Amine Daou Lindoso.

Capítulo 1

Os papéis sociais no contexto da educação e das relações de gênero

1.1. A construção dos papéis sociais no processo sociocultural e educativo

Na vida cotidiana, são estabelecidas as relações sociais, os valores, as representações tanto materiais quanto do imaginário, as normas morais, enfim, todos os saberes que tecem os grandes e pequenos caminhos da história.

Essa teia de relações que dirige a vida do ser social não é constituída de normas abstratas. Expressa opções, impõe comportamentos, resume escolhas, supõe gestos que se inserem no drama do dia-dia e nos nexos da história.

Na verdade, os valores e as normas morais não são resultados de imperativos apriorísticos⁵ ou provenientes de um contrato social, como preconiza a teoria liberal⁶. Há um consenso por parte de alguns autores (HELLER, 1992; LEFEBVRE, 1991; CASTORIANDIS, 1991) de que a realidade é constituída socialmente. Isso implica conceber a vida cotidiana como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, formando um mundo coerente que dá plena significação à existência humana.

É bem verdade que o *pathos* básico da sociedade reside em seu caráter de coletividade, enquanto expressão de convivência circunscrita nas relações de sociabilidade e de identidade.

5 Para Kant (1724-1804), a vontade humana é normalmente determinada. A liberdade se manifesta enquanto ideia pela lei moral. O filósofo vê no dever uma ação possível, cujo princípio é um puro conceito ligado às regras da vida prática e exigido pela casualidade inerente à razão (cf. MARIETTI, 1989).

6 Segundo Locke (1632-1704), nas épocas históricas que antecederam a fundação do Estado, os homens viviam no estado de natureza. A progressiva apropriação pelos homens dos produtos da natureza (mediante o princípio de liberdade fundado no direito natural) conduz à complexificação das relações interindividuais. Essa complexificação torna latente as possibilidades de conflitos, os quais são causados por desrespeito ao “direito natural”. Assim, para garantir e proteger a total efetivação dos princípios do “direito natural”, a sociedade é instituída e organizada a partir de regras e normas consensuais, criadas pelos e para os indivíduos em forma de leis (cf. BRANDÃO, 1991).

Em Gramsci (1995b, p. 168), a coletividade é entendida “como produto da elaboração de vontade e pensamentos coletivos obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares”. Disso se deduz que a coletividade é uma construção social que se efetiva no processo das relações sociais, em que o sentido coletivo é percebido sob o horizonte da educação, enquanto princípio de humanização dos indivíduos.

Do mesmo modo, devemos entender a identidade como um processo histórico-cultural resultante do esforço do ser social em firmar a sua autoimagem em uma relação entre o eu e o outro, isto é, da busca por firmar percepções sobre quem ele é, em relação a si mesmo, aos outros e à sociedade. Em outras palavras, é a forma pela qual os sujeitos históricos se reconhecem e são reconhecidos como membros de uma determinada sociedade. Lefebvre (1991) indica que “a identidade se estabelece sobre a equivalência da diferença e não como tautologia”, isto é, ela se manifesta a partir dos atos práticos e das relações concretas entre os indivíduos⁷ que os tornam uns dos outros.

A identidade de gênero insere-se, de certa forma, dentro desse processo mais geral de construção da identificação social. Todavia, trata-se da construção de uma identidade coletiva sob o prisma das chamadas “minorias sociais”, isto é, daqueles segmentos humanos estigmatizados que, muitas vezes, encontram-se à margem das oportunidades sociais em decorrência da discriminação que enfrentam, sobretudo a discriminação étnica, de raça e de gênero.

Na verdade, a maneira como homens e mulheres se percebem e se identificam é algo que vai sendo construído no curso da história, e essa construção toma formas diferenciadas de acordo com as circunstâncias, a ideologia, e as representações coletivas, isto é, de acordo com o regime de verdade de cada sociedade. Daí essa identificação ser associada aos papéis a serem assumidos por homens e mulheres, aos comportamentos que devem ter, desejos e expectativas.

7. Sobre esse assunto, recomenda-se a leitura da obra de José de Souza Martins, *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, publicada pela Hucitec.

Quando Simone de Beauvoir afirmou, na década de 1940, que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1990, p. 9), os estudos sobre o gênero passam a assumir novos contornos. Na verdade, há um salto de compreensão que marca fundamentalmente o pressuposto da construção social do gênero, isto é, homens e mulheres são determinados pelas relações de gênero, as quais envolvem valores, cultura e processos históricos assimilados socialmente.

Nesse processo, o aspecto educativo assume fundamentalmente importância, à medida que, enquanto instrumento de formação de opinião e de consciência pessoal e social, acaba remetendo ao horizonte da transformação do próprio ser sob a perspectiva de criação de uma nova cultura.⁸ Mas, por outro lado, a educação formal encarrega-se de promover a diferenciação entre os sexos, não por respeito às especificidades de cada um, mas para tornar homens e mulheres desiguais dentro do processo social, passando a estereotipá-los, destinando-os a lugares e papéis segmentados e segregados, aspectos que abordaremos posteriormente.

Ante esses argumentos, é clara a nossa compreensão de que a identidade de homens e mulheres é uma construção social que advém da formação do ser social, da forma como o mundo da vida lhes foi apresentado, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social.

No contexto do próprio gênero, há tipificações diferenciadas. Atualmente, convém utilizar o termo “mulheres” no plural, não no singular, como foi utilizado durante muito tempo. Isso porque vem se configurando uma realidade de especificidades dentro da identidade de gênero. Hoje, fala-se em mulheres negras, mulheres agricultoras, mulheres indígenas, mulheres ribeirinhas, mulheres nordestinas, dentre outras. São tipificações que evocam certas peculiaridades e determinações históricas que se somam à condição de gênero e que trazem na sua identificação a marca da segregação racial, étnica e de gênero.

As mulheres primeiras-damas, objeto deste estudo, não formam uma categoria social, mas podem ser estudadas a partir do

⁸ Para Gramsci (1995), o princípio educativo consiste na unidade entre a aquisição da capacidade de dirigir e na capacidade de produzir, sob a perspectiva de criação de uma nova cultura, de uma nova socialização.

enfoque de gênero, em que procuramos saber como que as mulheres de governantes utilizam a chamada “mística feminina” para dar legitimidade a uma ordem política representada pelo poder estatal local. Ao mesmo tempo, pode-se deduzir que o poder local aproveitando-se do papel desempenhado pela primeira-dama para eximir-se de suas responsabilidades no que diz respeito à gestão de políticas de assistência social voltadas para os setores pauperizados da sociedade.

No Brasil, desde a década de 1940, a atividade exercida pelas primeiras-damas vem se firmando como uma atividade de ordem filantrópico-benemerente no âmbito da atenção à pobreza. Partiu de uma iniciativa de Dona Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, que, na época da Segunda Guerra Mundial, propôs-se a reunir e organizar as mulheres brasileiras para prestarem assistência às famílias dos soldados que o país enviou à guerra através da Força Expedicionária Brasileira – FEB. Nessa ocasião, foi criada a primeira instituição de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, que “surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 257).

A Legião Brasileira de Assistência vai constituir o grande marco dos empreendimentos das primeiras-damas no estado brasileiro, assunto que abordaremos no próximo capítulo. Aqui convém demarcar e compreender essa atuação no âmbito das relações de gênero, isto é, como se começa a construir uma identidade a partir de uma base com enfoque familiar que evoca aspectos de feminilidade, como, por exemplo, a vocação de servir e o espírito de bondade e de doação, valores historicamente atribuídos às mulheres, “justificado por motivações de ordem éticas, religiosas ou políticas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 85).

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação de ordem política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que

marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. É assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas.

Essas imagens são construídas no processo histórico, no cotidiano social, materializadas nas relações que os atores sociais estabelecem uns com os outros. No caso do trabalho das primeiras-damas, há uma relação de poder e de dependência entre o sujeito que “dá” e o que “recebe”, em que a primeira-dama e/ou o governante aparecem como bons aos olhos dos usuários dos serviços sociais. Ou seja, a assistência social não é apresentada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes.

A propósito do cotidiano, é interessante requisitarmos os estudos de Heller (1992), especificamente a sua obra intitulada *O cotidiano e a história*, a qual nos dá indicações para a compreensão dessa categoria.

A vida cotidiana apresenta uma natureza heterogênea, em particular ao que se refere no seu conteúdo e significações, os quais apresentam uma riqueza imensurável de valores, saberes e uma infimidade cultural que transcende os seus próprios limites. Para Heller (1992, p. 17), a vida cotidiana é:

A vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Na verdade, o crescimento do ser humano processa-se gradualmente no próprio cotidiano, assimilando concepções e assumindo posições que vão construindo seu modo de ser e de pensar dentro da sociedade. Isso significa dizer que o indivíduo adquire atitudes e posturas das mais variadas dentro do processo social, com capacidade para criar e recriar a própria história. Disso se conclui, portanto,

que os papéis sociais são construídos ou criados no processo da vida cotidiana como resultados de vários fatores, que se relacionam dialeticamente no contingente histórico.

A constatação de Heller remete, fundamentalmente, para a compreensão dos papéis sociais dentro do processo cultural, já que esses não são uma abstração, mas uma realidade concreta que se institui dentro de um contexto socioeconômico e político determinado, isto é, dentro de uma cultura⁹.

A cultura implica uma exigência de continuidade dos processos como fator da própria sobrevivência dos sujeitos históricos e da preservação de sua condição humana. Da mesma forma, devem ser preservados os bens culturais.

É bem verdade que os fatores culturais estão dados antes mesmo da existência de determinados papéis; porém, isso não permite dizer que os papéis sociais são realidades estáticas que atendem unicamente à mera funcionalidade. Parece difícil excluir o seu caráter dinâmico, posto que a cultura está intimamente ligada a uma situação concreta e objetiva, isto é, realiza-se em um tempo e em um espaço determinados, e não independente das circunstâncias em que é gerada. Os sujeitos históricos, o meio e o tempo são essas circunstâncias.

A cultura é, portanto, um processo de auto deliberação progressiva do sujeito histórico, que o caracteriza como ser de mutação, de projeto, que se faz à medida que transcende a sua própria experiência.

Nessa direção, é perfeitamente compreensível o fato de o sujeito histórico criar símbolos, isto é, signos arbitrários, em relação ao objeto que representam e, por isso mesmo, convencionais, ou seja, dependentes de aceitação social. Na medida em que esse laço entre representações e objeto representado é arbitrário, ou seja, é designado pelo eu, ele é, necessariamente, uma construção da razão. Em última análise, o simples pronunciar de uma palavra representa, isto

⁹ Cultura aqui entendida como o processo pelo qual o homem acumula experiências que é capaz de realizar, discernindo entre elas, fixando as de efeito favorável e, como resultado da ação exercida, convertendo em ideias as imagens e lembranças, a princípio coladas às realidades sensíveis e, depois, generalizadas, desse contato invertido com o mundo natural (VIEIRA, 1969, p. 123).

é, torna presente à consciência o objeto a que ela se refere, já que o “signo é uma coisa que está em lugar de outra, sob algum aspecto” (PEIRCE, 1997, p. 46).

Disso se conclui que, se o signo está no lugar do objeto que ele representa, essa representação pode assumir aspectos variados, dependendo do tipo de relação que o signo mantém com o objeto representado. Nesse sentido, dir-se-á que só o homem é capaz de estabelecer signos arbitrários, regidos por convenções sociais, o que permite supor que o mundo humano é simbólico.

A cultura, portanto, tem razão de ser em função dessas circunstâncias criadoras e transformadoras. Fora delas, desenraiza-se e perde o seu conteúdo, que é o que acontece geralmente nos processos de aculturação. Daí a cultura sobreviver somente no meio social, e o instrumento de ela se utiliza para sobreviver será, inevitavelmente, o processo educativo. A maneira como se origina e se desenvolve uma cultura define o processo educativo no seio das sociedades.

Na verdade, o processo educativo diz respeito ao aspecto de humanização. Refere-se tanto ao processo que nos faz seres humanos, quanto ao fato de que os bens culturais também se humanizam. Por isso mesmo, a educação não pode estar circunscrita apenas ao âmbito da escola, portanto, da educação formal.

É possível dizer que os papéis sociais são assimilados dentro do processo educativo, cujo conteúdo advém da cultura própria de cada sociedade. Ibanez (1993, p. 53) considera que “os conteúdos e práticas educativas dos papéis sociais são contingentes, sociais e históricos, e que aquilo que acreditamos seja real, verdadeiro ou natural está parcialmente conformado pela maneira por meio da qual o apresentamos”. Essas representações¹⁰ adquirem sentido em determinado contexto histórico e social, porque foi nesse contexto que seu sentido foi produzido.

Quanto à educação, é indubitável que ela possui um caráter contínuo e permanente. É um processo que se constrói cotidianamente. O homem é sempre um ser inacabado, incompleto, não sabe

10 As representações coletivas são, ao mesmo tempo, matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social. Deixa de ter sentido a discussão sobre a primazia dessa ou daquela instância da realidade, por entendê-la múltipla, dinâmica, não determinada, relativa (vide PESAVENTO, 1995).

de maneira absoluta, encontra-se sempre em construção educativa. Por isso, pode-se dizer que a educação é um acontecimento que se recria a cada dia. Constitui uma ferramenta de transformação da sociedade.

Gramsci (1891-1937), teórico marxista contemporâneo, coloca no centro de suas reflexões a preocupação com a socialização do conhecimento, de forma que fosse possível a construção de uma nova hegemonia capaz de superar o *status quo*. Enfatizou a necessidade da elevação cultural das massas, tendo na educação o instrumento fundamental. Na verdade. “trata-se da fixação de uma orientação de política cultural” (GRAMSCI, 1995a, p. 28).

Gramsci denunciou com desvelo a função repressiva e desarticulada da educação que visava manter a ordem estabelecida, apontando para a força de direção intelectual no domínio político. Daí a necessidade de uma pedagogia que represente a criação de uma nova cultura, entendida por ele como um processo de organização, de disciplina do próprio eu interior, resultante da relação que o sujeito histórico estabelece com o mundo e com os outros seres políticos. Conforme suas próprias palavras, “tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única ‘filosofia’ é a história em ato, ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 1995, p. 44).

A preocupação com uma verdadeira democracia política, a concepção de cultura como organização, o ideal de uma escola como associação de cultura e a denúncia do caráter discriminatório da escola são temas constitutivos das reflexões gramscianas, no tocante à educação, que fazem desse pensador uma grande referência para os estudiosos.

Retomando a reflexão sobre os papéis sociais, buscando compreender a ontologia do ser social associada à práxis enquanto atividade criadora, cujo *ethos* consiste na transformação do próprio ser¹¹ e da natureza, Berger e Luckmann (1996, p. 70-71) observam:

A relação do homem com o seu ambiente caracteriza-se pela abertura para o mundo. O homem não somente conseguiu estabelecer-se na maior parte da superfície da terra [...]. Não somente se relaciona com um ambiente natural particular, mas também com

11 É possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, à medida que transforma todo o conjunto de relações do qual é o ponto central (GRAMSCI, 1995a, p. 40).

uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo.

Na verdade, os sujeitos históricos jamais se deparam com usos isolados, mas os apreendem dentro de uma totalidade, “já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resultado de todo o passado” (GRAMSCI, 1995a, p. 40).

Dentro dessa convivência social, são construídos os papéis sociais, os clichês, as estereotípias, os comportamentos, os modos de vestir, enfim, são efetivados todos os tipos de condicionamentos cristalizados no desempenho de papéis.

Fundamentalmente, a tradição e a moda constituem formas particulares de manifestação do costume, bem como do conjunto de valores, ainda que até certo ponto. Na compreensão de Heller (1992), a tradição ganha maior importância na estrutura social orientada para o passado, enquanto a moda predomina naquela orientada para o futuro. Todavia, nas sociedades mais complexas, ainda que exista uma instituição de papéis orientada para o passado, ela se torna secundária em relação à moda, pois:

Da mesma maneira como vão se estereotipando os sistemas funcionais da sociedade, do mesmo modo como os tipos de comportamento tendem a converter-se em “papéis”, assim também a orientação para o futuro transforma-se na necessidade de não ficar atrasado à moda (HELLER, 1992, p. 90).

Dito de outra maneira, o comportamento das pessoas que desempenham papéis sociais tende a acompanhar a moda, e isso pode ser percebido tanto no processo normativo geral quanto no da vida privada, bem como no modo de se vestir e nos cuidados de ordem estética (decoração da habitação, etc.). A moda, portanto, é a manifestação alienada da orientação para o futuro.

Na esfera pública¹², lugar da política como ação permanente que dá origem a organizações, o comportamento das pessoas que desempenham papéis sociais se transforma.

12 Em GRAMSCI, a esfera pública “é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudanças [...] onde o ‘deve ser’ é concreção, mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política (GRAMSCI, 1991, p. 43).

Ali as pessoas adotam posturas de acordo com os papéis sociais atribuídos a elas, mesmo que não estejam, necessariamente, desempenhando tais papéis. O processo de estereotipia das relações sociais sedimentou essa realidade, como, por exemplo, se evidencia pela discriminação de papéis “ditos masculinos” e papéis “ditos femininos”.

A própria esfera pública¹³⁸ exige determinados comportamentos extrínsecos, muitas vezes, à personalidade dos que desempenham determinados papéis sociais. Todavia, essa realidade não deveria produzir um estado de passividade, pois “se a própria individualidade é o conjunto dessas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência dessas relações” (GRAMSCI, 1995a, p. 40).

Isso indica que há conflitos na representação de papéis, à medida que a realidade vivida e experimentada na e pela consciência dos sujeitos choca-se com os dois níveis do seu mundo: o subjetivo e o objetivo. O primeiro nível – cognitivo, simbólico e quimérico – faz com que se viva o real de forma única e peculiar. O segundo, também simbólico, compreende as formas de ser e pensar do indivíduo determinadas pelas condições históricas e institucionais da sociedade da qual faz parte.

Não raro, esses dois níveis chocam-se, sobretudo quando convenções sociais e papéis desempenhados entram em contradição com os sonhos dos indivíduos, com o seu ideal de vida. Como diria Ianni (1991), “em vários momentos a história e o imaginário confundem-se”. Na verdade, o imaginário situa-se no campo das mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os mesmos produzem de si e do mundo (cf. VOVELLE, 1991).

Nesse cenário, desenvolve-se um contínuo processo de naturalização das relações e dos papéis sociais, muitas vezes assimilados com normalidade. Os estereótipos atribuídos aos indivíduos no processo histórico, assim como a ocupação do lugar social que lhes é destinado, são automaticamente incorporados quando, na verdade, deveria haver uma postura crítica diante da imposição de papéis sociais sob a ótica dominante.

Fundamentalmente, é preciso ressaltar que o mundo resultante da ação humana não pode ser considerado algo natural, já que é cada vez mais transformado pelo ser social. Comungamos da ideia de que a experiência humana de transformação da matéria conduz à superação de vivências do momento presente, passando a existir no tempo, ao mesmo tempo que projeta uma ação futura, envolvendo nesse processo a transformação do próprio ser social.

Entretanto, é também verdade o fato de que a passividade frente aos papéis sociais não constitui uma realidade linear. Há fortes indicadores de que muitas pessoas, principalmente mulheres¹⁴, vêm se desvencilhando de seus papéis tradicionais, colocando-se como sujeitos de escolhas e de decisão no cenário da esfera pública.

As reflexões a propósito da subjetividade e da transcendentalidade do sujeito histórico, densas de significações, assumem fundamental importância no campo das representações sociais. Primeiro, porque o mundo social-histórico é um terreno fértil de significações simbólicas. Depois, porque há um verdadeiro entrelaçamento do mundo objetivo concreto, resultante de processos históricos, materialmente determinados, com o mundo subjetivo constituído pelas representações do imaginário e pelas abstrações simbólicas construídas socialmente como significantes, também histórico.

Subjacente a essa leitura, torna-se mister esclarecer que, ao reconhecer o aspecto simbólico do mundo histórico, “não se pretende esgotar nele um mundo material dos atores reais, das relações de trabalho, do consumo e de uma série de determinações espaço-temporal concretas, materiais e históricas” (CASTORIADIS, 1991, p. 142). Busca-se afirmar que muitos elementos desse mundo material não podem ser compreendidos fora de um conteúdo simbólico, uma vez que tal aspecto permeia toda a sociedade, principalmente as instituições.

Em princípio, parece que o símbolo é apenas uma abstração puramente neutra, quando, na verdade, muitas vezes ele determina toda uma situação, revelando todo o significado por trás de tal

14 Uma das estratégias utilizadas nesse processo foi a presença da mulher como sujeito político no seio da sociedade civil, mediante movimentos sociais, buscando a trajetória da visibilidade nas mais variadas instâncias da luta política (PINTO, 1992, p. 129).

situação. Como afirma Bourdieu (1987, p. xxi), “as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural”.

No que se refere aos papéis da primeira-dama, há situações que retratam bem essa realidade simbólica. No Amazonas, a mídia difundiu a imagem da primeira-dama Maria Emília Mestrinho associada à de Evita Perón, primeira-dama da Argentina na década de 1940. Não se trata somente de ressaltar a semelhança física entre elas, mas também de evocar a similaridade em atos e ações, como, por exemplo, a doação de seu salário de secretária de Estado aos segmentos subalternos, assim como ações que lembram o fisiologismo e a demagogia da ex-primeira-dama argentina, como doações de viagens à Disneylândia para crianças pauperizadas, as quais ganhariam muito mais se recebessem apoio financeiro para manter seus estudos.

Outras ações que lembram Evita são observadas em Dona Maria Emília, por exemplo, a semelhança no modo de se vestir, no penteado e no ritual de acompanhamento do marido em sessões públicas, bem como a exaltação do esposo, que considerava como seu chefe maior, fazendo tudo segundo as suas ordens, aspectos enfatizados no terceiro capítulo deste trabalho.

Para ilustrar essa analogia das ações da primeira-dama de Manaus com as de Evita Perón, relatos de Martínez (1996) afirmam que todas as ações realizadas pela ex-primeira-dama argentina viviam a exaltação do nome de Juan Domingues Perón, chegando a pronunciá-lo várias vezes em um único discurso, conforme veremos posteriormente.

Sob esse aspecto, podemos dizer que a função da representação é exatamente tornar presente para quem representa determinados papéis sociais a realidade externa, de modo a fazer dela objeto da sua consciência, estabelecendo, assim, a relação entre a consciência e o real. No caso da primeira-dama Maria Emília Mestrinho, estabeleceu-se uma analogia com a imagem de Evita Perón, externa à sua pessoa, isto é, que não fazia parte da sua vida, da sua visão de mundo, nem talvez da sua cultura. Trata-se de um mecanismo for-

jado, de que o poder local se utilizou para criar no imaginário social uma representação de Dona Maria Emília como “mãe dos pobres”, semelhante à imagem da ex-primeira-dama da Argentina.

Dito de outra forma, é possível supor que o governo de Gilberto Mestrinho utilize a popularidade da primeira-dama Maria Emília para dar impulso ao seu governo, já desgastado no seu terceiro mandato, principalmente na capital do Estado. Por outro lado, não há indicadores de que essa primeira-dama tenha se sentido instrumentalizada no desempenho de seu papel social, pelo menos ela não revela isso. Contudo, as relações de gênero são bem visíveis nas relações de poder que tratavam com as classes subalternas e com o poder local, conforme veremos ao longo deste estudo.

Retomando a discussão da representação do imaginário, à guisa de conclusão, podemos dizer que há realmente uma situação de conflito entre o mundo fenomênico contingencial e sensível, vivido e experimentado pelos atores sociais, e o mundo cognoscível, prenhe de significações sociais, do ponto de vista dos sonhos e das utopias desses atores sociais. Nesse sentido, não é difícil supor que, para o poder local, a subjetividade das primeiras-damas assuma segundo plano, já que sua atuação enquanto representação social possui papel político bem determinado no âmbito das relações com o poder local. Trata-se de relações políticas que veem nas atividades das primeiras-damas a estratégia fundamental para garantir a legitimidade de certas administrações governamentais.

Contudo, é importante atentar para o fato de que nem sempre o poder local determina as “regras do jogo” às primeiras-damas. Há casos em que ocorre o contrário: é a primeira-dama quem dá o norte ao governo no âmbito da promoção social. Dona Amine Lindoso, por exemplo, transcende a esfera da caridade e assume o papel do Estado nas políticas sociais, chegando inclusive, a construir equipamentos sociais, como maternidades, postos de saúde, creches-escolas, além de realização de reformas de hospitais. Portanto, não há um único padrão de comportamento para as primeiras-damas. A representação desse tipo de papel varia de acordo com a visão de mundo de cada primeira-dama e das relações que estabelece com o poder local.

A seguir, vamos procurar compreender como os papéis atribuídos às mulheres são construídos socialmente, encontrando no aspecto educacional o lugar propício para essas construções.

1.2. A compreensão do gênero no contexto das relações sociais e da educação formal

A construção do gênero enquanto categoria de conhecimento remete, necessariamente, para uma análise das relações sociais e culturais, em cujo universo fazem-se presentes os modos de pensar de “seres lineares”, tecnológicos, holísticos e binários¹⁵.

Em uma ampla variedade de culturas, discursos, concepções e ideologias, as relações de gênero são compreendidas como parte de um conjunto complexo de relações sociais, e, acrescente-se, um conjunto dinâmico de processos sociais historicamente variáveis. É o que assinala Flax (1991, p. 228) quando diz que:

O gênero, tanto como categoria analítica quanto como processo social, é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexo e instáveis (ou “totalidades” temporárias na linguagem da dialética) constituídos. Essas partes são interdependentes, ou seja, cada parte não tem significado ou existência sem as outras.

Isso faz supor que, assim como não é possível compreender a sociedade apenas sob o foco do antagonismo entre as classes na sociedade capitalista, mas sim também a partir de outras contradições presentes nessas sociedades, não é, da mesma forma, possível analisar as relações de gênero somente a partir da concepção binária da oposição entre os sexos, mas, fundamentalmente, buscar compreender como o gênero articula-se com outros elementos presentes na trama das relações sociais.

Esse novo redimensionamento dos estudos femininos avança em relação ao determinismo biológico, que busca explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina. Ao contrário das concepções deterministas¹⁶,

¹⁵ Termo utilizado por Jane Flax em seu artigo Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista, publicado no Brasil em uma coletânea organizada por Heloísa Buarque de Holanda, intitulada “Pós-modernismo e política”. Rio de Janeiro: Rocco, 1991

¹⁶ Na verdade, o aspecto biológico da diferença social inata não dá conta da explicação dos comportamentos diferenciados entre homens e mulheres na sociedade. Diferente-

gênero refere-se às complexas relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre mulheres e homens na sociedade [...], é parte da estrutura social – em outras palavras, está institucionalizado na sociedade” (ANDERSON, 1993, p. 34).

Nessa direção, procuramos trabalhar essa temática visualizando dois focos de abordagens: o primeiro diz respeito ao aspecto do gênero como uma construção ou categoria do pensamento que nos ajuda a entender histórias e mundos sociais particulares. O segundo busca enfatizar os estudos do gênero dentro da academia, isto é, a forma pela qual essa temática está sendo trabalhada pelos pesquisadores sociais.

É lugar-comum a construção de que o gênero é uma categoria relacional que só pode ser captada na trama das relações sociais e no processo histórico. A identidade de homens e mulheres vai sendo construída e assumida diferentemente ao longo do processo histórico.

Assim percebido, não podemos estudar a identidade de gênero senão associada ao social, na medida em que ela é construída na tessitura das relações sociais. Assim como não podemos deixar de perceber outros elementos relacionais presentes nesta análise, como, por exemplo, o aspecto político das relações de poder entre homens e mulheres, assim como os aspectos econômicos e psicológicos que discriminam e tipificam profissões para homens e mulheres, com oportunidades de trabalhos e salários diferenciados para um e para outro sexo, além de uma carga psicológica considerável de integração passiva do ser mulher no curso da história.

Historicamente, homens e mulheres vêm ocupando diferentes posições na sociedade e tradicionalmente lhes têm sido atribuídos diferentes papéis que, uma vez internalizados, são tidos como “naturais”.

Esses atributos e funções são definidos com base na distinção entre os sexos. Assim, a identificação do homem e da mulher também são processos construídos socialmente, daí a constatação de Saffioti (1987, p. 8) de que “a identidade social da mulher, assim

mente do sexo, o gênero é um produto social apreendido ao longo das gerações (vide COSTA e BRUSCHINI, 1992).

como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade esperava ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”.

É pertinente notar que essa construção social passa por um processo de educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres, envolvendo padrões de conduta e de comportamentos presentes nos discursos normativos, nas orientações de cunho religioso, jurídico e moral, como observamos no início deste trabalho. E que esses estatutos normativos assumem diferentes contornos nas diferentes sociedades, apresentando variações de acordo com o momento histórico, aspecto também já assinalado.

Nesse processo de tornar-se homem e mulher, há todo um trabalho de formação bastante mais amplo, que remonta a valores e concepções de diferentes épocas históricas bastante remotas. Trata-se de um processo que remete às múltiplas formas de integração dos sujeitos à sociedade, inclusos os aspectos ideológicos e políticos, com ênfase nas relações de poder entre os gêneros.

A divisão social do trabalho sendo, inicialmente, uma divisão por sexo, será um elemento presente na identificação de uma posição entre homens e mulheres, pois conforme Godelier (1980), “há a presença de uma economia doméstica, ao lado de uma economia social”.

No plano ideológico, a condição biológica da mulher como reprodutora assume um aspecto determinante que justifica a situação de dominação a que fora submetida, bem como o lugar da esfera privada a ela destinado. Rousseau, em sua obra intitulada *Emílio ou da educação* (1992, p. 427), diz que:

O domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza: já lhes pertencia antes que parecessem tê-lo.

E ainda:

Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana, ou, pelo menos, obra de preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro.

Note-se que os argumentos de Rousseau atribuem a uma ordem natural a dominação vivenciada pelas mulheres, remetendo à compreensão de papéis sociais para o âmbito do juízo *a priori*, inato, imanente ao ser, em detrimento de qualquer aspecto social.

Uma nuance dessa ideologia vai ser desenvolvida pela Igreja no Brasil Colônia do século XVIII, a qual passa a apregoar a moralidade do matrimônio, enquanto a expressão de dominação do homem sobre a mulher. Atribuía ao homem o direito de ser parceiro ativo nas relações conjugais e à mulher obediência e passividade, posto que o seu papel no matrimônio só possuía a finalidade da procriação.

Assim, por meio de sermões e discursos normatizadores, a Igreja criou uma rede de tabus, reforçando a concepção da mulher como um ser frágil, dependente e submisso, cabendo-lhe o papel de zelar pelo bem-estar do marido, gerar filhos e educá-los. Ao homem era destinado o espaço público, cujos papéis consistiam em manter a família¹⁷, a qual confundia-se com as suas propriedades.

Outro aspecto de veiculações e sedimentação dessa ideologia encontra-se no discurso feito pela medicina lusa sobre o corpo feminino referente ao fator procriação, buscando respaldar cientificamente essa questão. De acordo com Del Priori (1993, p. 30):

O médico era, nesse período, um criador de conceitos ao mesmo tempo que um descobridor de fatos. Todo conceito que elaborasse tinha, no entanto, uma função no interior de um dado sistema que transbordava do domínio propriamente médico. Por isso, ao estatuto biológico da mulher ele procurava associar outro, moral e metafísico.

Note-se que, no exercício de sua profissão, o médico utiliza o mecanismo de dominação para adestrar a conduta da mulher a um padrão moral de comportamentos, reiterando a sua função procriadora, disciplinando-a para o casamento e para a reprodução.

Nessa direção, o médico procurava disseminar a ideia de que somente a maternidade revelaria um corpo saudável e uma alma pura às mulheres. A experiência da maternidade atenderia ao pro-

¹⁷ O esforço de adestramento dos afetos e dos amores da sexualidade feminina afinava-se com os objetivos do Estado moderno e da Igreja em torná-los mais próximos do ideal da sociedade, diminuindo as infrações que o pudessem perturbar (cf. DEL PRIORI, 1993).

jeto biológico e moral da própria medicina da época e, ao mesmo tempo, satisfaria as aspirações da Igreja. Assim, o que antes era do campo religioso, agora é cristalizado pela ciência médica.

Com efeito, e em face dessa construção ideológica, vai-se estabelecer uma situação de enclausuramento da mulher à dimensão do lar, sendo-lhe atribuída a maternidade como função principal dentro da família. Concepção que encontra apoio nos argumentos de Rousseau (op. cit., 1992, p. 428), segundo o qual:

O macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante a vida toda [...] tudo leva sem cessar a seu sexo, e, para bem desempenhar-lhe as funções, precisam uma constituição que se prenda a ele; precisam de cuidados durante a gravidez, precisam repouso quando do parto; precisam de vida fácil e sedentária para aleitar os filhos; precisam para o bem os educar, paciência e doçura, um zelo e uma afeição que nada perturbe; só elas servem de ligação entre eles e os pais”

Do horizonte dessa situação de condicionamento da mulher ao trabalho doméstico, considerado improdutivo, Godelier (1980, p. 20) vai indicar como matriz desse tipo de trabalho:

A menor mobilidade que esta apresenta, em relação à atividade produtiva do homem. A função reprodutiva feminina se responsabilizava pela exclusão da mulher de trabalhos considerados pesados, no período de seu engravidamento e consequências do parto, como o aleitamento e o cuidado com a cria.

Uma das críticas a essa concepção pode ser visualizada nos estudos elaborados por Engels (1820-1895) que, ao analisar as relações homem-mulher na divisão do trabalho do período pré-capitalista, demonstra que o trabalho doméstico, antes social, tornara-se um trabalho privado, em decorrência de novas formas de produção preponderantes à época. E, pelo fato de ser considerado improdutivo, circunscrito à esfera privada, acabou sendo desvalorizado.

Com efeito, de um modo geral, os estudiosos que utilizam os estudos marxistas para compreender a base da submissão feminina, dentre os quais Alambert (1980) e Saffioti (1979), “enumeram as mesmas condições encontradas por Marx e Engels para a opressão feminina, a partir da desvalorização do trabalho doméstico, locali-

zado na esfera privada, e o seu afastamento do processo produtivo social, ou seja, do espaço público” (cf. ÁLVARES, 1990, p. 437).

À primeira vista, essa indicação dos papéis sociais por sexo, tão fortemente diferenciados, parece expressar uma realidade “normal”, coerente com as suas determinações naturais, posto que os papéis são naturalizados e desempenhados naturalmente por todos. Na verdade, trata-se de um processo psicológico “mediante o qual um indivíduo assimila um aspecto, uma característica, um atributo de outra pessoa e se transforma, totalmente ou em parte, conforme o modelo desta” (cf. BELLOTI, 1987). Dessa forma, de acordo com essa autora, a personalidade se constitui e se diferencia por meio de uma série de identificações.

Dito de outra forma, é por meio desse processo de identificação com os modelos ditos maternos e paternos, tão bem destacados, que os sujeitos vão, desde a tenra idade, diferenciando-se entre si, posto que interiorizam e tomam como seus valores construídos socialmente e transmitidos como normais e corretos por sua cultura. Sob esse veio, constroem-se modelos para homens e mulheres.

Pena (1988, p. 34) refere-se a uma “mística feminina” que associa a mulher à família e “lhe torna estranho o trabalho coletivo”. Segundo essa concepção, a mulher levaria para o âmbito do trabalho fora do lar as determinações sociais de seu sexo, derivados do papel que ocupa na família.

O modelo tradicional colocado às mulheres, ainda segundo Pena, baseia-se em valores como docilidade, solidariedade, sensibilidade, além da maternidade, já explicitada anteriormente. Com isso busca-se associar sujeito-mulher aos aspectos do sentimento em detrimento da racionalidade, subtraindo suas potencialidades cognitivas, ensejando construir o ideal da mulher doméstica centrada na repetição e na imanência.

Os papéis de primeira-dama assentam-se nesses valores ditos femininos, em que os sentimentos de bondade e de solidariedade acabam sobrepondo os níveis de racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres. Na verdade, há uma

apropriação por parte do poder local dos valores atribuídos às mulheres para firmar uma base de legitimação à ordem estabelecida. Todavia, elas não têm consciência dessa apropriação e dominação masculina frente aos seus valores e às suas pessoas, o que denota uma certa naturalização dos papéis sociais.

No trabalho das primeiras-damas, é visível, a utilização dos sentimentos de amor e de doação, por meio dos quais elas vão conquistando a simpatia e a credibilidade das classes subalternas com quem estabelecem relações de serviços, chegando, em alguns casos, a ganhar mais popularidade que os seus maridos governantes.

É importante, também, acrescentarmos nesta análise que a prática da caridade entre as mulheres da classe dominante não constitui fato recente na história da humanidade. Ao contrário, remonta à Idade Média, quando senhoras de famílias ricas se reuniam para prestar ajuda e assistência aos pobres, pois acreditava-se estar realizando um dever de ordem religiosa baseado em princípios cristãos de apoio e solidariedade aos pobres.

Mas, em se tratando do trabalho das primeiras-damas, há um componente político bem determinado, no que se refere à conotação de caridade e/ou bondade atribuída às suas ações. Trata-se, na verdade, de fazer com que o poder estatal apareça como benevolente e preocupado com as causas sociais. Esse tipo de papel é desempenhado muito bem pelas primeiras-damas, no sentido de fazer propaganda do governo junto aos setores subalternizados, que de forma sutil, como foi o caso de Dona Amine Lindoso, quer de forma menos discreta, como a utilizada por Dona Maria Emília, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Assim, as primeiras-damas, com as suas atividades assistencialistas e benevolentes, acabam dando sustentação política ao poder local, materializada na legitimidade popular ao governo por elas conquistada com seu trabalho, encarado pelos setores subalternizados como ações humanitárias realizadas pelos próprios governantes.

Por outro lado, os papéis masculinos associam-se aos atributos como perspicácia intelectual, pensamento lógico e racional, além do aspecto de virilidade, vinculado à responsabilidade de multiplicação e perpetuação da espécie humana.

Note-se que há um veio cultural bastante determinado, em que o processo educativo assume relevância. Praticamente em todas as sociedades a educação tem desempenhado papéis de conservação e de transmissão de valores que determinam a diferenciação entre homens e mulheres. Há uma diferença bastante acentuada entre a educação do menino e a da menina. A menina é iniciada na divisão sexual de encargos dentro da própria família, estabelecendo-se uma delimitação de papéis ditos “femininos” para que ela desempenhe antes mesmo de transpor as fronteiras da casa para a escola, enquanto o menino recebe educação que visa enaltecer o caráter, a força de vontade, a coragem, o heroísmo e a compreensão do dever, necessários ao bom desempenho de suas futuras funções na vida pública.

Portanto, está claro o fato de a educação formal constituir um influente instrumento ideológico no processo de socialização. A escola também vai construir caminhos pedagógicos diferenciados, segundo o gênero, os quais são resultantes e determinantes de condições sociais.

Com efeito, é bom saber que os estudos do gênero possuem atualmente um rico potencial de análise, dado o redimensionamento epistemológico que vem se estabelecendo em torno dessa temática, destacando o caráter social das distinções entre homens e mulheres, indicando uma rejeição ao determinismo biológico. Ao nosso ver, a nova terminologia “relações de gênero” quer destacar o aspecto relacional das determinações históricas atribuídas às mulheres, como, por exemplo, a construção de papéis sociais estereotipados¹⁸.

Isso porque os estudos femininos focalizavam um aspecto estreito e isolado, sem levar em conta a complexidade de muitos outros elementos que transcendem a esfera da mera discriminação do ser mulher. De acordo com essa nova visão, mulheres e homens passam a ser definidos “em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir por meio de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1991, p. 2).

18 Os estereótipos são construções mentais falsas, imagens e ideias de conteúdo alógi-co que estabelecem critérios socialmente falsificados. Baseiam-se em características não comprovadas e não demonstradas, atribuídas a pessoas, coisas e situações sociais, mas que, na realidade, não existem (LAKATOS, 1996, p. 106).

É bem verdade que esse redimensionamento da temática em questão teve, inicialmente, caráter estratégico, a fim de legitimar os estudos sobre a mulher. Para muitos, “parecia de alguma forma mais ‘científico’, menos militante, que se estivesse pesquisando ‘gênero’ ao invés de ‘mulher’” (LOURO, 1995, p. 6).

Mas a possível sustentação desse termo não se deve a esse aspecto. A categoria gênero começa a tomar corpo na academia (e, diga-se de antemão, salvaguardando todas as críticas referentes a esse processo), em face de uma carga conceitual, cujo conteúdo incluía a relação com outras categorias análogas, como, por exemplo, as de classe e de raça.

Em princípio, a compreensão desse tripé passa pela ideia de compromisso dos estudiosos, não apenas com os segmentos excluídos, mas também com todos os outros segmentos humanos que se encontram situados de modo desfavorável na sociedade, buscando explicar os processos de opressão vivenciados por essas “minorias sociais”, isto é, todos os segmentos humanos excluídos do processo social. Ademais, para esses estudiosos, o núcleo gênero, classe e raça, cientificamente encontra-se associado ao poder, posto que as desigualdades de poder fundam-se nesses três eixos.

Não obstante, essa associação parece não estar bem resolvida no âmbito dos pressupostos da categoria de gênero. Para Scott (1991, p. 2), esse tripé classe, raça e gênero “sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe”. Nessa mesma direção a autora afirma que:

Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações.

Na verdade, a percepção de Scott quanto à definição de classe está associada somente ao âmbito econômico centrado nos primeiros estudos de Marx. Há outros aspectos dos estudos de classe social que devem ser visualizados na abordagem do gênero, como, por exemplo, a sua representação simbólica, pois conforme Castoriadis (1991, p. 142):

Tudo o que se nos apresenta, no modo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns são impossíveis fora de uma rede simbólica.

Como se pode observar, há uma gama de elementos presentes ao estudo das classes que poderiam estar associados ao gênero, fundamentalmente no que concerne à subjetividade de homens e mulheres no contexto de suas representações do imaginário voltadas para as construções que fazem para si no processo coletivo.

A verdade é que não há unanimidade dos autores em torno do conceito de classe associada ao gênero. Alguns estudiosos utilizaram a noção de classe de Weber, outros utilizaram-na como uma fórmula heurística temporária (cf. SCOTT, op. cit.), sem, contudo, apresentar consistência em seus argumentos.

Do mesmo modo, Scott afirma que não existe clareza ou coerência nem para a categoria de raça nem para a categoria de gênero. No caso do gênero, encontra-se uma gama de construções teóricas referentes às relações entre os sexos, destacando as relações de poder, as quais serão abordadas posteriormente.

Assim, cumpre-nos assinalar que os primeiros estudos sob o enfoque do gênero não apresentam uma discussão científica consistente, mas têm caráter basicamente descritivo, avançando pouco nas explicações e fundamentações teóricas. As críticas de Scott (1991, p. 5) evidenciam a limitação do emprego do gênero como categoria de análise. Conforme suas próprias palavras:

Mesmo se nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam.

E ainda:

No seu uso descritivo o “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O “gênero” é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a forma de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Por outro lado, os estudos mais recentes como os de Varikas, 1994; Machado, 1992 e Louro, 1995 apontam para a necessidade do termo gênero tornar-se uma categoria analítica fundada em bases críticas frente aos substratos conceituais tradicionais que imprimem um jargão sexista aos estudos da mulher. Portanto, o ceticismo de Scott, que encerra os estudos de gênero à insuficiência de forças para mudar os paradigmas existentes, não nos parece convincente, ou pelo menos não deveria fechar as possibilidades de mudanças paradigmáticas, sobretudo porque há autores em busca de maior refinamento e definição teórica do campo em discussão.

A própria contemporaneidade impõe a necessidade de se avançar nos estudos sobre o gênero, buscando articular essa categoria a um universo mais abrangente de diretrizes filosóficas já existentes, sem excluir a possibilidade de construção de novos paradigmas, pois:

É fundamental marcar a virada dos estudos da mulher por uma opção, pelo aprofundamento teórico e disseminar essa postura entre os estudiosos (MACHADO, 1992, p. 14).

A década de 1980 no Brasil marca, indubitavelmente, uma busca de legitimidade acadêmica dessa nova categoria relacional, que envolve homens, mulheres, instituições normativas e outras relações, como as de poder constitutivas das relações sociais. Esse processo de legitimação inicia nos cursos de pós-graduação em ciências humanas das universidades brasileiras, a partir da emergência de estudos e pesquisas centralizados nesse tema.

É assim que, a partir da segunda metade da década de 1980, os cursos de Ciências Sociais e de Literatura e Crítica Literária de algumas universidades do Brasil, requisitam maior atenção aos estudos da mulher, indicando a superação dos estudos de cunho biológico ou biologizantes dos papéis sociais pelos estudos de gênero (cf. MACHADO, 1992).

Essa nova proposta de estudo do gênero vai sendo colocada no mundo acadêmico, porém não se pode afirmar que a sua legitimação tenha se concretizado. É preciso, pois ampliar o espaço interdisciplinar garantido em termos de um coletivo de pares, como

diria Habermas (1987), de um “mundo intersubjetivamente compartilhado”, que se preocupe em discutir a categoria gênero do ponto de vista teórico-metodológico.

Um dos grandes impasses colocados ao processo de validade dessa categoria reside no fato de o gênero adentrar a academia com a carga histórica dos movimentos de mulheres e dos grupos de trabalho das mulheres associado à história do feminismo.

Nesse sentido, e sob o peso da história do feminismo¹⁹, a categoria Gênero entra na produção de conhecimentos com uma carga de preconceitos e jargões históricos, tais como: “fala de mulheres”; “movimento social de mulheres” ou “movimento feminista”. Ou seja, está presente um legado cultural de estereotipia da figura da mulher muito mais associado ao aspecto político-militante do que ao aspecto científico, e que, por isso, é visto por alguns como uma questão pouco importante.

Mas é preciso dizer que, em geral, são as próprias mulheres que contribuem para esses impasses de reconhecimento da categoria gênero. No Brasil, por exemplo, as primeiras pesquisas foram produzidas em organizações não-governamentais com o intuito de formar grupos de “tomada de consciência” acerca da questão feminina. Nessas pesquisas, lança-se mão de novas metodologias, pautadas na pesquisa-ação, pesquisa com oficina e pesquisa em que os sujeitos são também os objetos, práticas instrumentais ainda não legitimadas na academia, sobretudo por falta de rigor de algumas dessas experiências de estudo. E é evidente que isso vai ter posterior rebatimento pouco positivo nos estudos acadêmicos relacionados ao gênero, ainda que eles não adotem os mesmos procedimentos metodológicos aqui mencionados.

Fundamentalmente, no Brasil, o impasse é estabelecido em face das críticas aos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos do gênero, já que a preocupação inicial estava voltada mais para a construção de uma identidade sociopolítica do que para o processo histórico e epistemológico de construção de uma nova categoria de

19 Historicamente, o movimento feminista no Brasil era visto como um movimento de mulheres mal-amadas, mal resolvidas sexualmente e de homossexuais. Portanto, constituía uma questão exógena à racionalidade, e, por isso, deveria ser tratada no subsolo das questões nacionais.

conhecimento que busque superar a ideia de esferas separadas para um e para outro sexo.

A compreensão da dimensão ontológica da consciência humana remete para o próprio conteúdo etimológico do termo. A palavra “consciência” vem do latim *conscientia*, que significa “saber com: *cum scire*”. Esse “saber com” expressa-se em um saber compartilhado, que pode aparecer em várias direções, como, por exemplo, no comportamento social tanto no plano da ação política como no do desenvolvimento da realidade social.

Isso posto, coloca-se como convite à nossa reflexão dois importantes níveis de consciência, quais sejam o da consciência de si e o da consciência de classe, estabelecendo uma correlação entre os seus significados.

A consciência de si é a maneira pela qual a pessoa distancia-se do seu ambiente, criando bases para a sua autoafirmação como sujeito de sua decisão. É o tomar conhecimento do seu próprio pensar, agir e viver. Mas a consciência não cabe em si. Ela extrapola os níveis intersubjetivos e exterioriza-se, pois, possui propósitos e intenções definidos, voltados para um determinado fim.

Esses conteúdos assimilados no processo socioeducativo contribuem para o aspecto transcendental da consciência envolvendo o outro, que pela dimensão filosófica de alteridade, passa a fazer parte da consciência do ser social, tornando-se co-sujeito moral, formando com ele uma unidade organicamente superior. O mundo, por sua vez, deixa de ser estranho e passa a integrar o horizonte intencional da sua consciência, visto que “fora da consciência, nada do universo tem valor, a única realidade realmente inteligível está contida na consciência” (cf. VIDAL, 1975).

Já a consciência de classe é um processo grupal e manifesta-se quando os indivíduos, conscientes de si, percebem-se sujeitos das mesmas determinações históricas que os fizeram constitutivos de um mesmo grupo. Lukács (1989, p. 73) afirma que “com o capitalismo, com o desaparecimento da estrutura de estados e com a constituição de uma sociedade com articulação puramente econômica, a consciência de classe acedeu a um estado em que pode tornar-se consciente”.

Uma das formas de construção da consciência de classe consiste em um processo sociopolítico de educação dos sujeitos históricos dentro da sociedade, que é o lugar da política em seu sentido pleno. A luta social reflete-se em uma luta ideológica pela consciência, pela revelação ou dissimulação do caráter de classe da sociedade (cf. LUKÁCS, 1989), em que a possibilidade dessa luta anuncia as contradições e dissolução interna da sociedade de classe.

Entretanto, deve-se pensar no tipo de educação que as mulheres receberam historicamente, calcada em um substrato ideológico de dominação que passa a influenciar o seu desenvolvimento psíquico e social.

Nesse sentido, as mulheres acabam introjetando certos valores e hábitos que se refletem na relação com o outro. No caso do outro ser do sexo masculino, inconscientemente elas estabelecem uma relação assimétrica, posto que a sociedade naturaliza e impõe esse tipo de comportamento, haja vista ser na sociedade que nascem as consciências.

Fundamentalmente, a ideologia do patriarcado assume papel relevante na construção de visões assimétricas, no que se refere à formação da consciência da mulher, visto que esse processo de formação efetiva-se nos primeiros anos de vida da menina, prolongando-se no processo escolar.

Não obstante, torna-se necessário que se construa uma consciência crítica, associada ao aspecto do gênero, que remeta para a superação de relações sociais desiguais, fortalecendo os mecanismos sociopolíticos e educativos que atuam como instrumento dessa causa no interior das sociedades. Nesse sentido, torna-se imperativo que a escola assuma um papel crítico de formação de consciência que remeta para o que Gramsci (1995b) chama de criação de “uma nova cultura, de uma nova socialização”, que levaria à transformação dos processos sociais e do próprio ser social.

Entretanto, nem sempre a educação formal tem assumido uma perspectiva de criticidade e de desmistificação dos processos tradicionais de submissão e de passividade do ser mulher. Ao contrário, a história demonstra que a escola tem reiterado a desigualdade

entre homens e mulheres, especialmente em alguns momentos históricos da educação brasileira, aspecto que passaremos a analisar no item seguinte.

1.2.1 Assimetria de gênero no processo da educação formal: a formação da mulher

Como podemos perceber, a escola vai aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres em várias sociedades. Na verdade, ela vai acentuar o polo doméstico, transformando-o no eixo central que articula todo o processo sociocultural de diferenciação sexual. Segundo uma pesquisa realizada por Louro (1995), alguns textos encontrados, principalmente norte-americanos e ingleses do final do século passado, referiam-se à criação de cursos de economia doméstica²⁰.

Esses cursos surgem no processo de industrialização, justamente em uma fase na qual se verifica uma saída crescente de jovens mulheres de suas casas para trabalharem nas fábricas. Assim, o objetivo desses cursos, segundo Louro (1995, p. 10), consistia no “reconhecimento amplo do fazer doméstico, era preparar mulheres para seus papéis na sustentação da instituição central da moderna sociedade industrial: a família”.

Pois bem, agora vive-se um momento de valorização do lar, dotando-o de uma função social, associado ao que alguns historiadores chamaram de “culto da domesticidade”, um processo que implicou o reconhecimento da possível contribuição do lar para a vida política, econômica e social mais ampla” (cf. LOURO, 1995).

Pode-se ver que, sem descartar a base doméstica dos papéis ditos “femininos” – ao contrário, pontuando e qualificando-o ainda mais -, o trabalho da mulher assume novos contornos que estão associados às transformações sociopolítica e econômicas mais amplas que anunciam uma nova ordem subjacente à consolidação do Estado.

20 “Termo adotado pela nova organização para descrever o estudo da administração do lar, incluía os assuntos femininos de cozinha e costura e muito mais [...] incluía o estudo do consumo familiar (ou economia do lar), nutrição, relações familiares (recorrendo à psicologia e sociologia) e higiene pessoal. De acordo com suas proposições, o objetivo dessa abordagem reconhecidamente ampla do fazer doméstico era preparar mulheres para bem alimentar o lar” (LOURO, 1995, p. 10).

Nesse sentido, a educação formal dirigida às mulheres expressa uma particularidade ideopolítica voltada para a manutenção de valores dominantes, os quais associam conteúdos escolares à “missão” da mulher, ou seja, às concepções que historicamente segregam os papéis de gênero, conforme pode-se perceber na análise de Louro (1995, p. 10):

Atribui ao lar uma função social mais abrangente e se delega à mulher um papel centrado dentro dele: o papel de mantenedora dos valores morais, educadora dos novos cidadãos. Por tudo isso passa a ser importante que ela também seja educada. Sua educação não poderá ser idêntica à educação dos homens, mas deverá, obviamente, prepará-la para bem desempenhar sua missão.

Depreende-se que a preocupação não era para com a educação da mulher propriamente, mas para com os seus encargos na esfera doméstica. Na verdade, há uma “escolarização do doméstico, ou seja, um processo de transformação dos conhecimentos, habilidades e atitudes da mulher no interior do lar em saberes escolares” (cf. LOURO, 1995). Assim, os saberes domésticos passaram a ser reconhecidos em determinado momento histórico, assumindo significação nos currículos escolares. Esses saberes, é bom que se diga, não dizem respeito apenas às prendas e habilidades domésticas, mas envolvem todo um conjunto de valores, comportamentos, atitudes circunscritas à função de dona-de-casa moderna.

Deve-se examinar, nesse sentido, o processo educacional como componente de reprodução das relações sociais, de um lado, e como instrumento de possíveis transformações de outro. Para tanto, tomar-se-á como ponto de partida a realidade brasileira, a fim de que se perceba, amiúde, os rumos político-ideológicos que a educação formal assumiu neste país.

A política educacional brasileira, ao longo dos anos, expressa-se efetivamente no jogo de interesses da classe dominante. Poder-se-ia dizer que a educação formal constitui um dos mais fortes componentes de reprodução das relações sociais e, portanto, da manutenção do *status quo*. O poder político e a composição de forças nele representadas têm atuação e responsabilidade direta na organização formal do ensino.

Assim, pode-se perceber um predomínio de interesses, valores e tendências do poder político na organização do ensino e da política educacional, os quais serviram de “veículos” e “instrumentos” das concepções hegemônicas ou predominantes na estrutura social e cultural.

Nessa perspectiva, a escola brasileira tanto reproduziu e reforçou a estrutura de classes, quanto perpetuou a divisão social do trabalho, estabelecendo diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual. Dito de outra forma, essa separação traz em seu bojo a inexistência de uma educação que expresse a articulação entre as capacidades intelectuais e profissionais do indivíduo, desenvolvendo uma educação dicotomizada, que expressa um distanciamento do nexu escola-vida.

Dentro desse processo, surgem questionamentos acerca dos discursos em torno dos objetivos educacionais voltados para a formação de homens e mulheres. Na verdade, a educação desses sujeitos sociais constituía um processo que visava educá-los de acordo com suas posições na estrutura social.

Os discursos acerca dos objetivos educacionais assumiam variações de acordo com a época e com o momento político e econômico do país. A formação do educando evoluiu de acordo com a transformação da economia: partiu do restrito ensino de nível elementar da economia monocultural²¹ para a dualidade do ensino profissional/propedêutico da economia predominantemente industrial²².

No Brasil, os discursos acerca dos objetivos educacionais possuem uma variação de acordo com o momento político e econô-

21 Pode-se dizer que a política educacional do período colonial se revela praticamente inexistente, visto que, nessa época, a economia assentava-se na monocultura latifundiária, exigindo o mínimo ou quase nada de qualificação de mão-de-obra. A reprodução das relações de dominação e da ideologia dominante cabia aos jesuítas, por meio de seus colégios e seminários, nos quais só tinham acesso os filhos das camadas dominantes e candidatos ao sacerdócio. É preciso ressaltar que a Igreja adquirira maior espaço na sociedade civil mediante a religião, e na sociedade política pelo fato de ajudar a assegurar a reprodução da sociedade escravocrata. Por isso, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, a Igreja permaneceu no controle das instituições de ensino.

22 A industrialização crescente exige mão-de-obra preparada e diversificada para atuar na nova ordem de mercado, ou seja, enquanto as atividades agrícolas requeriam o mínimo de escolarização, as atividades industriais exigiam um certo preparo da mão-de-obra que possibilitasse o manuseio das máquinas que começavam a ser utilizadas.

mico do país. Isso indica que a formação do educando processa-se, fundamentalmente, de acordo com a transformação da economia: partiu do restrito ensino de nível elementar da economia.

A Lei nº 4.024, aprovada em 1961, propôs uma educação inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, mediante o desenvolvimento integral da pessoa humana e do preparo do indivíduo para o domínio de recursos científicos e tecnológicos.

Essa lei tentou condensar os objetivos profissionais e propedêuticos em um só, com o intuito de eliminar a dualidade existente. Não obstante, em sua operacionalização, deixou-se de lado o ensino profissionalizante e passaram a ser ministrada, essencialmente, aulas que possibilitavam às classes subalternizadas o acesso ao curso superior.

Em 1971, a Lei nº 5.692 tem o propósito de reformular o ensino de 1º e 2º graus, tendo como objetivo geral “proporcionar ao educando a formulação necessária ao desenvolvimento de sua potencialidade como elementos de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania” (BREJON, 1983, p. 252).

Ao contrário do que se propugna na legislação como “exercício consciente da cidadania”, os objetivos dominantes em relação à Lei nº 5.692/71, apontam para a absorção da mão-de-obra pelo capital, vinculando a educação ao mercado de trabalho. Conforme assinala Germano (1993, p. 105):

A política educacional do regime militar vai se pautar, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada “teoria do capital humano”. Neste sentido, tenta estabelecer uma relação direta e mesmo de subordinação da educação à produção.

Com efeito, é em Gramsci que se buscam as bases heurísticas de uma verdadeira democracia política contemporânea com relação ao papel da escola. O pensador italiano defende a escola unitária ou de formação humanista. De acordo com o próprio Gramsci (1995, p. 125):

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário por isso refletir-se-á

em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

Note-se que há, aqui, uma preocupação em superar a dicotomia existente entre trabalho intelectual e o trabalho manual, não só no âmbito da escola, mas também dentro da própria sociedade, o que só é possível por uma orientação formativa e humanística que tome o trabalho humano como princípio educativo.

O princípio educativo, em Gramsci, busca estabelecer a unidade entre a necessidade de direção e de reprodução por parte do sujeito histórico, em que a educação, além de ser um ato de conhecimento, é também um ato político, que remete para o horizonte de mudança das estruturas sociais conservadoras, a partir da prática de liberdade do ser social enquanto agente de transformação.

Isso só é possível dentro de uma nova cultura e de uma nova socialização que permita a participação efetiva tanto de alunos quanto de educadores, o que só é possível se a escola for ligada à vida. Gramsci assinala que:

O nexu instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que representa e o tipo de sociedade e cultura representado pelos alunos (GRAMSCI, 1995b, p. 131).

Isso consiste na não neutralidade do educador frente ao processo educacional, supõe um engajamento necessário na vida da escola e da sociedade e exige compromisso, clareza política do educador, enquanto sujeito de decisões.

Ressalte-se, nesse sentido, a importância das reflexões de Gramsci para a conduta do educador, expressas, particularmente, nas *Cartas do cárcere* (1987), quando se refere à autonomia do homem capaz de pensar e dirigir, ao contrário da instrução mecanicista e de adestramento dos corpos, fundada em uma passividade frente às noções abstratas. A escola unitária deveria dirigir-se à vida em uma relação escola-vida, orientada para o trabalho, para a práxis criativa e autocriativa, enfim, para a direção da sociedade com base num projeto político.

A compreensão de que a socialização do conhecimento constitui um fator gerador de contradições, não só de reprodução, é básica e fundamental para o encaminhamento da proposta escolar. Assim, torna-se patente em Gramsci a compreensão da escola como um espaço contraditório, fustigado, por um lado, pelos interesses dominantes e, por outro, pelos interesses das classes subalternas.

É justamente este o segundo ponto de discussão desta abordagem: perceber a prática educativa do ponto de vista da contra hegemonia, que possui uma função básica de transformação da sociedade. Deve-se sublinhar esse outro papel da escola para evitar possíveis posturas reducionistas, que concebem a escola como um reflexo atomizado da ideologia dominante, como se fosse um bloco monolítico.

Na verdade, é preciso compreender a escola como um espaço contraditório, permeada na sua dinamicidade, por concepções de manutenção do *status quo* e por concepções transformadoras que se materializam no engajamento político dos atores sociais envolvidos nesse processo com vistas à educação libertadora.

Segundo Gadotti, “Paulo Freire combate veementemente a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combate, igualmente, a concepção oposta do pessimismo sociológico que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade” (FREIRE, 1979, p. 10 – Prefácio de Moacir Gadotti). Para ele, a educação deve envolver tanto o aparato institucional quanto o engajamento social e político do educador frente ao processo de transformação social.

Fundamentalmente, o processo educacional desenvolve-se dentro de uma estrutura social, em que é possível dizer que a ação educativa não é totalmente uma prática autônoma. Por isso, é preciso compreender a escola sob dois ângulos: o primeiro, como parte da superestrutura composta por instituições criadas para garantir e reproduzir as relações sociais, e nesse aspecto, a sua função ideológica vai ser, na maioria das vezes, a de conservar e desenvolver os interesses de grupos, especialmente daqueles que procuram manter o *status quo*, conforme assinalado anteriormente. Quando se consegue apre-

sentar esses interesses “como justos e bons e apresentar à sociedade como expressão de ordem, então esta sociedade se legitima e garante a sua própria reprodução” (BIGO e ÁVILA, 1983, p. 138).

O segundo ângulo circunscreve-se ao plano do projeto societal, em que o engajamento dos atores sociais, isto é, dos agentes da educação (educadores, pais, alunos, comunidade), por meio de uma ação pedagógica transformadora, ensinará a construção de uma educação libertadora tanto no âmbito da escola quanto no âmbito da sociedade.

A escola, portanto, assume uma dimensão dialetizante que não lhe permite desenvolver-se sob o ponto de vista de um único ângulo, mas comporta outros pontos de vista, dentre os quais, o princípio gramsciano do espaço contraditório, adotado neste estudo.

É preciso ressaltar que, no que concerne à educação de meninos e meninas em várias sociedades, inclusive na sociedade brasileira, permanece ainda um veio cultural assimétrico de resquícios da cultura do patriarcado, no sentido de primazia do sexo masculino sobre o feminino, presente na escola, nas instituições, nas organizações, enfim, nas relações sociais.

É bem verdade que essa situação não passa despercebida no seio da sociedade civil. Os movimentos sociais que representam as “minorias sociais” desenvolvem uma ação política de contra-hegemonia no sentido de fazer frente à discriminação generalizada dirigida a esses segmentos, tendo em vista a construção da sua cidadania não só sob o horizonte da igualdade social, mas também do ponto de vista da construção de suas identidades sociais.

Com relação aos movimentos sociais de mulheres, um dos principais pilares de sua organização diz respeito à construção de sua identidade social com base na construção da solidariedade entre as mulheres, com vistas à conquista de espaços na sociedade. Trata-se de um processo educativo difícil de se construir, que assume um processo lento, gradual e paciente. Isso por que o “contraprojeto feminino não é só uma paráfrase, não é só uma descrição decorativa e esclarecedora, nem uma simples extensão dos direitos às mulheres no sentido de uma democratização mais forte, nem é muito me-

nos uma redutiva limitação ao específico feminino” (BONACCHI e GROPP, 1995, p. 52).

Trata-se de um contraprojeto mais amplo, de reeducação dos sujeitos históricos que remeta para a dimensão de tomada de consciência frente às determinações históricas que segregam homens e mulheres, tornando as relações sociais fragmentárias e desiguais, transcendendo os nexos do masculino e feminino e perpassando os níveis institucionais e toda a vida.

Nesse sentido, os movimentos sociais de mulheres unem-se aos movimentos gerais dos trabalhadores, no sentido de reunir esforços em torno de um projeto societal de contra-hegemonia, em busca da construção de uma cidadania coletiva.

Também é verdade que o processo de construção da cidadania não acontece sem obstáculos e dificuldades. Ele ocorre em um quadro de conflitos que se estabelecem na sociedade em função do choque de interesses. Mas nem por isso a questão da mulher deixa de ser pauta de atuação política. Em todo o mundo, as mulheres vêm construindo redes de solidariedade através de grupos organizados, buscando afirmar a sua identidade. Na verdade, “a questão da cidadania, da mulher, da mulher enquanto pessoa, enquanto cidadã, entrou no debate, entrou no “real”, é um fato que ninguém mais tem coragem de dizer que não admite ou que não concorda” (TEIXEIRA, 1986, p. 94).

Portanto, há uma efetiva visibilidade política das mulheres nos últimos tempos e, embora muitos homens considerem que sua luta não se confunde com a delas, os ganhos políticos já são consideráveis, com a conquista, em muitos casos, de direitos sociais tanto para mulheres quanto para homens, uma vez que a luta, ainda que específica, não é desarticulada dos interesses mais gerais das “minorias sociais” e dos trabalhadores.

É preciso dizer, finalmente, que o processo educativo mais amplo que envolve homens e mulheres em uma perspectiva libertadora parece ser uma aspiração utópica. Compreende-se aqui utopia no sentido de que a educação que supõe a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia de uma sociedade opressora e

dominadora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade menos desigual, do ponto de vista de sua própria humanização, parece uma realidade idealista e inatingível. Todavia, continuamos a alimentar a esperança na humanização da sociedade e na transformação das estruturas sociais injustas e desiguais que segregam e excluem grandes contingentes humanos dos processos sociais.

No próximo capítulo, será dada ênfase à figura da mulher primeira-dama, procurando analisar a origem de sua atuação no Brasil, o tipo de trabalho que desenvolveu e os contornos desse trabalho no Estado do Amazonas. Busca-se compreender a forma pela qual essas mulheres assumem papéis relacionados com um determinado aspecto de gênero, destacando as suas relações com o poder político federal e estadual.

Capítulo 2

Relações de poder e memória das primeiras-damas na sociedade brasileira

2.1. Origem do primeiro-damismo no Brasil e suas relações com o poder

Os papéis sociais das primeiras-damas, ao contrário do que possa parecer, remontam a um período não muito recente de nossa história. Há indícios de que a figura da primeira-dama no Brasil comece a aparecer desde o século passado, quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil.

Diferentemente dessa postura, o projeto de colonização traçado pelo Estado português reservava às mulheres os papéis de mãe e de esposa, aspecto pontuado na discussão anterior. Algranti (1993, p. 53) observa que as mulheres eram consideradas “receptáculo das tradições culturais e das virtudes morais que se desejava transmitir aos colonos, para que desempenhassem os esperados papéis de súditos fiéis e bons cristãos”.

Apesar dessa imagem de mulher submissa e reprodutora, vai ser possível ler nas entrelinhas da história oficial²³ que no caso da mulher primeira-dama, essa condição feminina tão fortemente impregnada no imaginário coletivo da época não será tão passiva assim. É possível depreender, por exemplo, que a imperatriz Leopoldina, primeira-dama do Brasil no período colonial, exerceu papel ímpar no processo de proclamação da independência do país.

Na verdade, a independência do Brasil não representou um fato isolado restrito ao dia 7 de setembro de 1822. Constituiu um processo histórico, cujas origens remetem às tentativas de emancipação política no final do século XVIII²⁴. A data de 7 de setembro é emble-

²³ O universo feminino dos gestos, sentimentos, decisões e símbolos, bem como as relações entre os sexos, não é narrado pela historiografia oficial. Daí a necessidade de se estudar a presença da mulher no período colonial nas entrelinhas da documentação oficial (DIAS, 1983).

²⁴ Essas tentativas estão relacionadas à abertura dos portos e à elevação do Brasil à con-

mática, e apenas representa a formalização da separação entre Brasil e Portugal, já que a independência de fato só aconteceria em 1831 com a abdicação de Dom Pedro I.

Nesse processo de luta pela emancipação política do Brasil, a presença marcante da imperatriz Leopoldina foi fundamental. Note-se que, quando Dom Pedro I foi intimado a voltar para Portugal sob o pretexto de que deveria completar seus estudos na Europa, a imperatriz impede-o de cometer tal desatino.

A lucidez com que essa mulher percebeu o jogo político da corte portuguesa é impressionante. O fato de Dom Pedro I ter ouvido os seus conselhos – pois vive-se em uma época em que ser mulher implicava inexpressividade e uma condição de passividade e de imanência doméstica, a ponto de a mulher ser, inclusive, confundida com as propriedades do seu senhor – indica que, possivelmente, Dona Leopoldina recebera uma educação diferente, de princípios nobres, altivos... devendo-se concluir que ela fora formada fundamentalmente para ser imperatriz, isto é, para ter poder de participação e de decisão política própria dos nobres, papel que mais tarde seria decisivo nos rumos políticos da nação brasileira.

Ao que parece, a sua educação era diferente da concepção de reprodutora que as mulheres de sua época recebiam. Ela assume papel político ao lado do marido, no sentido de contribuir para com os destinos de toda uma nação.

A historiografia nos informa que Dona Leopoldina escrevera uma carta a Dom Pedro I justamente no momento em que a Corte lusitana exigia a volta do príncipe ao seu país de origem, pois a sua presença no Brasil dificultava as pretensões do governo português de recolonizar o país.

A carta da imperatriz exigia que o príncipe proclamasse a independência do Brasil imediatamente, conforme pode-se depreender do conteúdo dessa frase de sua autoria: “o pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece” (COSTA e MELLO, 1996, p. 114). Poder-se-ia interpretá-la da seguinte forma: a hora é esta, separe o Brasil de Portugal imediatamente ou se perderá essa oportunidade. Esses mesmos autores narram que:

dição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Quando recebeu a carta de Dona Leopoldina, o príncipe regente encontrava-se em São Paulo, às margens do rio Ipiranga. Os emissários trouxeram também carta de José Bonifácio reforçando os conselhos da princesa [...] Indignado com as decisões da Corte e estimulado pelas cartas recebidas, bradou: “É tempo...independência ou morte... Estamos separados de Portugal (COSTA e MELLO, 1996, p. 115).

É importante destacar que a decisão de Dom Pedro I no sentido de permanecer no Brasil patente na célebre frase: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”, também contou com a enérgica participação da primeira-dama do país, que, com grande discernimento e clareza política, percebera que a volta do príncipe a Portugal significaria o suicídio político do projeto de independência, já que o interesse do governo português consistia em fazer voltar o Brasil à sua condição de colônia.

É assim que Dona Leopoldina assumiu um compromisso como imperatriz ao lado do príncipe Dom Pedro I na vida pública da nação brasileira, tanto que a sua independência contou com a decisão fundamental dessa mulher que tinha ascensão sobre o governante, chegando, inclusive, a exigir-lhe uma posição: “é agora ou nunca”.

Na verdade, Dona Leopoldina jamais aceitaria voltar à Portugal. Não por interesse próprio, mas em função de um projeto coletivo de toda a nação brasileira, que consistia na sua total desvinculação política do país colonizador que era Portugal. Deve-se sublinhar que não seria a sua condição de mulher que lhe impediria de lutar pela libertação do Brasil. Ao contrário, ela desafiou as convenções sociais de sua época e assumiu efetivamente o papel de ser político de vontade e decisão, que acabou contribuindo para um projeto maior de emancipação do povo brasileiro, ainda que o mérito dessa emancipação política seja discutível.

Desse modo, dever-se-ia concluir que a história do Brasil, como nação, contou com a participação decisiva de uma mulher primeira-dama. Dona Leopoldina foi tão importante para o povo brasileiro que, depois de sua morte, Dom Pedro I não conseguiu casar-se com a marquesa de Santos, Domitila de Castro e Melo. Nem o povo nem a Corte permitiriam o seu novo casamento em respeito à me-

mória da primeira-dama do país, ou seja, a sua substituição não fora aceita pelo povo.

Deve-se ressaltar, também, que a figura da primeira-dama no Brasil, surge no contexto crucial de construção da nação brasileira, que exigia forte decisão e vontade política. Em outras palavras, o primeiro-damismo nasce eminentemente como gestão política de racionalidade decisória e de ascendência ao marido governante, diferentemente dos moldes de atuação das primeiras-damas dos governos posteriores, que passaram a desenvolver atividades assistenciais vinculadas ao paternalismo e ao assistencialismo, conforme se observará no decorrer desta análise, afastando-se, por conseguinte, de suas origens e diferenciando-se.

A construção da identidade do homem e da mulher não é resultado de qualquer forma de interação, mas sim resultado de formas de interação peculiares, de relações de gênero presentes no processo cultural-educativo de cada sociedade. Dependendo de cada sociedade, essas relações são ou menos assimétricas. Porém, todas elas possuem um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. Nesse contexto tipicamente relacional, os homens são entendidos não como ameaça à efetivação da identidade das mulheres, mas como essenciais nessa construção.

No caso específico de Dona Leopoldina, é possível que se perceba um espectro de identidade bem definido ideologicamente, no sentido de não se curvar aos ditames imperialistas. E o fato de ter exercido influência sobre Dom Pedro I, revela não só uma personalidade forte, mas também um nível de consciência que não lhe permite aceitar absolutamente as determinações de jogo dominante.

A constituição da consciência do ser social funda-se no tipo de educação recebida e vai se aclarando cada vez mais, à medida que se caminha na própria história. Isso permite ao sujeito entender melhor a realidade, as contradições sociais, sendo verdadeiramente sujeito de decisões, isto é, capaz de mover-se dentro dos horizontes de sua autonomia, desvencilhando-se da dominação de outrem. O caso de Dona Leopoldina parece constituir verdadeiro salto em relação ao tipo de papel desempenhado pelas mulheres de sua época.

Ela assume um nível de participação política para além da imanência doméstica.

Na verdade, envolve uma discussão dos papéis sociais, no âmbito da vida privada e pública, nas relações entre homens e mulheres, revelando certo deslocamento. Para os costumes da época, Dona Leopoldina foi muito ousada ao adentrar um campo de atuação e de decisão masculina. Mas, como diria Rubin (1997, p. 8), “as lutadoras superiores vão além da estratégia e das táticas e aprendem a usar a si mesmas como armas [...], elas não precisam armar-se com nada mais do que o autoconhecimento”.

Desde essa época, não se ouviu falar de nenhum trabalho exercido por outra primeira-dama. Isto é, durante o Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), a historiografia não informa qualquer trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas. É o que podemos constatar pela entrevista de Dona Amine Lindoso, primeira-dama do Amazonas no período de 1979 a 1983:

Antigamente, não se ouvia falar de algum trabalho exercido por primeiras-damas. Depois da posse do presidente Getúlio Vargas, Dona Darcy Vargas assumiu a política social, e o fez com muita competência e criatividade (Entrevista concedida em janeiro de 1998).

Ao que parece, foi a partir do governo de Getúlio Vargas, especificamente a partir da década de 1940, que a figura da primeira-dama ressurgiu no Brasil.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, o Estado brasileiro assume uma política de arrefecimento e esvaziamento das organizações dos trabalhadores, colocando-se nitidamente a serviço do capitalismo industrial. Assiste-se a um momento de intenso arrocho salarial e de pauperização de amplos setores populacionais. Iamamoto e Carvalho (1993, p. 250), indicam que:

A ação do Estado para facilitar e intensificar a acumulação procurará contrapor-se àqueles mecanismos naturais, impedindo o crescimento real dos salários, seja através de medidas coativas, seja através do processo inflacionário que marca todo o período.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no início da década de 1940, através da Força Expedicionária Brasileira

– FEB, vai servir de pretexto para que o Estado institucionalize os serviços sociais, especialmente no âmbito da assistência social, com a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA.

Nesse momento, aproveitando-se de uma realidade conflitiva, o estado apela para o sentimento de união e de solidariedade do povo brasileiro e “lança uma campanha propagandista que busca ganhar o apoio da população para o ‘esforço de guerra’ [...], cujo esforço é de toda a sociedade, não recaindo seu peso sobre nenhum segmento em particular” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 251). Era o início da primeira campanha assistencialista em todo o país que vai tomar corpo no Projeto LBA.

Um dado importante que se observa nesse cenário da Segunda Guerra, é a rearticulação do movimento operário, cuja história de luta pela cidadania social remonta aos primórdios da República Velha, alcançando o apogeu nas décadas de 1910 e 1920, seguido do cooptação no período do trabalhismo varguista. Segundo Iamamoto e Carvalho (op. cit. p. 252), “o movimento operário reaparece no plano político através da luta antifascista, após a reorganização na clandestinidade de sua vanguarda quase totalmente desarticulada no período posterior à liquidação da Aliança Nacional Libertadora”.

É assim que começa a se fortalecer uma vanguarda do movimento operário autônomo, classista, articulada com os movimentos populares, que juntos vão exigir do Estado a autonomia dos poderes, eleições periódicas e atenção à chamada “questão social”. Começa, então, a inflexão do Estado Novo, sendo necessário, portanto, rever as estratégias políticas, em que o Estado deverá articular novo modelo de dominação política pautado no assistencialismo, sob a liderança da então primeira-dama Darcy Vargas.

Nesse sentido, torna-se necessário criar um aparato institucional em que a prática assistencialista possa estabelecer-se. Cria-se, então, a primeira grande instituição nacional de assistência social denominada Legião Brasileira de Assistência – LBA, sob a presidência de Dona Darcy Vargas, por Decreto-lei em 15 de outubro de 1942. O seu objetivo central consistia em “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda prestar

decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 257).

É assim que a assistência social vai ser associada à figura da primeira-dama no Brasil. Ressalte-se que, nesse tempo, inicia o processo de legalização da profissão de Serviço Social, categoria que por vocação profissional tem a assistência social como objetivo de estudo e de atuação, assunto que será abordado no próximo capítulo.

Na verdade, Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para a atuação da primeira-dama. Ele institui a sua esposa na presidência da LBA, com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política.

Esse ato do presidente vem assegurar estatutariamente a presidência da LBA às primeiras-damas da República, representando “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação beneficiário/pedinte, conformando a relação básica entre Estado e as classes subalternas” (SPOSATI, 1985, p. 46).

Uma das características do estado mínimo, de corte neoliberal, consiste em obter a cooperação da iniciativa privada, não só no plano da promoção social, mas também no âmbito de outras atividades econômicas, em que o setor privado vai assumir, no limite do Estado, certas demandas sociais. No caso do primeiro-damismo, o trabalho social vai envolver, de um lado, o Estado e o empresariado e, de outro, o voluntariado, representado não só por senhoras da sociedade burguesa, mas também por pessoas pertencentes às camadas subalternas, como observamos na realidade do Amazonas. Essa simbiose, como sugere Sposati, canaliza em certo sentido, os conflitos sociais, regulando a relação entre Estado e classes subalternas.

É assim que – como amiúde já se observou – o trabalho da LBA afirmou a figura da primeira-dama no Brasil, “possivelmente numa extensão do populismo peronista argentino como sustentáculo das ações sociais públicas” (FALCÃO, 1990, p. 154).

A propósito do populismo que a Argentina vivenciava nesse momento, pode-se dizer que esse tipo de política ganhava dimen-

sões extraordinárias no imaginário popular. Trata-se do mito Evita Perón, esposa do Presidente Juan Domingues Perón que governou a Argentina no período de 1946 a 1955.

A trajetória de vida de Eva Duarte Perón apresenta uma escalada que vai desde os papéis de atriz de casa noturna e de rádio, ao posto de primeira-dama da Argentina. Segundo Martínez (1996, p. 159), “ela subiu como um meteoro do anonimato de papéis secundários no rádio a um trono jamais ocupado por mulher alguma: o de benfeitora dos humildes e chefe espiritual da nação”.

A ligação dessa mulher simples com o poder argentino transformou-a, dentro de poucos anos, em um fenômeno fantástico, e isso sem ocupar nenhum cargo oficial, somente o de esposa do presidente Juan Domingues Perón. Porém, aonde quer que fosse, era recebida por chefes de Estado, pelo Papa, por multidões etc.

Em uma de suas viagens ao Brasil, os chanceleres norte-americanos, reunidos no Rio de Janeiro em 1947, interromperam a conferência de cúpula para erguer um brinde em sua homenagem. Uns porque admiravam-na como atriz, outros porque viam em Evita²⁵ a imagem do peronismo “analfabeto, bárbaro e demagogo” (ibidem, p. 160).

Para os padrões culturais da época, Evita agia como um homem, conforme descreve Martínez (1996, p. 160):

Acordava os ministros para lhes dar ordens nas horas mais impróprias; dissolvia greves; mandava demitir jornalistas e atores, por vingança ou capricho, para no dia seguinte devolver-lhes o emprego; hospedava nos albergues milhões de cabecitas negras²⁶ migrados das províncias; inaugurava fábricas; percorria dez ou quinze cidades por dia, de trem, improvisando discursos nos quais chamava os pobres pelo nome; xingava como um carroceiro; não dormia. Caminhava sempre um passo atrás do marido, mas ele é que parecia sua sombra, o reverso da medalha.

Aqui parece existir uma inversão de papéis. A mulher do governante assume as rédeas do poder, em uma posição de comando

25 Evita, é o diminutivo de Eva, nome carinhoso dado a Eva Duarte Perón pela população argentina.

26 “Cabecita negra” ou simplesmente “cabecita” é uma das muitas expressões disponíveis no léxico argentino que nomeiam, indistinta e pejorativamente, os mestiços do interior e das periferias (MARTÍNEZ, 1996, p. 160).

que, em outros tempos e em outras sociedades, seria inconcebível. Como diriam os argentinos, “onde é que aquela pobre coisinha frágil aprendeu a lidar com o poder?” (MARTÍNEZ, 1996, p. 12). Parece tratar-se de um fenômeno sem paralelo na história, porém, é bom que se diga que nem tudo é realidade. Há uma certa fantasia envolvendo o imaginário coletivo no que se refere a Evita.

Também é preciso dizer que as exceções de mulheres primeiras-damas corajosas, decididas e enérgicas existem. Algumas conseguem sobressair e marcar época, como, por exemplo, Dona Amine Lindoso no Amazonas – ainda que a seu modo e sem o populismo exacerbado – e Dona Maria Emília, cuja representação de seu papel é tornada pública pela mídia local.

Quanto à condição secundária assumida por Perón, conforme a narrativa de Martínez, parece não ser proposital em Evita, já que fazia questão de enobrecer a figura do marido político. Em um de seus discursos proferidos diante das multidões argentinas, cita pelo menos quatro a seis vezes o nome de Perón numa mesma frase, elevando cada vez mais o tom da voz para voltar ao ponto inicial. É o que se percebe nos escritos de Martínez (op. cit., p. 18):

“Meus ideais fixos são Perón e meu povo; ergo minha bandeira pela causa de Perón. Nunca poderei agradecer totalmente a Perón por aquilo que tenho; minha vida não é minha vida, mas de Perón e de meu povo, que são meus ideais fixos”.

Nessa forma de fazer política, torna-se mister reconstruir constantemente a figura central do próprio governante dentro do discurso político, e isso Evita fazia muito bem. Diziam as más línguas que ela era o homem e Perón a mulher, pois tudo o que fazia falta a Perón para levar adiante a conquista do país e do peronismo, “ela consumou ou fez consumir” (ibidem, p. 160).

Mas, é no âmbito do assistencialismo e do paternalismo que Eva Perón imortalizou-se. Defensora dos humildes, Dama da Esperança, Mártir do Trabalho, Chefe Espiritual e Vice-Presidente Honorária da Nação foram alguns dos títulos que recebeu. Exerceu o assistencialismo sem limites, de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até

o derramamento de cédulas de valor financeiro. Por isso, era idolatrada pelo povo, arrastava multidões, e sem dúvida nenhuma, continua sendo o grande referencial de benemerência para a população argentina, que a chama de “Santa Evita”.

Não obstante, cabe ressaltar que a mitologia de Evita alimenta-se tanto do que ela fez como do que poderia ter feito. Contudo, não constitui o propósito deste trabalho saber se Eva Perón foi ator social comprometido com as causas das classes subalternas ou se foi um simulacro. Trata-se de compreender como essa mulher primeira-dama possuiu ascendência sobre o marido e, por outro lado, como que ela é vista pelas pessoas, nesse caso, pelas grandes populações, por meio do seu trabalho no âmbito da assistência social, ao mesmo tempo que se busca analisar as relações de gênero presentes no jogo do poder e nos papéis sociais. Como diria Rubin (1997, p. 6), “para que uma mulher triunfe, não pode jogar de acordo com as regras. Essas regras não são destinadas a intensificar sua força. Ela precisa mudar o jogo”.

A propósito das relações de gênero podemos perceber, na narrativa de Martínez (1996), que os inimigos ou opositoristas do poder argentino tratavam Eva Perón como “égua ou potranca, o que na gíria portenha significa prostituta, louca”. Aqui há uma situação de depreciação da mulher, pois torna-se difícil à cultura machista aceitar a intervenção política de uma mulher, posto que a ela destinavam-se papéis de ordem doméstica e de reprodução humana. Segundo Rubin (1997, p. 4), as mulheres estão exercendo o poder que possuem “não elevando a voz ou o braço; não por meios brutais, mas por tornar-se uma presença de grande autoridade”.

Na verdade, Eva Perón desafiou toda a tradição dos papéis sociais: atropelava o governo de Perón, dava ordens ao seu *staff*, enfim, agia como se fosse o próprio presidente Perón. Rubin (1997, p. 34) assinala que “o estilo de lutar mudando as regras do jogo é chamado de cooperação confrontante. Para uma guerreira que é também uma amante, que combina ferocidade com gentileza, a estratégia da cooperação confrontante surge naturalmente.

No entanto, deve-se notar que Eva Perón deixava bem claro que fazia tudo isso por amor a Perón e ao seu povo e, diga-se,

com uma habilidade que desarmava os inimigos e atraía cada vez mais o povo. Isso confirma a concepção de que os papéis sociais não são realidades estáticas, mas que é possível modificar a sua ordem, pois quem dá o tom à representação social de papéis é o próprio ator social.

No item seguinte, trabalharemos os contornos da atuação das primeiras-damas no Brasil, enquanto representação social no âmbito do assistencialismo.

2.2. Representação social do primeiro-damismo na sociedade brasileira

Nas décadas de 1940 e 1950, vive-se sob a influência do peronismo²⁷ nos países da América Latina. Logo, o ator social de interesse maior dos governantes vai ser o povo, já que o populismo tem como “fonte principal de inspiração e termo constante de referência o povo, considerado como agregado social homogêneo e exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes” (BOBBIO, 1992, p. 980).

No Brasil, Getúlio Vargas constitui a política trabalhista centrada no paternalismo, não só pelas medidas sociais que regulam o processo de trabalho, tendo como referência a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, mas também pela política de cooptação que direcionou à organização dos trabalhadores. Aqui, não foi endeusada a primeira-dama do país, Darcy Vargas, mas o próprio Getúlio, o qual foi chamado de “pai dos pobres”, dando início a um movimento popular, também sem paralelo na história, conhecido como “queremismo”, que consistia na “vontade popular” em reconduzi-lo ao poder.

Do horizonte dessa política paternalista, a Legião Brasileira de Assistência é vista como um órgão que “faz o bem” e que presta ajuda aos necessitados. Trata-se de um órgão benevolente chefiado pela primeira-dama que permite ao presidente da república e aos go-

²⁷ Movimento político criado por Juan Domingues Perón, quando foi presidente da república Argentina no período de 1946 a 1955. O peronismo foi sucessivamente comparado ao fascismo, ao nazismo, ao bonapartismo. Pelo que concerne aos resultados obtidos, foi visto depois como “revolução nacional” por seus partidários e como “revolução democrático-burguesa sem sucesso” ou como processo sincrético-fascista por outros (cf. Bobbio, 1992).

vernadores dos Estados estenderem as suas mãos aos pobres, dando vazão ao populismo e à demagogia (FALCÃO, 1990). É assim que “no imaginário coletivo, primeiras-damas/filantropia/ e benesse dos governantes se confundem e configuram a assistência social aos pobres” (FALCÃO, 1990, p. 154)

Deve-se examinar que as representações sociais estão ligadas à realidade social de onde emergem, incluindo as estruturas sociais não como elemento determinante, mas como um dos lugares heurísticos das representações.

Lukács (1974) trata as representações sociais como “visão de mundo”, as quais constituem o aspecto concreto da consciência coletiva. Para esse autor, a consciência coletiva manifesta-se na consciência individual. Por isso, a visão de mundo, advinda da fonte heurística do indivíduo, nada mais é do que a integração desse pensamento individual no conjunto da vida social, notadamente, pela análise da função histórica das classes sociais.

Ao que parece, Lukács introduz na análise das representações sociais um denominador importante que é a condição de classe, o que deve supor que assim como a classe dominante possui suas ideias bastante claras e bem elaboradas em sistemas candentes como a ideologia, a moral e a religião, assim também as classes subalternas possuem suas ideias e representações que refletem suas ideologias e seus interesses.

Entretanto, quando as classes subalternas encontram-se em um nível pouco elevado de consciência de classe – para não dizer em um conformismo e alienação – é indubitável que a ideologia dominante vai encontrar um terreno fértil para a sua manipulação. No caso do imaginário coletivo, em relação ao papel da primeira-dama, vão prevalecer as ideias de filantropia e de benesse, porque assim foram veiculadas e direcionadas aos usuários dos serviços sociais. Assim, a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas. Baczkó (1984, p. 35) assinala:

O controle do imaginário, de sua reprodução, de sua difusão e de seu gerenciamento assegura, em degraus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite cana-

lizar, influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas, tanto incertas quanto imprevisíveis.

Disso deduz-se que, no imaginário das classes subalternas, as primeiras-damas representam papéis que evocam generosidade e caridade humana. São representações mentais marcadas por sentimentos isentos de criticidade, em uma experiência de dependência e de passividade. Na verdade, a relação de dominação, sob o véu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço.

Não seria procedente aprofundar um exame acerca do senso comum neste estudo. Contudo, não se poderia deixar de assinalar um de seus aspectos importantes trabalhados por Gramsci (1995), qual seja o conteúdo fragmentário das concepções que participam da constituição do ser social. Para esse autor, o senso comum e a cultura popular estruturam-se de forma não plenamente orgânica, mas isso não significa dizer que o ser social possua uma postura de pura acomodação frente à cultura hegemônica. Na verdade, ele se aproveita desse conteúdo fragmentário para a construção da contra-hegemonia.

Isso significa dizer que Gramsci se opõe à ideia de que o senso comum seja inerente à ignorância das massas e mostra como cada grupo social possui suas próprias imagens e representações. Para ele, as representações sociais combinam ideias que povoam o universo do sujeito coletivo de uma determinada época e, ao mesmo tempo, elementos de tradição e de mudança (cf. GRAMSCI, 1995a).

Disso se deduz que, para Gramsci, as massas não são eternamente manipuláveis. É possível que muitas pessoas se percebam sujeitos de direito frente às atividades assistenciais das primeiras-damas, ainda que outras não o façam. Todavia, não podemos creditar a essas últimas a eterna alienação e passividade no curso da história, já que mesmo do conformismo pode surgir mudança.

Retomando mais uma vez a história da atuação das primeiras-damas e, por conseguinte, da própria Legião Brasileira de Assis-

tência, conclui-se que essa instituição foi criada especificamente para o trabalho de Dona Darcy Vargas, sendo posteriormente dirigida por outras primeiras-damas. Entretanto, é preciso dizer que, quando Dona Darcy Vargas afastou-se da LBA, em 1945, assumindo apenas a presidência de honra como patronesse, a instituição sofreu um impacto, sendo enfraquecida em suas raízes. Mais tarde, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), a LBA toma um novo impulso com a primeira-dama Sarah Kubitschek.

Outro recorte histórico-conjuntural que merece destaque neste estudo é o do período pós-1964, que se caracteriza fundamentalmente por abafar as formas de organização dos trabalhadores. A dimensão política da cidadania brasileira, conquistada arduamente ao longo da história, é duramente cerceada. O novo padrão de acumulação vinculado ao capital monopolista internacional reforça o primado da estabilidade política, condição imposta e assumida pelo Estado nacional com vistas a dinamizar o processo capitalista.

Isso significou, em última análise, a exclusão das massas populares e do proletariado dos mecanismos de negociação do poder. Passaram a ser concebidos como “inimigos principais” do Estado autocrático.

Dentro desse quadro conjuntural, acentuam-se os mecanismos repressivos e de disciplinação das relações de classe, como forma de garantia do poder e da elevação dos níveis de produtividade, necessários ao desenvolvimento industrial.

Essas novas estratégias de desenvolvimento têm como consequência a queda do padrão de vida dos assalariados, traduzida pelo nível de exploração exacerbada da classe operária e pela exclusão social de amplos setores dos trabalhadores brasileiros. Vive-se uma situação de arrocho salarial progressivo, em que a questão social assume contornos assustadores: agravamento da desnutrição, doenças infectocontagiosas, taxas elevadas de mortalidade infantil, associados à miséria de grandes parcelas da classe trabalhadora.

Ao se esvaziarem os canais de participação política dos trabalhadores, as medidas de proteção social são negligenciadas e as políticas sociais assistenciais assumem cunho assistencialista bem

ostensivo, para atender a um duplo requisito: o favorecimento do processo de acumulação, em que a estrutura estatal passa a ser redimensionada para servir à concentração do capital, e a subordinação dos segmentos organizados dos trabalhadores aos preceitos da Lei de Segurança Nacional. Como indicam Iamamoto e Carvalho (1993, p. 154), “a política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo”. Isto é, busca-se repolitizar e disciplinar as forças políticas e organizações de classe aos propósitos do regime.

Regis de Andrade observa que “é através das políticas sociais que se pode compreender a relativa estabilidade do regime dos anos pós-64. (1982, p. 96).

Nessa mesma direção, Netto (1994, p. 40), acrescenta que:

É de se notar que as políticas sociais típicas da autocracia burguesa (não apenas repressivas, “negativas”, mas “positivas”, com intenção coesionadora, dirigidas para obter consenso) emergem ao mesmo tempo em que a ditadura transita da conquista do Estado à modelagem do seu Estado [...]. envolvendo um largo elenco de programas anunciados (embora parte deles só anunciados) a partir de 1970.

É pertinente observar que as políticas sociais são utilizadas, fundamentalmente, para arrefecer conflitos sociais que progressivamente tornavam-se candentes, por meio da resistência democrática, pela ação dos movimentos sociais e populares, corroborados pela própria massa da sociedade civil descontente e deteriorada, no que tange ao seu nível de vida.

Face a esse quadro, começam a aflorar algumas modificações na ordem política do país, já que o chamado “milagre” dava sinais inequívocos de falência, levando o regime à inflexão progressiva. Assim, o Estado autoritário é levado a rever as orientações políticas adotadas.

O processo de “distensão”, implementado pelo mais alto núcleo militar do regime, que era a equipe de Geisel, continuado por Figueiredo, denominado “abertura”, consistirá no projeto de autorreforma com que o Estado forjado pela ditadura procurava transcendê-la.

Seu objetivo estratégico indicava uma recomposição de um bloco sociopolítico para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas estruturado à serviço dos monopólios.

É assim que, no âmbito social, foram criados programas de “combate à pobreza”, haja vista que os focos de pobreza absoluta foram detectados pela própria tecnocracia que elaborou o II PND do governo Geisel. Tratava-se de vários programas de cunho assistencialista contidos não só no II PND, mas no bojo de outras instituições de bem-estar social no país.

Essas medidas paliativas não contribuíram em nada para a solução dos graves problemas sociais brasileiros, que iam desde altos índices inflacionários, passando por arrocho salarial, desemprego, violência generalizada no campo e na cidade, desrespeito ao direito de cidadania, enfim, alto custo de vida e marginalização política, os quais provocam descontentamento geral na sociedade civil, culminando na derrocada final da ditadura.

Nessa conjuntura histórica, a figura da primeira-dama é pouco divulgada. Isto é, as mulheres dos presidentes militares não assumiram função de destaque no regime. Com exceção de Dona Yolanda Costa e Silva, esposa do presidente Costa e Silva, elas assumiram a presidência de honra da LBA – e desenvolveram atividades assistencialistas, sobretudo no âmbito dos Estados, incentivando o trabalho das primeiras-damas estaduais.

Uma das questões que possivelmente explique a diminuta visibilidade das primeiras-damas nesse período é a realidade do regime autocrático. O Estado passa a assumir as “rédeas” da sociedade civil, inclusive das iniciativas voluntárias, criando um circuito de medo e de absenteísmo. Acrescente-se a isso a característica autoritária do militarismo, extensiva à família, em que as mulheres dos militares tendiam a ser submissas e obedientes às determinações do marido²⁸.

28 Para aprofundar melhor essa questão, vide o trabalho de mestrado de Sônia Marise Salles Carvalho, *Casa-caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares*, apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1990.

Rosane Collor assume efetivamente o cargo de Presidente da LBA em 20 de março de 1990. À época, representava o principal órgão de assistência social do governo federal. Assim, sob a perspectiva ideológica do projeto do governo Collor denominado “Minha Gente”, primeiro-damismo, segundo Falcão (1990), “volta a ressurgir na era Collor”, com a missão de “contribuir para alterar o quadro socioeconômico do país, reduzindo as desigualdades sociais pelo atendimento das necessidades da população de baixa renda assistida pela LBA” (*A Crítica*, 29 de maio 1991, p. 7).

No início de seu trabalho na LBA, a primeira-dama Rosane Collor percorreu todo o país e, segundo suas próprias palavras, “sentiu as desigualdades sociais na maioria da população brasileira” (ibidem: 7). Por isso, o seu objetivo consistia em “buscar diminuir essas desigualdades, levando às famílias carentes um pouco mais de amor e carinho, assistindo-as para que elas tenham dias melhores” (*A Crítica*, op. cit.).

Aparece, aqui, a “face humanitária” da assistência social, não ausente de uma carga populista, pois Rosane Collor era uma espécie de personagem produzida pelo poder para difundir a imagem do governo junto aos menos favorecidos. Todos os que apoiavam o governo referiam-se a ela como uma pessoa que se doava aos que Fernando Collor chamou de “descamisados”. Note-se que o discurso do então Deputado Nonato Oliveira, do Partido Liberal do Amazonas, autor do projeto na Assembleia Legislativa que redundou na concessão do título de Cidadã do Amazonas à Rosane Collor, vai nessa direção: dizia que não se lembrava de outra primeira-dama que “no esplendor de sua juventude, tenha se lançado tão resolutamente ao trabalho vocacionado, voltado para o social de seu povo” (*A Crítica*, op. cit.).

Trata-se, na verdade, de um mecanismo de poder que utiliza recursos públicos e a pessoa da primeira-dama para buscar legitimidade do governo, haja vista tratar-se de um governante sem bases partidárias historicamente definidas e de correlação de forças fluídas e alianças pouco sólidas.

Nessa conjuntura, Rosane Collor representou o arquétipo dos papéis sociais fabricados, pois de um momento para outro pas-

sou a ser vocacionada para o trabalho social, sensível às causas populares, enfim, preocupada com as desigualdades sociais. Com ela, o trabalho social das primeiras-damas assume uma conotação pejorativa bem visível, em que *“a assistência social permanece naquele patamar de ação que é mais uma questão de políticos que de políticas”* (FALCÃO, 1990, p. 154).

O quadro social brasileiro é marcado por um declínio no nível de vida, presente na profunda recessão e na inflação associadas ao arrocho salarial e aos níveis exorbitantes de desemprego. Era o início de uma década marcada por profundas transformações socioeconômicas e culturais, que traz sérias consequências ao conjunto da classe trabalhadora.

A postura reacionária e autoritária do governo Collor, de atropelamento das instituições e das organizações dos trabalhadores, conduz as políticas sociais para a privatização, pois *“com a criação dos fundos”*, transfere com arrogância, para o setor privado financeiro, a responsabilidade pelos programas sociais e pela geração de empregos” (PAIXÃO, 1991, p. 138).

Some-se a essa postura totalitária a total negação ao projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, elaborada por uma equipe de assistentes sociais, *“cujas conclusões foram referendadas em Assembleia-Geral da categoria”* (PAIXÃO, 1991, p. 137).

A proposta de Lei Orgânica da Assistência Social, apresentada ao Legislativo Federal, sagrar-se-ia como um avanço no campo das políticas públicas, recolocando à assistência social no patamar de legitimidade dos serviços públicos prestados à população. Rompe, dessa forma com a fragmentação e com a descontinuidade dos serviços sociais, sobretudo com o primado do assistencialismo e do clientelismo que historicamente marcaram o Estado brasileiro, apontando para o fortalecimento da cidadania plena, horizonte da luta política dos trabalhadores.

A proposta da LOAS, como é conhecida a Lei Orgânica da Assistência Social, é aprovada pelo Congresso Nacional em 1989, recebendo posteriormente o veto do então presidente Collor, por incluir, dentre os benefícios, o auxílio à família. Esta foi, certamente,

a desculpa encontrada pelo Poder Executivo para rejeitar o projeto maior que definia a seguridade e os mínimos sociais no Estado Brasileiro. Após o impeachment de Collor, a LOAS é novamente reapresentada com mínimas modificações, sendo, pois, sancionada por Itamar Franco, em 1993.

Na verdade, não havia nenhum interesse por parte do governo Collor em aprovar um projeto que elevaria a assistência social ao *status* de política pública, o que supõe controle social, equidade e universalização dos serviços sociais. Essa nova concepção “rompe com a tradição de ações emergenciais, eventuais e precárias” (SPO-SATI, 1995, p. 139), que sempre conduziram a ação social neste país e, diga-se, bem presente em um governo que atua sob os nexos do fisiologismo e do clientelismo que marcaram a era Collor.

Acrescente-se a esse cenário a condição subalterna que o país assume frente ao projeto neoliberal e às forças internacionais de mercado, que têm no Consenso de Washington (1989) o ponto decisivo.

Nesse contexto, a primeira-dama Rosane Collor assume a presidência da LBA colocando em curso uma prática assistencialista degradante junto aos setores pauperizados. No dizer de Paixão (1991, p. 139), “vivemos a reiteração da visão fragmentária, administrativa, burocratizada e desprofissionalizante da questão social”.

É importante lembrar que o governo Collor exclui sumariamente as forças populares do processo decisório na sociedade. Não reconhece as representações da sociedade, posto que “lateralizou as organizações políticas dos trabalhadores, estabelecendo o discurso diretamente com a grande massa, com os descamisados” (PAIXÃO, 1991, p. 138).

Essa era a característica de um governo que se dobrava facilmente às orientações político-ideológicas do neoliberalismo, que não estabelecia interlocução com a sociedade civil organizada e que conduzia a nação acima das forças políticas, denotando um tipo de autoritarismo em que só o Estado arbitrava as suas ações.

Nesse sentido, a primeira-dama Rosane Collor teria papel fundamental, centrado na busca de legitimidade do poder federal.

A sua imagem seria construída a partir de alguns elementos que remontavam à “face humanitária” da assistência social e aos atributos “femininos” de vocação e abnegação ao trabalho social em favor das classes subalternas.

Dado que as relações de gênero travam-se no campo do poder, em que, segundo Saffioti (1992, p. 185), “tem lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados”, a dominação efetiva-se de forma sutil e, muitas vezes, imperceptível por parte das próprias mulheres, como, por exemplo, a aceitação natural de certos estereótipos e papéis como esses direcionados à primeira-dama em questão.

Ao analisar criticamente a situação de pessoas que se identificam plenamente com os papéis sociais de forma acrítica, aceitando passivamente tudo o que lhe é imposto, Heller (1992) indica que nisso há uma condição de total alienação do indivíduo frente às determinações históricas do mundo e dos fenômenos sociais.

Ao nosso ver, constitui um tipo de comportamento que revela uma postura ingênua frente à realidade social, isto é, a pessoa não consegue decodificar os determinantes históricos que engendram os papéis sociais. Ou, por outro lado, pode tratar-se de um comportamento deliberado para atender aos propósitos do governo e de seu grupo político, e, então, estaríamos falando da instrumentalização da atuação das primeiras-damas como representação social.

Quanto ao atual governo de Fernando Henrique, é importante destacar a extinção da LBA e a instituição do programa Comunidade Solidária em seu lugar. O referido Programa, instituído pelo Decreto nº 1.366 de 12 de jan. 1991, é presidido pela primeira-dama do país, a antropóloga Ruth Cardoso, e visa, dentre outras questões, dar continuidade às atividades das primeiras-damas, pois, segundo Sposati (1995, p. 127):

Isto significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que, na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de manifesta “bondade”, “sensibilidade” e não de políticas públicas.

Essa concepção remonta um tipo de cultura que outorga a supremacia do homem sobre a mulher. Em outros termos, trata-se de um substrato patriarcalista, cujos caracteres impõem ao homem a racionalidade e à mulher os aspectos dos sentimentos e da imanência, assentados em valores de tendência humanitária, como a bondade e a sensibilidade.

Na verdade, as relações de poder elevam ao máximo a contradição presente em todas as formações sociais. Nelas, o mercado e suas relações estabelecem papéis e determinam os comportamentos dos indivíduos.

As representações de papéis são estabelecidas a partir de variados contextos históricos, sociais, econômicos e ideológicos. As concepções ditas “naturais” são na verdade, socialmente naturalizadas.

A posição de inferioridade destinada à mulher na hierarquia de poder ocorre como um dos resultados do processo socioeducativo que, historicamente, originou e tem mantido essa desigualdade, em geral atribuída à socialização da mulher voltada para aspectos pouco expressivos e para o âmbito privado. Parafraseando Foucault em sua *Microfísica do poder* (1993), poderíamos dizer que o poder dirige-se diretamente aos corpos para fazê-los necessariamente dóceis, tendo na prática disciplinar o seu aspecto de passividade e de modelamento, para atender ao regime de verdade de cada sociedade.

As representações dos papéis ditos “masculino” e “feminino” derivam da formação de estereótipos reforçados pela divisão sexual do trabalho, que atribui a homens e mulheres papéis diferenciados a partir da dinâmica da construção ideológica das relações capitalistas. Dito de outra forma, os papéis assumidos pelas mulheres nos variados contextos históricos servem a interesses derivados, em última análise, da dinâmica do capitalismo.

Sob este aspecto, a história demonstra que, quando constituía interesse ao capitalismo que a mulher tivesse muitos filhos para multiplicar a mão-de-obra e manter, assim, os níveis de exploração e, portanto, de acumulação havia um trabalho ideológico de incentivo

à mulher para assumir esse papel, valorizando²⁹ a imagem da mãe e da boa esposa. Do mesmo modo, quando no processo de variações do mercado o capitalismo necessitava da força de trabalho feminina, novamente as forças ideológicas entravam em cena, “valorizando” a imagem da mulher independente, que trabalha fora e que contribui na complementação da renda familiar. Severino (1992, p. 7), utilizando-se dos estudos marxianos, concorda que:

Todas as formas de pensamento e de representação, elaboradas pela consciência humana – crenças religiosas, morais, filosóficas, jurídicas, científicas e políticas – dependem diretamente das relações de produção e de trabalho, correspondentes a determinadas fases da história das formações econômicas.

Nesse processo, vem à tona uma discussão acerca da vida privada e da vida pública nas relações entre homens e mulheres, revelando a contradição de monopólio do poder do homem, na esfera pública, e da mulher, na esfera privada. A saída da mulher do âmbito privado para o âmbito público coloca-a em contato com uma rede de relações sociais, as quais implicam em novos saberes, novas informações, que redefinirão suas relações no âmbito privado. A construção da cidadania das mulheres envolve a trajetória do privado para o público, levando consigo, no dizer de Pena (1988), todos os valores tradicionalmente atribuídos à sua condição feminina associados aos aspectos do coração, conforme assinalamos anteriormente.

Deve-se examinar que essa concepção do espírito humanitário, no que se refere ao trato da “coisa pública”, remonta um ideário político-ideológico bem definido dos primórdios do Estado, encontrando apoio nos substratos doutrinários do neoliberalismo. Isto é, ela deita raízes no ideário hayekiano, quando trata da importância e da necessidade das associações voluntárias como um desejo de um verdadeiro liberal” (SCHERER, 1994, p. 23).

29 Cumpre-nos observar que a valorização da independência da mulher não se assenta apenas ao âmbito da estratégia capitalista, mas fundamentalmente no escopo do projeto de construção da sua cidadania social. A dimensão da cidadania da mulher remete para o repensar dos seus papéis tradicionais, em um processo de tomada de consciência da opressão histórica a que fora submetida, construindo espaços de poder na sociedade em vários sentidos, principalmente mediante os novos movimentos sociais, que atualmente apresentam transformações positivas em direção a um novo tempo.

Trata-se de uma tendência e/ou de um modelo que impõe a redução das ações intervencionistas do Estado, especialmente, no âmbito da proteção social. Em outras palavras, exige o Estado de seu papel social, enquanto gestor de políticas sociais, o qual, por sua vez, “apela à solidariedade e se apresenta como ‘parceiro’ da sociedade em suas responsabilidades sociais” (YAZBEK, 1998, p. 52).

Não obstante, há uma situação mais grave do que a desinstitucionalização do Estado: a orientação neoliberal “referenda a desigualdade e as práticas diferenciadoras do mercado, despolitiza as relações sociais, reforça preconceitos, desestrutura políticas no campo social” (YAZBEK, 1998, p. 50).

Ao que parece, o Programa Comunidade Solidária assume essa característica ideopolítica bem definida. Trata-se de um programa assistencialista, que atua acima das forças sociais, estabelecendo uma relação de negação à representação política dos segmentos sociais, atuando “à margem do estatuto da cidadania” (PEREIRA, 1998, p. 60).

Esse Programa não só promove o desmanche dos direitos sociais, mostrando-se desfavorável à consolidação da assistência social como política pública, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência, como também dá plenas condições ao trabalho político-partidário da primeira-dama, a qual visita todos os Estados mostrando-se preocupada com os problemas sociais, envolvendo em suas ações órgãos federais de credibilidade, como as universidades e alguns ideólogos da socialdemocracia.

Nessa contextura, a assistência social é reafirmada “como a regulação das benesses e dos favores a ponto de desenhá-la como ação de uma primeira-dama, reproduzindo o gesto colonial da Rainha Isabel ou o gesto populista de Getúlio Vargas” (SPOSATI, 1995, p. 136-137). Na verdade, o Programa Comunidade Solidária representa uma forma efetiva de se manter o conservadorismo próprio do populismo tradicional no campo da assistência social, que mantém as classes subalternas sob a dominação paternalista do Estado por meio de benemerência.

Trata-se, no dizer de Sposati (1995), de “uma estratégia de inversão da ação da cidadania”, pois além de trabalhar com uma

seletividade da população-alvo sem qualquer critério que justifique a inclusão e a exclusão dos usuários ao Programa Comunidade Solidária, retira do âmbito dos ministérios a autoridade da gestão de programas sociais e os subordina à primeira-dama, para, como é dito, ganharem direcionamento comum e um selo de preferência (SPOSATI, 1995).

Isso indica que a representação social da atuação das primeiras-damas assume padrões arcaicos de relações sociais, que tornam natural a exclusão social e potencializam a dependência dos subalternizados, implicando uma baixa ação da cidadania. Desencadeia-se, portanto, um processo de desconstrução e de deseducação da cidadania, enquanto busca de identidade, espaço da representação político-coletiva e de conquista de direitos.

Na verdade, coloca-se em curso uma tendência que vem se configurando em uma perspectiva neossocial, que desencadeia a era do não-direito, à medida que promove um desmonte de uma série de medidas sociais conquistadas arduamente no processo de luta da classe trabalhadora. Isso indica que a representação social do primeiro-damismo assume a forma de agir e de pensar do grupo político que se encontra no poder e, como a onda neoliberal instalou-se no Estado brasileiro, é evidente que as ações sociais das primeiras-damas tomarão essa direção.

A base material desse tipo de representação funda-se em atos e práticas realizados por agentes e grupos de *status* que Weber (1985) define como portadores de todas as convenções que se atuam na sociedade. Na verdade, não prescinde da individualidade de cada primeira-dama, ainda que elas preservem comportamentos diferenciados. Essa representação funda-se em orientações bem definidas pelas classes hegemônicas, que visam, em última análise, o fortalecimento de ideias e de projetos políticos dominantes.

Nesse sentido, não é difícil perceber o veio político do trabalho da primeira-dama Ruth Cardoso, pois em tempos de reeleição é possível que suas atividades venham a ser um eficiente instrumento de propaganda e de visibilidade do governo federal, preservados todos os outros aspectos de construção de poderes e subjetividade presentes na representação do seu papel social.

No item seguinte examinaremos a origem do trabalho das primeiras-damas no Amazonas, enfatizando as suas relações com o poder estatal local dentro de determinadas conjunturas políticas.

2.3. O poder local e a origem do primeiro-damismo no Amazonas

A figura da primeira-dama no Amazonas pode ser entendida como uma extensão da atuação das primeiras-damas em nível nacional, vinculada às ações sociais desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência. Todavia, convém atentar para o dado de que, possivelmente, as primeiras-damas do Amazonas não dirigiram nem administraram a LBA. Sabe-se que elas colaboraram para com essa instituição de forma efetiva, paralelamente às suas atividades assistenciais, porém a administração dos programas era realizada por outra pessoa, na maioria das vezes profissionais assistentes sociais, salvo algumas exceções.

De acordo com Dona Antonieta Mestrinho, esposa do então governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, no período de 1958 a 1963, o primeiro-damismo no Amazonas “surgiu com ênfase na assistência social, a partir de Dona Nazaré Coelho” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Dona Nazaré Coêlho, esposa do ex-governador Plínio Ramos Coêlho, assumiu o papel de primeira-dama do Amazonas no período de 1955 a 1958, que marcou o início da era do trabalhismo e do getulismo no Estado do Amazonas sob os auspícios do Partido Trabalhista Brasileiro, o que abordaremos posteriormente.

Antes, porém, é interessante situar as nuances da assistência social desenvolvida no governo de Álvaro Botelho Maia (1950-1954), predecessor de Plínio Ramos, portanto, da atuação das primeiras-damas no Amazonas.

Com a criação da Legião Brasileira de Assistência, em 1942, no Brasil, há a implantação de seus núcleos nos Estados, “com o objetivo de arregimentar as forças da nação brasileira em função do crescimento e do bem-estar das comunidades carentes” (*Relatório de Atividades da Central de Voluntários do Amazonas*, 1981, p. 10). A

primeira-dama era, na verdade, uma espécie de figura emblemática da LBA, porque seus estatutos conferiam a ela o cargo de presidente de honra, ou seja, patronesse, conforme assinalado anteriormente.

Quando o núcleo da LBA foi implantado no Amazonas quem assumiu a coordenação de seus programas foi “Dom João de Souza Lima e o seu trabalho se desenvolvia na assistência, quanto na parte lúdica, na educação, na saúde” (entrevista concedida por Dona Antonieta Mestrinho em janeiro de 1998). De acordo com a primeira-dama entrevistada, houve uma boa administração desse projeto por parte de Dom João de Souza Lima, que, à época, era arcebispo da Arquidiocese de Manaus.

É importante que observemos a presença da Igreja no encaminhamento dos problemas sociais da sociedade amazonense, isto é, a presença da Igreja no social, tendo por base a sua doutrina de participação efetiva no enfrentamento da chamada “questão social” decorrente da industrialização.

As Encíclicas Papais, da década de 1930 em diante, especialmente a *Quadragesimo Anno*, de 1931, e a *Divini Redemptoris*, de 1937, apontam para a reestruturação da ordem social e para a reconstrução da sociedade. Essas diretrizes gerais trazem um “ranço” conservador bem acentuado, à medida que sugerem a reparação e reconstrução do tecido social, em uma paridade com o poder político de todas as nações. Trata-se da reforma da moral e dos bons costumes, não de reformas institucionais, como as chamadas reformas de base que a sociedade exigia.

O movimento de massa denominado Ação Católica constituiu um grande mecanismo de atuação da Igreja na vida brasileira dos anos 1940 e décadas posteriores. Esse movimento reafirmou o compromisso social da Igreja, mediante a inserção de jovens e de adultos nos interstícios da sociedade, de forma a organizar os seus segmentos. Daí a criação de os organismos denominados Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC); Juventude de Estudantes Católicos (JEC), dentre outras denominações direcionadas aos adultos.

Nesse contexto, é evidente que houve o engajamento dos chefes maiores da Igreja no processo social, como é o caso dos

bispos e arcebispos, realidade que se espalhou por todo o Brasil. No Amazonas, Dom João de Souza Lima coordenou os programas assistenciais da LBA em estreita conexão com o Estado³⁰⁸, revelando, segundo os depoimentos de Dona Antonieta Mestrinho, “uma grande competência na administração dos recursos destinados à assistência social” (Entrevista concedida em janeiro de 1998).

Como se vê, a ex-primeira-dama refere-se ao arcebispo como administrador dos programas sociais, não revelando a sua possível atuação social junto aos segmentos subalternizados. Ao que parece, essa nuance fazia parte do pastoreio de Dom João de Souza Lima, que, dentre as suas visitas pastorais, parecia privilegiar os segmentos pauperizados vivendo em condições de vida aviltantes na cidade de Manaus.

Manaus da década de 1940 apresentava-se como uma cidade de muitos contrastes, “cujos aspectos estruturais de formação social amazônica haviam-se agravado no percurso da história, [...] profundamente marcada por um quadro de miséria urbana” (SCHERER, 1989, p. 107). Ao mesmo tempo, exibia construções suntuosas, arquitetura luxuosa em suas casas comerciais, porém com profundas marcas de abandono, a despeito do discurso de Getúlio Vargas, pronunciado em 1940, sobre o Rio Amazonas, de que a região constituiria assunto de interesse nacional. Dois anos depois (1942), em face de um acordo entre Brasil e os Estados Unidos, cria-se o Serviço Especial de Saúde Pública – Sesp. Segundo Scherer (1989, p. 109):

Cabia ao Sesp a assistência médico/social aos trabalhadores seringueiros, que formavam as frentes extrativistas. Esse órgão visava, além disso, à profilaxia e ao estudo do combate à malária; ao desenvolvimento da educação sanitária e à construção de posto de saúde e hospitais; o saneamento urbano e ao preparo de profissionais de saúde pública.

É inegável a importante contribuição do Sesp nos rumos da saúde pública no Estado do Amazonas, não só na formação do bem-

30 É importante dizer que a total desvinculação da Igreja com o Estado acontece somente a partir do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965, ocasião em que se delibera uma reforma “radical” da Igreja. Período também que inicia na América Latina a tendência de pensamento denominada “Teologia da Libertação”, dividindo internamente a Igreja entre ala progressista e ala conservadora.

-estar físico, como também na formação dos profissionais da área da saúde, que terá mais tarde na Escola de Enfermagem do Amazonas a referência dessa formação.

Em nível nacional, vive-se a era varguista em sua fase ditatorial do Estado Novo, que assume as características de integração nacional, centralização do poder, despolitização e nacionalismo um tanto quanto difuso.

A centralização absoluta do poder nas mãos do Executivo permitiu ao governo central anular a autonomia dos Estados, impondo-lhes diretrizes de integração nacional. Além disso, o Estado brasileiro, por meio de medidas sociais, buscava regular o conflito capital x trabalho ainda que não conseguisse desarmar totalmente as tensões sociais.

No âmbito regional, Álvaro Botelho Maia “nomeado interventor por Getúlio Vargas e condutor do Amazonas durante o Estado Novo” (SCHERER, 1989, p. 2), assumiu o papel de articulador dos interesses das elites locais até o ano de 1954, quando o governo do Amazonas passa para as mãos de outro grupo político.

No âmbito da assistência social, o interventor Álvaro Maia contou com a colaboração do juiz de direito André Vidal de Araújo³¹. Na verdade, o interventor formulou-lhe um convite para que elaborasse um Programa de Assistência Social para o Estado.

É importante assinalar que, nesse momento, não havia qualquer iniciativa governamental dirigida à proteção social. A assistência aos desvalidos era prestada de forma voluntária por senhoras da sociedade, em geral, mulheres de funcionários públicos que, movidas pelo espírito religioso, prestavam socorro aos pobres.

A missão que André Araújo recebera do interventor Álvaro Maia não só vai ser cumprida no que concerne ao programa social solicitado, como também vai ser criada uma escola de formação profissional dirigida aos trabalhadores sociais. É nesse contexto que surge, em 16 de novembro de 1940, a Escola de Serviço Social

31 Nesse período, André Vidal de Araújo assumia a magistratura como juiz de menor e dirigia o “Círculo operário” criado por ele para amenizar os problemas sociais e preparar os trabalhadores a enfrentarem os seus problemas. O “Círculo” preparava os trabalhadores para a sindicalização, atendendo a política trabalhista do governo federal (vide COSTA, 1996, p. 57).

de Manaus, criada por André Araújo como parte do Programa de Assistência Social.

Rita Montenegro, em sua dissertação de mestrado sobre a história da Escola de Serviço Social de Manaus (1986, p. 44), assinala que:

A fundação da Escola de Serviço Social de Manaus se insere dentro de uma tendência nacional, que se manifestou sobretudo nos grandes centros, onde as pressões políticas e a crescente industrialização faziam-se sentir os efeitos de uma nova realidade.

Note-se que a Escola de Serviço Social de Manaus foi uma das primeiras do Brasil. A primeira Escola surgiu em 1936, em São Paulo, e a segunda no Rio de Janeiro, em 1937. Talvez esse pioneirismo se deva ao fato de que as condições sociais de Manaus eram graves, exigindo segundo Montenegro (1986), “soluções inovadoras”.

Não obstante, mais do que a criação de uma Escola, Álvaro Maia pretendia dar sequência aos objetivos do Estado Novo de Vargas, que, ao mudar a Constituição de 1937, inseriu um capítulo sobre política social, cujos objetivos consistiam em fazer frente à “questão social”. Em face dessa situação, tornava-se necessário gerar condições à formação de pessoal preparado para atuar no campo social (cf. COSTA, 1996).

A Constituição Federal de 1937 continha novas medidas sociais e trabalhistas, como o estabelecimento do salário mínimo, a jornada de oito horas de trabalho, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, convenção coletiva do trabalho, além da criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão e da Justiça do Trabalho, consolidada em 1939.

O imposto sindical³² implantado em 1942, previsto na Constituição de 1937, servia de mecanismo de regulação da luta sindical em que o Estado “conjugará os efeitos ideológicos e repressivos e procurará circunscrever as soluções trabalhistas à ótica dos grupos sociais dominantes” (CERQUEIRA, 1982, p. 109). Some-se

32 Esse imposto “obrigava todo trabalhador a contribuir com um dia de trabalho anual em benefício da associação profissional de sua respectiva categoria econômica, o que não implicava sindicalização” (CERQUEIRA, 1982, p. 109).

a isso o aspecto político-ideológico da *Consolidação das Leis Trabalhistas*, criada em 1943, “que entre outras finalidades terá de fazer desaparecer o sindicalismo autônomo e mesmo o movimento operário” (CERQUEIRA, 1982, p. 109).

Na verdade, Getúlio Vargas apostava no crescimento econômico e na justiça social como elementos centrais do seu projeto. Apostava em uma ampla revolução econômica e social rumo ao desenvolvimento do país, sem extrapolar as fronteiras nacionais. Para tanto, busca estabelecer alianças com a classe trabalhadora e com os amplos setores subalternizados, a começar pela implantação de um sistema trabalhista, passando pelo cooptação de entidades sociais e sindicais sob o véu do paternalismo.

Nessa perspectiva autoritária que tem no paternalismo a estratégia velada de dominação, a “questão social” é conduzida e/ou contornada sob a ótica da benemerência, combinando “bondade” e autoritarismo com as garantias constitucionais que sinalizam para a possível “harmonização” das classes sociais, encobrindo a luta de classes. Na verdade, “o paternalismo indica uma política social que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos” (BOBBIO, 1992, p. 908).

No campo da assistência social, a Constituição de 1937 priorizou três áreas de ação: assistência às famílias numerosas, proteção à maternidade e proteção à infância, implementadas em nível institucional pela primeira-dama do país, Dona Darcy Vargas, conforme observamos no item anterior.

No Amazonas, André Araújo organizou a assistência social, colocando-a sob a tutela do Estado, dentro de um programa que procurava reunir recursos dos setores privados e a ajuda da própria Igreja, a qual teve uma participação importante no âmbito do atendimento à pobreza neste Estado, aspecto que já evidenciamos (COSTA, 1996, p. 58-59) assinala:

O programa de Assistência Social, idealizado por André Araújo, previa a criação de um serviço social de assistência. Seria uma atividade para sugerir, sanar e prevenir, por meios técnicos e métodos próprios, a deficiência e os desajustamentos individuais ou de gru-

pos sociais, numa visão funcionalista, para amparar o povo. Esse serviço social deveria ser feito na família, no trabalho, na comunidade, na escola, no meio rural, entre detentos egressos e no meio médico.

Por esse motivo é que se tornava mister preparar pessoal qualificado para atuar com racionalidade na realidade social de prostituição, mendicância, exploração do trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas, além de “organizar “as famílias.

Como solução à problemática social “da sociedade moderna em geral, e do Estado do Amazonas, em particular [...] um primeiro passo [...] seria a realização de ‘inquéritos sociais’, ou seja, pesquisa social, como forma de avaliar problemas e recursos disponíveis para combatê-los” (MONTENEGRO, 1986, p. 67).

Em outras palavras, era preciso identificar a problemática social, especialmente na área da família e do menor, existente no Amazonas, como também a capacidade instalada em nível institucional³³, a fim de efetivar medidas de enfrentamento aos problemas sociais.

Entretanto, e a despeito de toda a boa vontade de André Araújo, sabe-se que o Estado não consegue dar respostas efetivas à chamada “questão social”, talvez em face da ausência de recursos e do estado de isolamento geopolítico e econômico que a Amazônia traz em seu legado.

Um fato curioso é a absoluta ausência da figura da primeira-dama na década de 1940. A historiografia informa que Álvaro Maia era uma pessoa solitária, que nas horas de descanso preferia isolar-se em sítios e seringais para escrever as suas crônicas, mensagens e obras.

A sua obra intitulada *Nas barras do pretório*, publicada em 1958, relata que o governador contava apenas com os serviços caseiros de uma senhora contratada para cuidar de suas roupas, do que se pode deduzir que talvez se tratasse de um homem solitário sem a companhia de uma esposa.

³³ Em todo o Estado, havia 55 órgãos, sendo 21 na capital e 34 no interior. Em Manaus, havia somente 3 hospitais para atender a uma população de 106.399 habitantes. Para atender aos 438.008 habitantes do Estado, havia somente 9 hospitais. Em face dessa realidade, não é difícil supor que a população, em sua grande maioria, não teria acesso aos serviços (COSTA, 1996, p. 61).

Nesse período, a LBA permanecera quase que desarticulada no Amazonas – ainda que associada ao Programa Social dirigido por André Araújo. Isso tanto é verdade que, em maio de 1953, a propósito da grande calamidade provocada pelo aumento das águas dos rios da Amazônia desalojando sobremaneira as populações rurais, “Dona Darcy Vargas, primeira-dama do país e Presidente de Honra da Legião Brasileira de Assistência – LBA, queixa-se da falta de informações sobre a situação amazônica” (*O Jornal*, 16 de maio 1953). E, ainda, “segundo Dona Darcy Vargas, as providências da LBA foram tardias devido à ausência de detalhes e comunicados sobre a realidade de desolação vividas pelas populações ribeirinhas” (idem, *ibidem*).

Disso resulta que o surgimento do primeiro-damismo no Amazonas só vai acontecer mesmo a partir de 1955, quando Dona Nazaré Coêlho – esposa do governador Plínio Coêlho oriundo do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, grupo político que sucedeu Álvaro Maia no governo -, assumiu os trabalhos sociais desenvolvidos pela Legião Brasileira de Assistência dirigidos às classes subalternas da cidade de Manaus.

Quanto à conjuntura política dos anos 1950, pode-se dizer que próximo ao término dos sucessivos governos de Álvaro Maia, em 1954, o Amazonas passa a vivenciar uma situação de intensa movimentação política, presente em um movimento de oposição à ordem política estabelecida. No dizer de Scherer (1989, p. 110):

Rearticulam-se novas forças políticas no cenário regional em contraponto aos grupos dominantes tradicionais, irrompe, sob os marcos do “populismo”, um grupo político constituído pela classe média urbana, liderado pelo petebista histórico Plínio Ramos Coêlho, que assume o governo do Estado a partir de 1955.

Proceder a uma análise dos partidos políticos no Amazonas implica perceber os segmentos da população a eles ligados ou que por eles se faziam representar. Essa questão é delicada, à medida em que inexiste qualquer estudo acerca da estratificação populacional desse período, isto é, dos anos 1950, muito menos sobre a relação desses estratos com os partidos políticos. Por isso, qualquer juízo que

se faça nesse sentido terá como base algumas referências esparsas, contidas em jornais da época e comentário de autores que estudaram a questão regional, em especial SCHERER, 1989; PESSOA, 1993; VALLE, 1996, os quais assinalam que o grupo político que emergia no cenário da política local era oriundo da classe média, “dando início a outro ciclo político. O ciclo desenvolvimentista integrado ao discurso de integração regional” (VALLE, 1996, p. 29).

Na verdade, desde 1946 até 1954, os dois maiores partidos políticos que se firmaram no Amazonas eram o Partido Social Democrático (PSD), cuja principal liderança era o governador Álvaro Maia, e a União Democrática Nacional (UDN), que possuía como principal expoente o Senador Severiano Nunes. Esses dois partidos reuniam-se em torno de si a simpatia das elites locais, representadas principalmente pelas oligarquias, as quais tinham como padrinho um bacharel ou coronel (cf. PESSOA, 1993).

O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB constituía a terceira força política no Estado do Amazonas. Seus precursores foram Vivaldo Palma Lima, Leopoldo Neves e Plínio Ramos Coêlho, o qual tornou-se o grande líder a partir de 1950 passando a estabelecer maior aproximação com as classes subalternas.

Todavia, ainda que o PTB representasse, nesse momento, a terceira força política, ainda não podia ser considerado como um grande partido, pois o PSD e UDN contavam com a ampla maioria dos parlamentares em níveis estadual e federal. Somente a partir de 1954 é que o partido teve um crescimento considerável, elegendo o governador, dois senadores, quatro deputados federais, onze deputados estaduais, num total de trinta vagas (*Ata do Tribunal Regional Eleitoral*, Livro 12, 1954).

O Amazonas – diferentemente do processo de fragilização das oligarquias que ocorreu a partir da década de 1930 em muitas regiões brasileiras – manteve-se firme no velho esquema oligárquico de predominância da política de favores. Segundo um jornal da época, “um exemplo dessa prática foi a política de concessão feita pelo chefe do Executivo Estadual às famílias oligárquicas, de vagas disponíveis no magistério do interior do Estado. Essas famílias, por sua

vez, distribuía-se entre os seus apadrinhados” (*O Jornal*, 20 mar. 1953). Poder-se-ia afirmar que não só as vagas do magistério eram reservadas às famílias oligárquicas, mas também as da magistratura eram preenchidas pelos filhos de poderosos coronéis.

É preciso ressaltar que, no Amazonas – diferentemente do que acontecia com outras regiões brasileiras –, a base de apoio do PSD e da UDN era mais restrita e não incluía, por exemplo, o segmento dos industriais. Talvez essa diferença se justifique por dois motivos: a inexpressividade das atividades industriais no Estado, haja vista o número reduzido de indústrias, e a ausência de um discurso modernizador por parte do PSD e da UDN no cenário local. E, dado que era difícil distinguir com precisão os estratos médios, “os profissionais liberais e pequenos comerciantes confundiam-se com as elites, chegando mesmo a ser um apêndice destas” (PESSOA, 1993, p. 34). Tomemos como exemplo:

O *status* de que dispunha um professor em Manaus ou no interior do Amazonas, embora pertencesse à classe média, ele, certamente, não só era tomado como elite, mas tinha também um sentimento de pertencer ao quadro das elites, em razão do seu prestígio (*idem ibidem*).

Disso se deduz que era bem provável que a camada média amazonense, em sua ampla expressividade, fosse constituída de uma base de apoio aos dois partidos conservadores existentes à época, PSD e UDN.

O PTB, por seu turno, longe de constituir um partido de classe, pretendia aproximar-se de todos os segmentos e classes sociais, desde os trabalhadores e setores subalternizados até as camadas médias e altas, tendo como horizonte a constituição de uma grande coalizão política no Amazonas. Nesse sentido, o discurso de seus dirigentes tinha como alvo não só os “homens humildes” – a quem se propunha prestar assistência social – mas também os segmentos médios e altos, como o dos seringalistas e industriais – os quais eram convocados a construir o bem-estar social – buscando legitimar-se junto à sociedade. O discurso abaixo explica bem o veio ideológico do PTB, segundo o qual:

O nosso movimento [trabalhista] é de harmonia. Harmonia no sentido de entrosamento, de união, de equilíbrio, de compreensão entre as correntes formadoras da sociedade [...], é por isso que o PTB também congrega elementos capitalistas os mais progressistas: industriais, seringalistas, etc. (*O Jornal*, coluna do PTB de 8 nov. 1953).

Do horizonte dessa concepção, estabeleceu-se um processo de base populista – presente, inclusive, no discurso de Dona Maria Emília, esposa do governador Gilberto Mestrinho, quando do seu terceiro mandato no Amazonas, aspecto que será abordado nesta discussão – que visa envolver toda a sociedade, mantendo relações amistosas com as diferentes classes sociais.

Na verdade, a oligarquia representada pelo PTB buscou legitimar-se junto às populações subalternizadas pelo paternalismo de Estado³⁴, ao mesmo tempo que procurava não se incompatibilizar com os segmentos dominantes, exigindo-lhes somente solidariedade para com os despossuídos. Portanto, tratava-se de um projeto de sociedade que remonta às bases políticas do peronismo argentino e os pressupostos da integração e da chamada “paz social” propalada por Getúlio.

Ressalte-se que se trata de um projeto político que vai atravessar décadas a fio até os dias atuais, preservadas todas as suas especificidades com relação às experiências populistas de outros países, dentre os quais a Argentina e o México.

O governo de Plínio Coêlho assumiu uma face “humanitária”, preocupado com o funcionalismo que não percebia salários há meses e, essencialmente preocupado com a chamada “questão social”. Em sua primeira passagem à Assembleia Legislativa Plínio Coêlho,

Mostra-se indignado com a gestão estatal da força de trabalho, bem como com os setores mais pauperizados da população. Essa será a tônica dos seus discursos, nos quais parece ignorar os programas e as instituições já existentes, criadas nas administrações dos grupos

34 Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspirações é o povo. No populismo, as classes subalternas são levadas a lutar não só contra seu inimigo – nesse caso, o grupo oligárquico local -, mas contra o inimigo do seu inimigo. A participação desses segmentos efetiva-se através de uma subordinação ideológica que lhes foi imposta pelo poder dominante, que não consegue distinguir os interesses dominantes porque inicialmente não se consideram membros de uma classe antagonica.

conservadores (que se mantêm na oposição e tem interesse em afastá-lo do governo do Estado (SCHERER, 1989, p. 12).

Nesse sentido, torna-se imperativo formar mão-de-obra para o capital³⁵, isto é, para atender às exigências do projeto maior do grande capital internacional que pretende lançar as bases do capitalismo na Amazônia. É assim que Álvaro Maia e os governantes posteriores passam a intensificar remessas para o setor educacional, quer otimizando ajuda às Escolas particulares dos religiosos salesianos (Centros Profissionalizante Domingos Sávio e Patronato Santa Terezinha), quer às escolas públicas, por meio do aumento do número de escolas.

Quanto à ajuda ao ensino particular e as relações do governo com a Igreja, vale a pena conferir alguns trechos de agradecimentos ao governante Álvaro Maia, por parte dos padres salesianos, contidos em sua obra intitulada *Nas barras do pretório*:

Apresento-lhe o testemunho de reconhecimento muito sincero meu e de todos os salesianos [...] por tantas provas de amizade e benevolência que nos dispensou durante seu governo [...] Desejo destacar entre estas provas de amizade a honrosa visita com que os missionários do Rio Negro e o afeto e simpatia dispensados ao patronato da Cachoeirinha (1958, p. 31).

Quanto à área da saúde, ainda que não se percebam muitas referências a esse serviço por parte de Ramos Coêlho, sabe-se que, em 1949, o SESP já havia estabelecido postos de saúde em trinta pontos da região que, àquele tempo, parecia um gigantesco programa de saúde pública no combate à malária, filariose, mortalidade infantil, parasitas intestinais, doenças de chagas, hanseníase, dentre outros.

No campo da assistência social, deve-se destacar que, em face de seus compromissos de campanha com as massas obreiras – aqui entendidas como as pessoas que vivem nas periferias, lutam nas fábricas, nas usinas, oficinas, balcões e portos (cf. SCHERER, 1989) –, cria-se um fundo de assistência proveniente dos recursos da Fundação da Casa Popular, a qual, por sua vez, foi instituída com divi-

35 Sobre esse assunto, recomenda-se a leitura do trabalho da professora Eloína Monteiro Santos, *Uma liderança política cabocla*, apresentado como tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação da USP, em 1996.

dendos da taxa lotérica desde o governo de Vargas³⁶. Nesse contexto, funda-se também o Serviço de Assistência Social pelo Decreto nº 35/54, o qual deverá ser mantido pelo fundo de assistência social.

Ressalte-se que nesse momento aparece a figura da primeira-dama Nazaré Coêlho³⁷, na condição de representante da LBA no Estado do Amazonas. Ela prestou importantes serviços de assistência social junto às classes subalternas, principalmente na área da saúde, já que a hanseníase proliferava dia-a-dia – haja vista o abandono dos hansenianos da colônia Antônio Aleixo e da Colônia do Paricatu-ba –, sem falar da tuberculose, que assumia dimensões assustadoras nesse momento, o que levou Ramos Coêlho a transformar o Departamento de Saúde em Secretaria de Saúde e Assistência Social em 1955. Nesse sentido, “um dos trabalhos da primeira-dama na LBA com toda a sua equipe incluindo senhoras da sociedade local, vai ser de distribuir remédios em vários pontos do interior da região” (PESSOA, 1993, p. 43).

Nessa perspectiva intervencionista do Estado, o governo de Plínio Coêlho buscou dar maior atenção aos setores subalternizados. Por isso, deu maior impulso à LBA, dando visibilidade à figura da primeira-dama, desenvolvendo ações de assistência à velhice, à maternidade, à infância e assistência aos trabalhadores desempregados. Para tanto, criou o Departamento de Assistência e Previdência Social – DAPS para somar-se aos trabalhos da LBA, aos trabalhos do Departamento Estadual da Criança e da Secretaria de Saúde e Assistência.

É assim que o trabalho inicial das primeiras-damas no Estado do Amazonas vincula-se à assistência aos serviços de saúde, talvez pela especificidade de abandono regional vivenciada por essa região, haja vista as péssimas condições sanitárias dessas populações, o que não é diferente nas demais regiões do país que vivenciam um processo emergente de industrialização e o consequente aprofundamento do pauperismo.

36 A esse respeito, recomenda-se da dissertação de mestrado da professora Elenize Faria Scherer, apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, em 1989.

37 Cumpre-nos destacar que estamos citando os nomes de algumas ex-primeiras-damas fato de serem consideradas pessoas públicas, e que são nominadas, sobretudo, nos documentos oficiais pesquisados.

Cabe ressaltar, também, que a atuação das primeiras-damas no Amazonas nasceu a partir das bases nacionais vinculadas ao trabalho da LBA, com uma face “humanitária” voltada para o atendimento e socorro das populações despossuídas. Portanto, nasce dentro do próprio poder, vinculada a um projeto de sociedade de ideologização passiva das massas e dos trabalhadores, visando uma coalizão em torno dos interesses dominantes.

Mas a história mostra que essa relação foi eivada de contradições. Os trabalhadores perceberam o manobristismo e passaram a considerar Plínio Coêlho como traidor das causas trabalhistas, pois enquanto em campanha política, ele defendia os direitos de greve aos trabalhadores, mas depois de eleito considerava as greves que irrompiam um absurdo. O pacto populista é rompido, quando a burguesia se acha suficientemente forte e não quer dividir ou negociar decisões (cf. IANNI, 1994).

Não obstante, o trabalhismo no Amazonas recebe novo impulso com a eleição de Gilberto Mestrinho, o qual o governará o Amazonas no período de 1959 a 1963. Valle (1996, p. 33) assinala que:

Já atuante na política partidária como militante do PTB, Mestrinho subiu rápido na hierarquia do partido. De militante pela anistia passou a tesoureiro do PTB. Sua competência como administrador dos recursos do partido deve ter chamado a atenção de Plínio, que o convida em 1956, para ser Secretário de Fazenda e logo depois, convidado também para a Prefeitura de Manaus.

Assim, em 1958, derrota nas urnas o candidato da União Democrática Nacional, Paulo Pinto Nery, para o governo do Estado, sendo o governador mais jovem do Brasil com trinta e um anos incompletos.

A preocupação de seu governo estava voltada para a construção do Amazonas, reconhecendo que a Amazônia é a região mais subdesenvolvida do mundo, responsabilizando a falta de cultura – entenda-se a educação formal – como causa de tamanha pobreza e subdesenvolvimento (vide Mensagem à Assembleia Legislativa de 16 maio 1959). Ao que parece, para Mestrinho a culpa pela situação de pobreza e subdesenvolvimento cabia à população “inculta”, e não a associava às causas estruturais e históricas.

Nesse sentido, ele surgiu como o “salvador” do Amazonas. Começou pelas obras de fachada, como asfaltamento de ruas, a urbanização e, principalmente, distribuição de brinquedos às crianças em épocas comemorativas.

No âmbito de proteção social, Gilberto Mestrinho voltou-se para a infância desvalida. Por isso, reestrutura o Departamento Estadual da Criança, vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência, com o intuito de diminuir a mortalidade infantil. Na assistência à saúde, cria duas importantes instituições: o Hospital Getúlio Vargas e a Maternidade Balbina Mestrinho, além da instalação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência- Samdu, que deveria ter sido implantado havia muito tempo desde o governo Getúlio Vargas, quando esse serviço foi inaugurado.

Enfim, preocupava-se com os problemas sociais mais degradantes, como as condições das famílias da cidade flutuante. Segundo Scherer (1989, p. 16), “ele tencionava transferi-la para casas populares, a serem construídas com o remanejamento de recursos da Fundação da Casa Popular”. Isso sem falar dos outros problemas de serviços urbanos de Manaus, como água, luz e transportes.

Dona Antonieta Mestrinho, primeira esposa do governador Gilberto Mestrinho, portanto, primeira-dama do Estado nessa época, teve participação efetiva nas atividades sociais, justamente para dar continuidade aos trabalhos de Dona Nazaré Coêlho na Legião Brasileira de Assistência, dando sequência ao primeiro-damismo, conforme a sua tradição no Brasil.

Como assinalamos anteriormente, o primeiro-damismo no Amazonas nasceu associado ao trabalho assistencialista desenvolvido por Dona Darcy Vargas na LBA. No aspecto regional, a política do favor e da benevolência foi o grande instrumento de veleidade do populismo, por meio do trabalho das primeiras-damas que atuaram a partir de uma concepção “humanitária” da assistência social. De acordo com o depoimento de Dona Antonieta Mestrinho “a primeira-dama deve ser útil, ouvir as pessoas, saber de seus problemas e ajudá-las a resolvê-los” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

No entanto, o que se percebe é que esse tipo de prática, sob o véu do assistencialismo e do clientelismo – historicamente utiliza-

dos pelas classes dominantes para contornar minimamente a miséria e perpetuar as relações de exploração -, não ajuda a resolver os problemas sociais, como indica o depoimento de Dona Antonieta. Ao contrário, cria-se uma relação de favor e/ou de dependência dos estratos subalternos do governo.

Essa realidade é muito visível nas populações do interior do Estado, as quais, vivendo muito mais ostensivamente sob a política do favor, acabam por criar “laços de dependência”, não só com o governante, mas também com o seu grupo político. Nesse sentido, o emprego é considerado uma dádiva do governante, os brinquedos recebidos são vistos como presentes, enfim, os recursos recebidos (madeira, fossa biológica, cesta básica, etc.) são encarados como grande generosidade. Esse tipo de “humanismo” não é edificante, porque reduz as pessoas a seres incapazes, fracassados, que dependem do “favor” dos outros, fortalecendo o espírito de gratidão frente aos governantes, sentimento incentivado pelo trabalho da própria primeira-dama.

Nesse processo de entrevista com a ex-primeira-dama Antonieta Mestrinho, foi possível perceber sua concepção de assistência social. Segundo ela, “a assistência social, é o modo como o sistema de governo cria mecanismos para atender as necessidades do povo” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Observa-se um veio cultural que remonta aos pressupostos do assistencialismo, não da assistência social, já que essa é vista como resultado do confronto de interesses e de forças antagônicas presentes nas sociedades, não como vontade ou decisão unilateral de determinados governos e/ou do Estado. No dizer de Jovchelovitch (in: LOAS, 1993, p. 24):

Historicamente, a assistência social tem sido vista como a ação tradicionalmente paternalista e clientelista do poder público, associada às primeiras-damas, com um caráter de “benesse” transformando o usuário na condição de “assistido”, “favorecido” e nunca como cidadão, usuário de um serviço a que tem direito.

Nessa diretriz de concepção, certamente há alguma confusão entre assistência e assistencialismo, tanto por parte das pri-

meiras-damas quanto por parte dos usuários dos serviços sociais, que confundem “a assistência social com a caridade da Igreja, com a ajuda aos pobres e necessitados” (idem *ibidem*).

Nesse sentido, talvez seja pertinente demarcar os níveis de atuação e compreensão desses dois conceitos.

A assistência social, conforme evidenciado na Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93, tem “o *status* de política pública como direito do cidadão e dever do Estado” (1993, p. 25). Portanto, há uma conotação de política enquanto direito, o que supõe a efetivação da cidadania nos marcos da organização política dos segmentos sociais. Assim percebida, a assistência social constitui uma conquista da própria sociedade que, num processo de democratização das políticas sociais e dos serviços sociais, pode contribuir para o processo de consciência social dos sujeitos coletivos de direito.

Por outro lado, o assistencialismo assenta-se em uma prática, não em uma política. Diferentemente da universalização dos serviços sociais, como é no plano da assistência social, “o assistencialismo reforça os mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais e acentua o caráter eventual e fragmentado das respostas dadas à problemática social” (JOVCHELOVITCH. In: LOAS, 1993, p. 25).

O assistencialismo atua no plano residual de descontinuidade de suas ações, as quais apresentam uma “face humanitária” associada à filantropia e à benesse. Em face dessa funcionalidade, tal prática não é orgânica, politizadora, como a assistência social. Ao contrário, atua fora da dimensão de cidadania, com ações que, muitas vezes produzem um estado de passividade e de despolitização das consciências sociais, tornando os sujeitos sociais de direito em seres excluídos e socialmente discriminados como incapazes, fracassados, dentre outros estereótipos.

Poder-se-ia dizer que a assistência social possui um corte socioeducativo importante. Em se tratando de uma política social que pressupõe a ação da cidadania – a qual se desenvolve organizadamente dentro da sociedade, lugar da política e, portanto, no qual nascem as consciências -, é possível que desencadeie nos sujeito his-

tóricos um processo de tomada de consciência a coletiva, só possível quando os indivíduos, conscientes de si, percebem-se membros de uma mesma classe, fato que tem no processo educativo o ponto fundamental.

Nesse aspecto, dir-se-á que a atuação das primeiras-damas no Amazonas já nasceu associada às velhas práticas assistencialistas, desprovidas de cunho educativo que potencializem os sujeitos coletivos no âmbito da construção de sua cidadania.

Segundo a ex-primeira-dama Antonieta Mestrinho, “a primeira-dama deve ser mediadora; embora fora de cargos executivos, deve representar o suporte no qual o marido encontre sustentação” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Como se vê, ela própria parece admitir o fato de a atividade das primeiras-damas constituir uma representação do poder local, que tem na prática assistencialista a sua estratégia de legitimidade junto às classes subalternas. O fato de algumas delas não se deixarem instrumentalizar pelo poder local reside no tom e na perspectiva que cada uma assume na representação desse papel social.

Isso indica que o sujeito inserido na representação social nem sempre perde a individualidade, visto que enquanto indivíduo, atua em seu cotidiano, preservando todo o seu aspecto subjetivo, os elementos constitutivos de seu ser, como a visão de mundo e representação do imaginário associadas ao seu modo de ser.

Portanto, no âmbito do primeiro-damismo, nem sempre vai se estabelecer uma relação de total subordinação da mulher. Como assinala Scott (1988, p. 18), a política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e experiência”. Em outras palavras, as mulheres constroem seu próprio poder, aceitando com uma identidade que não lhes permite submeter-se exclusivamente ao poder do homem.

Foucault, em sua obra *Vigiar e punir* (1993), trabalha o conceito de poder em uma perspectiva relacional, constituído em campos sociais de forças e de relações desiguais, que subjaz, peremp-toriamente, no cotidiano histórico imbricado em redes e constituindo grupos próprios.

É assim que a primeira-dama, ao estabelecer relações de trabalho com os setores subalternizados, vai abrindo a possibilidade de construção do seu próprio espaço com poder próprio, que lhe permite desvencilhar-se da sombra do poder local.

No capítulo seguinte, daremos continuidade a essa discussão, procurando demonstrar a forma pela qual as outras ex-primeiras-damas entrevistadas percebem-se na representação de seu papel social, ao mesmo tempo que demonstraremos a forma pela qual as assistentes sociais ouvidas percebem os papéis sociais das primeiras-damas no âmbito da assistência social na cidade de Manaus.

Capítulo 3

Representação de papéis das primeiras-damas na cidade de Manaus

3.1. Assistência social e voluntariado: o apogeu do primeiro-damismo no Amazonas

A concepção de assistência enquanto mecanismo de ajuda e solidariedade ao outro não remonta somente ao espírito religioso – ainda que não possa prescindir dele –, mas também ao espírito laico dos primórdios da civilização humana.

Dever-se-ia dizer que a assistência ao outro é prática bastante antiga na humanidade, presente nas normas morais de inúmeras sociedades sob diferentes formas, não se limitando nem à civilização judaico-cristã nem à sociedade urbano-industrial, que conforma, ao mesmo tempo, prática de ajuda e apoio em proveito de interesses dominantes.

Essa concepção encontra sustentação no entendimento de que, na humanidade, sempre existirão pessoas a quem o destino reservou o estigma da pobreza, transformando-as em seres frágeis, incapazes, doentes, e que, por isso, necessitam da ajuda dos outros para sobreviver. Um dos códigos morais que melhor explicita essa questão é a própria *Bíblia*, a qual institui a assistência como estatuto de ordem religiosa e humanitária.

Durante muito tempo essa concepção foi percebida como ordem natural das coisas, como se os pobres fossem predestinados a viver no mundo terreno a condição da pobreza. O problema da predestinação constitui uma polêmica teológica da contemporaneidade, que dissemina dúvida não só nos teólogos e religiosos da ala progressista da Igreja, mas também nos milhões de cristãos. Trata-se de um problema teológico levantado pela Teologia da Libertação³⁸,

³⁸ A Teologia da Libertação surge no final da década de 1950 na Alemanha. Constitui uma tendência de pensamento dentro da Teologia que se coloca criticamente à Teologia Dogmática, sobretudo porque comunga alguns pressupostos marxistas fundados na concepção dialética da história, contrária à ordem natural dos fatos históricos. Na América Latina, a Teologia da Libertação inicia nos anos 1970, com os brasileiros Frei Leonardo

já que é inconcebível para essa tendência a naturalização das classes sociais, tendo como fundamentação, contraditoriamente, textos da própria *Bíblia* (vide livro de Amós). Na verdade, se existem pobres é porque antes existiram os seus usurpadores, o que equivale a dizer que os pobres foram tornados pobres, isto é, a pobreza foi construída social e historicamente. Os empobrecidos foram destituídos de seus direitos em um conflito de interesses antagônicos fundados na luta de classes, confirmando a assertiva de Marx e Engels, de que “a história de toda a sociedade até hoje moveu-se entre antagonismos de classes” (*Manifesto do Partido Comunista*, 1999, p. 29). Ou seja, a história da humanidade tem sido sempre a história da luta de classes.

Assim, ainda que a assistência possua forte espírito religioso – presente na ação de grupos religiosos tanto da Igreja Católica quanto de outras confissões, como o espiritismo, filosofias orientais e religiões evangélicas – constitui prática de grupos filantrópicos, que vai desde certas instituições não-governamentais, como o Rotary Club, até governamentais, como a LBA.

Disso se deduz que a assistência social, historicamente, comportou manifestações e práticas de caráter filantrópico e, mais recentemente, nas sociedades capitalistas, também do poder público.

Assim, a assistência social passa a ser apropriada pelo Estado como forma de controle dos conflitos sociais, constituindo uma prática de dominação e disciplinamento da luta de classes por parte da sociedade burguesa. Dito de outra forma, a assistência social como resultado da relação contraditória entre Estado e sociedade – cujo administrador é o próprio Estado -, reitera a ordem estabelecida e reproduz as relações sociais, um processo de mascaramento dos conflitos.

Na verdade, a participação política dos trabalhadores no processo de reconhecimento dos direitos sociais, por meio das lutas reivindicatórias, é determinante para que o Estado crie mecanismos de enfrentamento dos problemas sociais.

É assim que, ao analisarmos as políticas sociais, devemos considerá-las, metodologicamente, como um movimento do capital

Boff (1972) e Frei Betto (1977) seguidos pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez, a partir de 1983.

e dos movimentos sindicais e sociais organizados, posto que não podemos considerá-las simplesmente como formas de mascaramento das contradições sociais, mas também como uma manifestação da cidadania na tessitura da luta política dos trabalhadores.

É bem verdade que o Estado brasileiro sempre enfrentou a questão da pobreza de forma casuística, descontínua, sem efetividade e sem planejamento, criando não mais uma rede de solidariedade como aquela das damas da caridade e/ou das caritas ligas à Igreja, mas sim criando uma forma de dependência, apadrinhamento e clientelismo. Muitas vezes, os usuários das instituições de bem-estar não se reconhecem como sujeitos nessa relação, mas como seres passivos e incapazes frente à sociedade.

Somente no final da década de 1980 é que a assistência social passou a assumir *status* de política pública, na Constituição brasileira de 1988. A partir daí, a política de assistência ganha maior visibilidade, sendo percebida em sua positividade enquanto mecanismo estratégico de construção da cidadania e de acesso aos bens e serviços por parte dos sujeitos sociais usuários desses serviços.

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida, passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania, como já se observou ao longo deste estudo.

Após essa breve contextualização da assistência social, torna-se mister empreender uma discussão sobre o espírito filantrópico e “humanitário” da atuação das primeiras-damas no Amazonas, trazendo à tona um período que consideramos o apogeu do voluntariado nesse Estado sob a direção de algumas mulheres primeiras-damas.

Entre 1979 e 1983, o Amazonas é governado por José Bernardino Lindoso, eleito governador do Amazonas, em substituição a Henoch Reis. Scherer (1989, p. 168) assinala que:

Em épocas passadas, José Lindoso já havia sido Diretor Regional do Sesc e sempre estivera ligado à Associação Comercial do Amazonas. A estratégia fundamental do grupo que assumia, naquele momento,

o poder político, consistia em indicar um seu aliado para dirigir a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, que ao longo de sua existência, foi conduzida por tecnocratas representantes do capital indicados pelo poder federal.

Todavia, a historiografia registra que o governador eleito não teve forças para colocar um aliado de seu grupo à frente da Suframa, permanecendo a indicação do governo federal, que, nesse período, instituiu no cargo o economista Ruy Lins. Em face disso, estabeleceu-se certa tensão entre Lins e Lindoso, o qual passa a priorizar discurso das desigualdades regionais, que se acentua com a ditadura, pois:

A história da Amazônia, desde 64, coloca e recoloca principalmente as seguintes questões: geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra; ditadura e fronteira [...]. O que está em causa aqui, nessas diversas questões, são traços talvez fundamentais do Estado brasileiro, do comprometimento do Estado com o capital financeiro e monopolista, conforme se configuram na Questão Amazônica (IANNI, 1981, p. 130).

Nesse cenário de mediação de forças entre o poder político estadual e a Suframa, com o intuito de buscar a legitimidade junto à sociedade – leia-se, sociedade civil, já que se trata de um momento rico e fecundo dos movimentos sindicais e sociais em todo o Brasil, sendo as greves gerais do ABC paulista (1978, 1979, 1980) o seu marco referencial – o superintendente da Suframa, Ruy Lins, antecipou-se e, na área da proteção social, criou, em 10 de abril de 1979, o Fundo Comunitário da Zona Franca - Funcomiz – com o intuito de dar respostas aos problemas sociais da Amazônia Ocidental. Segundo Scherer (1989, p. 175), essa iniciativa “visava mostrar a face humanitária do capital multinacional [...] congregando, na época, 17 empresas que, através de doações espontâneas, formam o Fundo, designando, na linguagem do empresariado, como um tributo social”.

Não se pode deixar de assinalar que o governo de José Lindoso vivenciou uma das fases mais importantes da história do sindicalismo e da sociedade civil organizada nos últimos tempos. A década de 1980 representou a década das greves, da formação de consciência, enfim, da expansão da luta política em nível nacional,

regional e local. Além do movimento sindical. Novas formas do fazer política colocam-se nesse cenário, como os novos movimentos sociais. É a década da consolidação do novo sindicalismo autônomo, combativo e de classe, que vai culminar com a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT – em 28 de agosto de 1983.

Some-se a isso a organização e a ação política do Partido dos Trabalhadores – PT -, criado em 1980, oriundo do movimento sindical do ABC paulista pós-1964, momento histórico em que, como já assinalamos, não só os movimentos sindicais se rearticulam, mas toda a sociedade civil organizada retoma seus canais de comunicação.

Em Manaus, viveu-se o momento de oposição dos trabalhadores metalúrgicos à diretoria pelega do seu Sindicato. A Pastoral Operária criada em 1979 e vinculada à CNBB Norte I, teve participação expressiva na formação da consciência operária. O Partido dos Trabalhadores, fundado em Manaus no início dos anos 1980 “reedita o jornal *A Lucta Social*, fundado em 1914, cria seus núcleos de base nos bairros periféricos [...] e marca época, ainda, o artigo de Márcio Souza, o ABC da Zona Franca, que desnuda a verdadeira face das Zonas Francas e da ZFM, em particular” (SCHERER, 1989, p. 176).

Portanto, o poder público defrontou-se com forças políticas bem constituídas ideologicamente, e isso impôs ao governante, a necessidade de dar respostas, ainda que minimamente, às reivindicações básicas dos movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, José Lindoso propôs a realização de um planejamento social integrado no Amazonas, que caberia à Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais – Setrass gerenciar. Ela havia sido administrada pela assistente social e professora da Universidade Maria Eleonora Peres no período de 1974 a 1978, no governo de Henoch Reis, época imediatamente anterior ao governo de José Lindoso.

Deve-se notar a importância dessa Secretaria no âmbito da proteção social – sobretudo depois da saída de Eunice Michiles da sua administração, para assumir o cargo de senadora da República na vaga de João Bosco Ramos de Lima, que havia falecido -, principalmente porque Terezinha Brito Nunes, assistente social e subsecre-

tária à época e que passou, então, a assumir a Setrass, deu continuidade aos trabalhos de Eleonora Peres.

Dentre os programas sociais implementados pela Setrass sob direção da assistente social Terezinha Brito Nunes, destaca-se “o Projeto Migrante, desenvolvido através de ‘trailer’ colocado no porto da cidade (Escadaria dos Remédios) e na Estação Rodoviária, de onde se controlava a entrada dos trabalhadores vindos da zona rural e de outras partes da região” (SCHERER, 1989, p. 177).

No âmbito da filantropia, Dona Amine Daou Lindoso, esposa do governador José Lindoso, dirigiu a Central de Voluntários do Amazonas criada pelo poder estatal em 7 de maio de 1979. Essa instituição congregou a ação do voluntariado no Estado do Amazonas e, em face do desempenho significativo da primeira-dama em questão e de todo o corpo de voluntários, essa instituição representou o marco da atuação das primeiras-damas nesse Estado. É a própria ex-primeira-dama Amine Lindoso que faz essa avaliação: “Pelo trabalho realizado, eu tenho a veleidade de dizer que dei no Amazonas maior vivência ao cargo de primeira-dama. Pela movimentação dada por mim ao cargo, garanto, sem falsa modéstia, ter tornado mais conhecido o valor do trabalho da primeira-dama” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Note-se que, em geral, a figura da primeira-dama surge vinculada ao poder, tanto que o poder público cria instituições específicas para a esposa do governante, como por exemplo, a Central de Voluntários do Amazonas. Daí que, a princípio, elas pareçam estar atreladas à esfera de poder, procurando desenvolver um trabalho subsidiário para reproduzir as relações sociais e promover politicamente o marido governante e o seu grupo político.

Destaque-se que o país passava, naquele momento, por uma crise de legitimidade política de um regime autoritário que entrava em derrocada final e que, por conseguinte, não possuía a legitimidade das massas. Ao contrário, a nação clamava por “diretas já” e pela eleição de um presidente civil para o Brasil. Habermas (1980) considera que a legitimidade que, no capitalismo tardio, dava-se de forma indireta, no capitalismo avançado, com a repolitização do

marco institucional, torna-se necessária uma legitimação direta do poder político.

Nesse sentido, pode-se dizer que Dona Amine Lindoso, por meio da Central de Voluntários, conseguiu, em certo sentido, assegurar a legitimidade popular da administração Lindoso (cf. SCHERER, 1989). Na verdade, ela desempenhou papel fundamental na regulação do antagonismo capital/trabalho, haja vista tratar-se de um governo que enfrentava uma fase conjuntural de ascensão das lutas e de efervescência de novos movimentos sociais.

A propósito da sua participação no governo José Lindoso, é a própria Dona Amine quem nos esclarece: “Defini, de forma bastante clara, o caminho que eu escolherei para tomar parte no governo de José Lindoso: canalizar todos os recursos possíveis para promover um trabalho de educação de base junto às comunidades carentes, dando-lhes os meios indispensáveis à conquista gradativa de melhores condições de vida e de trabalho” (relatório da Central de Voluntários, 1983, p. 4).

Ao que parece, há aqui uma intenção espontânea de participação política da primeira-dama nos rumos da sociedade amazonense, isto é, parece não haver uma imposição do poder local, mas uma ingerência deliberada por parte de Dona Amine, de forma explícita e bem delineada, pois “quanto maior o campo de controle, maior o poder” (RUBIN, 1997, p. 30). E esse controle social foi realizado de forma hábil e velada, a ponto de a primeira-dama ser mais querida e popular que o seu marido governador, confirmando perspectiva foucaultiana de que o poder das mulheres se processa na esfera do micropoder. Ou seja, é um poder que permite agir em espaços pequenos, às vezes pouco valorizados, mas que se reveste de grande importância na construção do espaço de ascensão da mulher.

Outra perspectiva que aparece na fala de Dona Amine é o aspecto humanitário do voluntariado, parecendo haver uma identificação com esse tipo de trabalho por parte dela, conforme pode-se depreender de suas próprias palavras: “A minha incansável equipe de voluntários, técnicos e funcionários administrativos respondemos com o nosso trabalho e a nossa contínua dedicação aos ideias do

voluntariado, integralmente voltados para a promoção do bem-estar das comunidades carentes” (relatório da Central de Voluntários, 1983, p. 4).

Ao que parece, a Central de Voluntários possuía um forte veio humanitário, ligado ao espírito cristão, que lhe imprimia uma característica que ultrapassa a mera sustentação política do governante, ainda que essa nuance esteja implícita e bem definida nos objetivos da atuação da primeira-dama, que, além de ser uma estratégia política, tinha como objetivo principal: “proporcionar níveis crescentes de bem-estar social às comunidades carentes do nosso Estado [...] apoiando obras sociais estatais ou particulares, instituindo obras ou programas sob sua direta responsabilidade, com o escopo de promover o desenvolvimento social da comunidade” (relatório da Central de Voluntários, 1981, s/p).

Deve-se ressaltar que esse tipo de trabalho, para a primeira-dama Amine, era mais do que participação política no governo de Lindoso; representava uma missão a ser cumprida, isto é, possuía um cunho religioso de fé e caridade cristã. Atualmente já viúva, ela se encontra colaborando na Ação Social do Planalto em Brasília. E, conforme suas palavras: “sinto-me em sintonia com a consciência do dever de se preocupar com o cotidiano das pessoas menos felizes. Temos mais que a obrigação cristã, como já relatei, de ajudar o próximo e de amá-lo como a nós mesmos, ensina a *Bíblia* sagrada. De coração, vivemos esse ensinamento bíblico (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Supõe-se, portanto, que para Dona Amine Lindoso, o trabalho junto às classes subalternas envolvia uma questão de consciência, algo ligado ao conforto espiritual. É assim que as práticas sociais dos indivíduos possuem um valor determinado, social e historicamente delineando padrões de comportamento socialmente aceitos.

Durante séculos, a Igreja disseminou a ideia de que os ricos deveriam doar aos pobres objetos materiais que não lhes faziam falta. Dito de outra forma, deveriam fazer doações das sobras, daquilo que não queriam mais, pois assim estariam exercendo a caridade cristã e conquistando um “pedacinho do céu”. Também as indulgências na

Idade Média possuíam essa conotação. Tratava-se, no primeiro caso, de uma forma psicológica de desencargo de consciência, em que as pessoas encontravam alívio e conforto para o seu espírito mediante prática caritativa junto aos “pequeninos” de Deus.

Essa representação simbólica evitava conflitos de consciência, pois diante das “boas ações” as culpas eram insignificantes, visto que Deus estava por perto do indulgente e o reconfortava. O voluntariado foi construído historicamente sob esses pressupostos religiosos, os quais transformaram-se em conduta moral na sociedade capitalista, constituindo uma forma de desobrigar o Estado ao que se referia à institucionalização da assistência social.

Podemos perceber, claramente, o aspecto indissociável das representações sociais com a dimensão subjetiva do ator social, envolvendo sentimentos, afetividades, valores, crenças e todo um simbolismo do seu mundo imaginário. Deve-se enfatizar que a representação simbólica é um “sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência” (PESAVENTO, 1995, p. 16).

Percebido dessa forma, concordamos com Castoriadis (1991), quando afirma que “a sociedade é instituída imaginariamente”, uma vez que ela se expressa por meio de símbolos que evocam uma realidade subsistente na abstração das mentes e dos corações e que constitui a representação real, sem existir, no entanto, uma necessária correspondência com o que se chamaria de “verdade social”.

Entretanto, deve-se observar que a concepção humana presente na fala de Dona Amine, no sentido de ajuda e de amor ao próximo como um ensinamento sagrado, parece representar uma verdade social, não só para a sociedade amazonense, mas para muitas sociedades, posto que a religião é uma instituição de fé, e como tal constitui um dos maiores acervos simbólicos da humanidade. Daí o imaginário enquanto conjunto de ideias e de imagens, isto é, de representações coletivas, ter na transcendentalidade do ser o outro lado da representação social.

Nesse sentido, a assistência ao outro é também instrumento de materialização do simbólico, à medida que, no imaginário da

primeira-dama em questão, por meio do mecanismo assistencial, ela estaria cumprindo um ensinamento bíblico. Disso se conclui que a representação do papel de primeira-dama para Dona Amine Lindoso possui um sentido humanitário-religioso bem definido e, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais, parece não haver, nesse caso particular, real oposição entre mundo real e mundo imaginário, já que é o próprio ator social quem atribui significação à representação social a partir de suas crenças e simbologias, diferentemente daquelas pessoas que representam papéis sociais em função da obrigatoriedade convencional e/ou por determinação do poder constituído.

Também não se pode deixar de assinalar a conexão do mundo imaginário com a esfera pública, enquanto campo de atividades e representações coletivas mais diversificadas, na qual os atores sociais buscam dar sentido ao mundo em que vivem como indivíduos marcados por suas subjetividades.

Ao trabalhar o termo “mundo da vida”, certamente Habermas (1987) estaria se referindo ao ser social e ao seu mundo, isto é, ao seu espaço vital, às suas representações, à formação de sua consciência, enfim, aos significados e às normas cotidianas.

Trata-se, na verdade, do mundo humano das relações sociais, políticas, culturais, econômicas... que se estabelecem no âmbito das ordens institucionais e do cotidiano dos significados e das normatizações.

O “mundo da vida”, em Habermas, diferencia-se da esfera privada, ou da família nuclear moderna, e da esfera pública, entendida por ele como o espaço da participação política, de debate e de formação de opinião, ligada ao sistema administrativo estatal (cf. *A crise de legitimação do capital tardio*, 1980).

Como se vê, o pensador alemão trabalha a esfera pública associada ao plano estatal, o que significa dizer, que as ações do ator social estão visceralmente ligadas ao poder. “As trocas entre a esfera pública e o Estado, portanto, são canalizadas por meio do “papel” do cidadão e, depois, no capitalismo do bem-estar, o papel do cliente” (FRASER, 1987, p. 38).

É nessa relação que devemos entender as atividades sociais de Dona Amine Lindoso, as quais envolvem tanto o seu mundo simbólico de crenças e de significados humanitários, quanto as suas relações com o poder local estatal. Quanto a esse último aspecto, as informações coletadas e os nossos estudos revelam que a ex-primeira-dama em questão desenvolveu com tal intensidade e determinação o seu papel social que chegou a dar direção ao poder estatal, no que dizia respeito à ação social, sobre a atenção à pobreza, haja vista a expressiva popularidade que conquistou desde o início de suas atividades.

Não obstante, é possível que esse fato explique-se em função de que, apesar de o governador José Lindoso ser “homem culto, era pouco dado às lides da administração pública, segundo muitos dos que o criticavam” (VALLE, 1996, p. 72).

É importante dizer que, mesmo em face do seu prestígio popular, Dona Amine Lindoso não representava uma ameaça ao poder oligárquico, como Evita Perón na Argentina para alguns partidários do peronismo. Essa situação pode ser explicada em função do espírito humanitário que as suas ações possuíam. Poder-se-ia dizer que, para o grupo político no poder, Dona Amine representava apenas a face “bondosa” do governo, já que parecia despojada das pretensões do poder maior sendo, na verdade, sua grande aliada, à medida que este se utilizava do seu trabalho e da sua pessoa para dar legitimidade ao governo de José Lindoso. Como diria Pesavento (1995), o verdadeiro e o aparente mesclam-se, em uma estranha composição, em que a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber.

Note-se como parece difícil excluir o caráter de proveito político do tipo de trabalho realizado pela primeira-dama. Mesmo aqueles que, a princípio, pareciam ser “ingênuos” e “despretensiosos”, na verdade estão envolvidos de intenções e de conteúdos político-partidários relacionados ao governante e ao seu grupo no poder. Isso permite supor que, fundamentalmente, as relações de gênero dão-se na esfera do poder, quer pela via da construção e apropriação de espaços por parte das mulheres, quer pela via da utilização de algumas

atividades delas por parte dos homens, para legitimação do poder político de predominância masculina. No caso das primeiras-damas, trata-se *ipso facto* de um poder maior, isto é, o poder local apropriado de seu trabalho em função de um projeto de sociedade que visa à manutenção da ordem e das relações sociais.

Poder-se-ia dizer que o voluntariado amazonense nasce com essas características de relações de gênero, isto é, pode-se ver com clareza que a participação de senhoras da alta sociedade junto às atividades da primeira-dama sensibiliza as pessoas, resultando, certamente, em um sentimento de gratidão para com essas mulheres, associado ao amor materno. Segundo Dona Amine Lindoso,

Senhoras da mais alta sociedade manauara estacionavam seus carros e ajudavam a servir a meninada. A cena emocionava, senhoras que nunca tinham ido à cozinha de suas próprias casas serviam com alegria aquele mundão de menores carentes. Antes de começar, uma ligeira oração para agradecer a Deus o alimento servido. Pagávamos as funcionárias com a verba do Pronav-LBA e de doações generosas dos comerciantes e industriais (entrevista concedida em janeiro de 1998).

A propósito do espírito filantrópico da Central de Voluntários do Amazonas, percebe-se que, além das damas da sociedade, reunia também líderes comunitários e pessoas simples da periferia de Manaus. Contava ainda com a participação do empresariado amazonense, não só com recursos materiais, mas também como membros da sua diretoria. Pode-se dizer que se tratava de uma espécie de mutirão de solidariedade e de chamamento da sociedade frente aos problemas sociais provenientes da chamada “questão social”.

A propósito dessa relação enfatiza Dona Amine: “a relação entre as atividades da primeira-dama é muito interligada. Se o marido exerce um poder político forte, intenso, logo a primeira-dama é melhor atendida junto aos que detém o poder econômico” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Isso revela, nas entrelinhas, que as mulheres em sua maioria, enfrentam problemas de discriminação social velados, e uma das faces disso pode ser percebida no pouco caso de certos segmentos econômicos para com as causas levantadas por mulheres. Não é o

caso das mulheres primeiras-damas, as quais possuem um poder não menos importante que o de certos segmentos econômicos, já que são esposas de governantes que detêm o poder político e que, segundo Dona Amine, “devem participar dessa sociedade com um todo, aproveitando o seu potencial de prestígio e possibilidades de acesso para a fonte de recursos” (entrevista concedida, op. cit). Todavia, se não fosse esse fato, talvez as primeiras-damas encontrassem dificuldade de interlocução e de participação efetiva desse segmento, pois aqui estão em jogo muitas coisas, dentre elas o prestígio dos empresários junto ao governo. De acordo com Marx/Engels/Lênin (1980), essa dominação velada efetiva-se em face da predominância do homem sobre a mulher na família moderna, em que a mulher é vista como ser doméstico e o homem como um ser público.

Retomando as características do voluntariado no Amazonas, deve-se reconhecer o seu caráter de racionalidade, cuja novidade desse momento centra-se na organização e, por que não dizer, na institucionalização do espírito filantrópico, presente em uma racionalidade técnico-operativa bem delineada e com programas sociais bem definidos. Segundo Scherer (1989, p. 105):

isso se deve ao fato da primeira-dama Amine Lindoso ser assistente social e à Setrass, que coloca técnicos de seu quadro pessoal à disposição da Central de Voluntários e, ainda, às senhoras da sociedade que em geral, possuem um saber profissional e/ou exercem determinadas profissões.

Os Programas Sociais da Central de Voluntários, sem esquecer as populações ribeirinhas do interior do Estado, centravam-se mais na capital e podem ser resumidos da seguinte maneira: Programa de Integração do Hanseniano – que visava reduzir a mendicância hanseniana por meio de projetos de saúde e de higiene, buscando dar um tratamento mais adequado aos mutilados mediante internação. Nessa frente de ação, foram implementados ainda mais dois projetos, quais sejam a construção da Maternidade Izabel Nogueira, na Colônia Antônio Aleixo para as parturientes hansenianas, e o projeto de habilitação para a legalização das terras da Colônia Antônio Aleixo. Segundo Dona Amine, “o Ministério da Saúde liberou, nesse tempo,

os portadores do mal de Hansen, para que passassem a morar com as próprias famílias, mas quem os queria? Estavam mutilados”. (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Outro programa dizia respeito à Casa do Pequeno Trabalhador, o qual, segundo Dona Amine, foi um dos trabalhos mais positivos desenvolvidos por ela. O referido programa visava a assistência ao pequeno trabalhador, seguindo as seguintes atividades aos meninos de rua:

pela manhã era obrigatório frequentar o Grupo Escolar para os estudos regulares e à tarde, depois do almoço na instituição (Central de Voluntários), os alunos tinham aulas de carpintaria e de consertos variados de utensílios domésticos. Antes do almoço múltiplos banheiros eram usados e a troca de roupa fornecida pelas voluntárias fazia-se obrigatória (entrevista concedida por Dona Amine Lindoso em janeiro de 1998).

A Central de Voluntários implementou o Programa Natal Comunitário, que se ocupava de doações de objetos para mães carentes, além dos seguintes projetos: 1) apoio às comunidades carentes, que consistia em várias frentes de atendimento, como as farmácias comunitárias; 2) creche-lar (por exemplo, a Creche Lili Benchimol que existe até hoje); 3) unidades escolares; 4) clubes de mães; 5) Projeto Beco Sucupira; 6) assistência social às camadas mais pauperizadas de Manaus. Enfim, eram atividades sociais intensas, “objetivando uma cidadania livre de preconceitos raciais ou sociais que justificava a assistência social da primeira-dama” (entrevista concedida por Dona Amine Lindoso em janeiro de 1998).

Finalmente, pode-se concluir que, inexoravelmente, a assistência social permaneceu no patamar da dependência e da alienação, à medida que os usuários não assumiam a condição de sujeitos sociais, tendo em vista que esse tipo de prática não conduz à formação do espírito crítico e de participação na gestão da ação social. Ao contrário, impõe limites ao exercício da cidadania, aqui entendido como o processo socioeducativo de humanização dos sujeitos históricos, que remete para a construção de consciências e de identidades sociais.

Trata-se, como observamos anteriormente, de um projeto político-dominante que visa a desarticulação e dominação das mas-

sas, encontrando na ação despolitizante e paternalista terreno fértil para a reprodução das relações sociais. Some-se a isso a ação populista como um dos contornos da prática social do poder político local, presente na atuação da primeira-dama Maria Emília Mestrinho, assunto que será exposto no item a seguir.

3.2. Relação das primeiras-damas com o poder local: a forma pela qual se percebem na representação de seus papéis sociais

Em 1983, Gilberto Mestrinho retornou ao governo³⁹ do Amazonas, depois de ter sido afastado da vida pública e do exercício da atividade política local. Voltou para governar o Estado com o sentimento de estar cumprindo uma missão permanecendo no cargo até 1986.

É importante atentar para o fato de que esse político buscou construir uma identidade ou representações individuais que se articulassem com a cultura e com as representações coletivas do povo amazonense. Dito de outra forma, Mestrinho utilizou os símbolos do imaginário social da população, tais como timão, o home-peixe, para cativá-la e, assim, destruir os seus oponentes e justificar a sua inserção político-social nessa região.

É assim que a sua imagem ficou associada a uma representação do imaginário coletivo, que é a figura do boto-tucuxi, cuja lenda dá conta de ser um moço bonito que enfeitiça e enamora as moças em noite de lua cheia e depois desaparece misteriosamente deixando-as grávidas.

A imagem de homem namorador construída em torno de Mestrinho leva Márcio Souza a chamá-lo de “boto namorador” em seu livro *A irresistível ascensão do boto-tucuxi*, apelido que ele próprio vai assumir na campanha eleitoral de 1990, quando governará o Amazonas pela terceira vez.

A bem da verdade, Mestrinho possui duas mulheres: Dona Antonieta e Dona Maria Emília. A primeira aparece como sua es-

³⁹ Os amazonenses não elegeram Mestrinho apenas para governar o seu Estado, mas também o escolheram como “representante” do Amazonas e até da “região”. Segundo ele, para atender aos interesses locais e regionais e para “ditar” os rumos certos dos destinos da Amazônia (VALLE, 1996, p. 3).

posa oficial até o término do seu segundo governo, e a segunda, a partir do final do ano de 1990, no início do seu terceiro mandato de governador, ocasião que legalizou uma relação existente havia mais de vinte anos.

Dona Antonieta Mestrinho prefere manter-se reservada sobre esse assunto, porém, na entrevista que nos concedeu, podemos perceber veladamente o tipo de posição que sempre assumiu como esposa do governante. Quando inquirida acerca do comportamento das primeiras-damas, ela responde que “a esposa de um político tem que ser equilibrada, sensível e, acima de tudo companheira, não competidora” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Note-se que há historicamente aqui uma concepção que parece reiterar os papéis historicamente atribuídos à mulher, quais sejam de mãe e de esposa. Isto é, a primeira-dama deve possuir os valores femininos voltados para os sentimentos, além de representar um grande apoio ao marido, “desprovido” de qualquer perspectiva de competição nem em relação ao marido governante, nem em relação à sua rival. Segundo suas próprias palavras:

A primeira-dama deve agir de maneira simples, nunca sendo esnobe. Sabia que o meu lugar era imprescindível no apoio ao trabalho do governador. Essa postura garantiu a ascensão crescente do meu marido Gilberto Mestrinho (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Deve-se notar que, por trás dessa postura assumida pela primeira-dama, há todo um conjunto de convenções sociais construídas historicamente, como por exemplo, as relações matrimoniais. Segundo Engels (1980, p. 52), um dos autores da obra intitulada *Sobre a mulher*, o casamento “tem por base a situação das classes e é sempre um casamento de conveniência [...] o amor não é nem pode ser realmente a regra das relações com a mulher senão nas classes oprimidas”.

Com efeito, é lugar-comum a constatação de que a sociedade efetiva-se dentro de um processo histórico, que expressa em si interesses de grupos ou de agentes sociais, denotando uma relação bem definida entre as condições objetivas e a representação que se

faz dela. Trata-se da elaboração de “um sistema de ideias-imagens de representações coletivas mediante suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros” (PE-SAVENTO, 1995, p. 16).

Nesses termos, pode-se dizer que as representações de determinada situação não podem ser consideradas como expressões fiéis da realidade. Dito de outra forma, a possível aceitação da existência de outra mulher na vida de seu marido, por parte de Dona Antonieta, pode representar para ela uma nuance do jogo político, em que é quase que obrigada a permanecer na relação para não ferir a imagem do governante.

Não obstante, esse tipo de relacionamento tende a esfalar-se. É uma convenção aparente, ou seja, um papel em via de desaparecimento. De acordo com Engels (op. cit., p. 53), “a mulher reconquista o direito ao divórcio e, quando os dois não podem suportar-se reciprocamente, nada melhor que cada um ver o outro partir do seu lado”.

Realmente, a relação matrimonial de Gilberto e Dona Antonieta Mestrinho chegou ao fim. Entretanto, o que mais nos chama a atenção na representação de papéis da primeira-dama em questão é a sua concepção de que a primeira-dama deve ser um apoio ao trabalho do marido, fato que, segundo sua avaliação, contribuiu para a sua crescente ascensão. Essa percepção é importante, à medida que Dona Antonieta atribui ao seu desempenho como primeira-dama o sucesso do marido. Ou seja, ela se assume como sujeito político de suma importância na vida do Estado do Amazonas, tendo clareza de que a sua imagem de mulher séria, silenciosa, mas presente com o seu trabalho social, faz parte de um projeto político de “imortalização” de Gilberto Mestrinho como o grande patriarca da política amazonense.

O “timoneiro”, como era aclamado pelos seus correligionários, precisava da correlação de forças e da harmonia de suas duas mulheres para evitar escândalos e desgastes políticos. Contudo, chega um momento em que ele busca resolver essa situação, divorciando-se de Dona Antonieta para casar-se com Maria Emília, a qual

passa a assumir o posto de primeira-dama no seu terceiro mandato de governo, como já assinalamos.

Maria Emília Martins nasceu em Braga, Portugal. Veio para o Brasil antes de completar 18 anos como tradutora de língua portuguesa na embaixada de Portugal. No Brasil, fixou residência no Rio de Janeiro, passando a residir no Amazonas somente em 1983, quando do segundo mandato de Mestrinho. Todavia, em 1982 já se encontrava em Manaus, já que atuou na apuração dos votos que deram vitória ao Gilberto nesse ano.

Na condição de dama coadjuvante, sempre estivera na retaguarda de Mestrinho, que conheceu em 1965, dando o apoio necessário à sua estabilidade emocional. Após 25 anos de convivência com o ex-governador – já que a sua condição de casado impedia tal fato – Maria Emília casou-se juridicamente com Gilberto Mestrinho no dia 11 de dezembro de 1990.

Assim, no terceiro mandato de Mestrinho (1991-1994) como governador do Amazonas, Dona Maria Emília assume o papel de primeira-dama. Torna-se secretária de Estado da Ação Social e, aos poucos, colocou-se no cenário da política local, tornando-se uma protagonista do melhor estilo gilbertista⁴⁰ de fazer política.

A secretária da Secretaria de Estado da Ação Social - Seas, Maria Emília Mestrinho, auxiliada por seus assessores, associou aos papéis de primeira-dama a imagem materna. Gilberto é o patriarca, e ela é a grande mãe do povo amazonense. Na verdade, ela adotou a imagem de “mãe dos pobres”, haja vista a ação social arrojada com forte tendência populista que desenvolveu junto às classes subalternas, o que determinou a sua rápida aceitação por parte desses segmentos sociais.

Cabe assinalar, nesse sentido, que a política paternalista que a primeira-dama dá continuidade no estado do Amazonas remete à autoridade paterna⁴¹. No caso de Dona Maria Emília, asso-

40 Em épocas anteriores, quem distribuía os “ranchos” era o próprio Gilberto. Dona Antonieta cuidava da parte administrativa, sem aparecer muito em público, principalmente no seu segundo mandato. Mais tarde, ele instituiu Maria Emília tanto na administração quanto na realização social distribuindo-a ela própria os “brindes”.

41 Vale lembrar a figura de Getúlio Vargas, na memória social do povo brasileiro, conhecido como “pai dos pobres”.

cia-se à autoridade materna, apresentando-se como uma “mãezona” que ampara os filhos, considerando-os “frágeis” e dependentes.

Acrescente-se a essa concepção a ideia de papéis sociais sexuados, os chamados papéis “masculinos” e “femininos”: o homem enquanto ser social atuante na vida pública e a mulher como ser imanente e privado responsável pela reprodução humana e pela educação dos filhos. É bem verdade que a mulher não vê a maternidade como fruto apenas dela, mas como um produto social. Nesse sentido, a imagem que se vende de Dona Maria Emília parece evocar a necessidade de se perceber os usuários de seus serviços como seres desprotegidos e abandonados, necessitando, portanto, de uma “mãe social”. É o que pode deprender de seu discurso:

Basta de enganos, de palavras vazias, de projetos refrigerados. Nosso caboclo tem pressa. A miséria já atingiu o limite máximo do suportável nos bairros carentes e no interior. Somos tratados como primos pobres, aceitando restos de comida na cozinha (jornal *A Crítica*, 15 jun. 1991)

Em princípio, parece haver aqui um discurso contundente em favor das causas populares, repleto de emoção e de denúncias. Foi em um encontro com as mulheres dos prefeitos do Estado do Amazonas que Dona Maria Emília denunciou a situação de pobreza e de discriminação regional, no âmbito do poder público federal questionando, sobretudo, a morosidade da LBA no interior do Estado.

No entanto, não é preciso lentes de aumento para perceber a questão da intervenção estatal no âmbito da proteção social, portanto não só no plano da assistência social, mas de todo o conjunto dos serviços sociais, tem assumido, historicamente, nesse Estado características casuísticas, clientelistas, descontínua e fragmentárias por parte do poder público federal e estadual, em uma cumplicidade flagrante. Portanto, em décadas de populismo e de clientelismo, não dá mais para acreditarmos em discursos dominantes arrojados e “comprometidos” com os interesses populares. Na verdade, são discursos eivados de contradições e de interesses dominantes, que têm no projeto político-partidário do poder local o seu horizonte. Em

sua obra *Microfísica do poder*, Foucault (1993, p. 8) considera que “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força [...], mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos”.

Quanto à concepção de primeira-dama, Dona Maria Emília – como é chamada e nominada nos jornais pelo menos nos primeiros meses de governo de Mestrinho – inspirou-se na figura de Evita Perón. Segundo Chagas (1992, p. 21), até mesmo a maneira de se vestir foi estudada:

Ao ir a uma atividade mais popular, a secretária primeira-dama usa jeans e camiseta, coisa que não acontecia no início da administração. Isso sem dúvida com o objetivo de criar uma certa identidade entre ela e os descamisados (CHAGAS, 1992, p. 21).

Na verdade, a primeira-dama busca estabelecer um *marketing* político, que tem como horizonte a obtenção da legitimidade das massas. Daí a necessidade de se confirmar e rotinizar o carisma usado para caracterizar o líder auto indicado, seguido pelos que estão em desgraça e que o seguem por acreditarem que ele é extremamente dotado (cf. WEBER, 1991).

Evidentemente, Dona Maria Emília não atingiu o patamar de liderança dos grandes vultos históricos⁴², a ponto de ser seguida por grandes populações. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que o poder local centrou forças para torná-la parecida com Evita Perón. A pretensão em assemelhar-se a primeira-dama argentina pode ser observado no discurso da primeira-dama Maria Emília, já que constantemente ela fazia questão de dizer que trabalhava “por amor”, em uma missão vocacionada em favor dos pobres, pois “independente de sigla partidária, ela quer mesmo é trabalhar pelos carentes amazonenses” (*A Crítica*, 17 set. 1991).

Supõe-se, portanto, que em face da produção dessa imagem no imaginário coletivo das classes subalternas, Dona Maria Emília foi vista e respeitada como uma mulher enérgica, que se colocava criticamente em defesa dos interesses das camadas pauperi-

42 A contemporaneidade registra a existência de grandes lideranças que se mantiveram no poder mediante o carisma, isto é, a influência junto às massas que se transformaram, por exemplo, em verdadeiros devotos de Hitler, de Evita Perón e de Getúlio Vargas.

zadas. Por isso, quando o seu nome foi cogitado pela Aliança Democrática para concorrer às eleições municipais de 1992, aos cargos majoritários para o município de Manaus, a primeira-dama teve o apoio das lideranças comunitárias. Porém, ela não poderia aceitar a indicação, pelo fato de ser esposa do governador.

A “Evita baré”, como Dona Maria Emília era chamada por algumas pessoas, dizia sempre que o seu partido era o PA, ou melhor, o Povo Amazonense. Em face de sua marcante atuação no Encontro das Primeiras-Damas, realizado em 1991 em Curitiba, a primeira-dama do Amazonas ganha de suas colegas de outros Estados um carinhoso apelido: Requião de Saias. Isso porque, “a exemplo do governador do Paraná, ela não manda recado quando tem que falar, fala mesmo” (*A Crítica*, 17 set. 1991).

Vários episódios no âmbito da representação de papel da primeira-dama Maria Emília lembram o populismo desenfreado de Evita Perón, como, por exemplo, a doação do seu salário de secretária de Ação Social para obras assistenciais da Escola Nossa Senhora das Graças, no Beco do Macedo, dirigida pelo Padre Pedro Gabriel. Ressalte-se que os seus primeiros vencimentos foram doados à Associação de Moradores da Colônia Antônio Aleixo e os valores posteriores encaminhados aos municípios do Estado considerados mais necessitados. Para o Padre Pedro Gabriel, a doação de Dona Maria Emília “foi uma benção dos céus, e representa a presença de Deus junto às crianças. Foi Deus quem inspirou Maria Emília Mestrinho para o grande trabalho assistencial” (*A Crítica*, 12 set. 1991).

Outro exemplo do estilo populista que lembra a ex-primeira-dama argentina foi o fato de Dona Maria Emília ter promovido viagens de crianças pauperizadas à Disneylândia, desenvolvendo uma espécie de assistencialismo às classes subalternizadas que vai desde alimentos básicos, como era o caso dos sacolões de “ranchos” e de peixes distribuídos em algumas datas comemorativas, até o supérfluo, como é o caso desse tipo de lazer destinado aos filhos dos ricos. Trata-se de uma prática demagógica e clientelista que, ainda por cima, utiliza as pessoas beneficiadas para agradecerem de público os “favores” concedidos, com o intuito de dar visibilidade a uma políti-

ca superficial e perversa. Valle (1996, p. 211) assinala que “a pobreza, a fome, e outros indicadores sociais associados ao clientelismo político e outras formas arcaicas do nosso sistema político, contribuem para uma representatividade política muito aquém do ideal”.

Alguns dos elementos visíveis em uma política de cunho populista são o deslumbramento, a incongruência de *status*, o caráter demagógico e carismático da relação líder-massa, o cunho emocional-enganoso da ideologia, a tendência autoritária e o nacionalismo retórico (cf. IANNI, 1994).

Todos esses elementos serão trabalhados na imagem da primeira-dama, Maria Emília. Ela aparecia sempre muito elegante, denunciando os desmandos e a burocracia do poder, parecendo estar contra a ordem estabelecida, a despeito do *status* social de classe média-alta que possuía, além do cunho emocional bem definido dos seus discursos junto às classes subalternas, quando da entrega de brindes por ocasião de alguma comemoração. Tudo isso sem falar na prática demagógica, na sua tendência autoritária em tratar os usuários de seus serviços como seres incapazes e no nacionalismo retórico presente no projeto político maior do “timoneiro” Mestrinho.

No entanto, é preciso enfatizar que Dona Maria Emília contava com uma assessoria política muito despreparada em relação ao trabalho social: Sebastião Reis, Lucimar Vieira e o seu filho, Luiz Carlos Mestrinho, todos engajados em forjar um modelo de primeira-dama identificado com as massas populares. Porém, conseguiram fabricar apenas uma imagem turva do peronismo exacerbado e um pensamento getuliano medíocre.

Seguindo a ordem das tarefas determinadas pelo poder local em relação à imagem da primeira-dama em questão, Sebastião Reis ficou encarregado de fazer o *marketing* político. Como secretário da Secretaria de Trabalho e Ação Comunitária-Setrac, centrou forças na propaganda aos trabalhos da primeira-dama utilizando não só o espaço da imprensa, mas também inúmeros discursos proferidos junto às comunidades da periferia de Manaus. Dizia que:

Tinha a felicidade de trabalhar ao lado do governador Gilberto Mestrinho que, pela terceira vez eleito nas urnas, fazia um governo voltado para o povo, e a lado de Dona Maria Emília Mestrinho,

já chamada pelos carentes de mulher guerreira (*A Crítica*, 24 dez. 1991).

Note-se que primeiro aparece o nome do governador Mestrinho, em uma propaganda flagrante da política governista, só depois o nome da primeira-dama, podendo-se entender que a ação social que desenvolvia estava visceralmente articulada ao governo Mestrinho. Em outras palavras, ele era o comandante maior, enquanto o trabalho de Dona Maria Emília era apenas uma atividade subsidiária. Na melhor das hipóteses, ela recebia apenas denominações do tipo “anjo da guarda dos pobres”, título dado pelo deputado Josué Filho, então presidente da Assembleia Legislativa.

Esse tipo de discurso representa a imagem que um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. Assim sendo, a representação, como produto de um determinado processo social, refere-se à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, por meio da representação, podem passar uma imagem que perpetua a dominação (cf. MARTINS, 1996).

Por seu turno, Lucimar Vieira, conhecida popularmente como “Lucimar Mamão”, seria o braço direito da primeira-dama. Como presidente da Fundação de Ação Social e Comunitária- Funasc, foi, na verdade, cabo eleitoral de Dona Maria Emília – entenda-se do governador Gilberto Mestrinho. Ela foi encarregada da distribuição do “favoritismo”, que ia desde brinquedos e enxovais para grávidas até sacolões de peixes e os famosos “ranchos” distribuídos no estádio Vivaldo Lima. Em um de seus discursos, Lucimar destaca:

A atuação do governador Gilberto Mestrinho e de Dona Maria Emília Mestrinho, que governam com disposição de coração para atender aos anseios populares, em especial às pessoas mais necessitadas (*A Crítica*, 6 dez. 1992).

Como se percebe, novamente aparece o nome do governador como pano de fundo do poder constituído, com a novidade de que a primeira-dama parece dividir o poder com o marido, à medida que o termo “governam” traz uma conotação de gestão e de direção. Até esse momento, as primeiras-damas não conseguiam expressar os seus desejos de poder, isso é, a conquista do poder não era verbaliza-

da por elas. Dona Maria Emília, por exemplo, várias vezes desmentiu que era candidata à prefeitura de Manaus, pois o seu interesse consistia apenas em fazer o bem às camadas pauperizadas. Porém, a partir desse momento, começou a ser aventada a possibilidade de a primeira-dama assumir o poder político da cidade de Manaus, em uma dobradinha com o marido governador. Essa cogitação foi extremamente importante para as mulheres, à medida que o plano político de direção e gestão faz parte das conquistas que as mulheres vêm acumulando ao longo do processo histórico.

Outro assessor de Dona Maria Emília, seu próprio filho Luiz Carlos Mestrinho, auxiliava a mãe na busca de recursos junto aos empresários, representando, inclusive, o lado familiar tão aguçado no espírito materno da primeira-dama.

Não obstante, é preciso chamar a atenção para a necessidade da profissionalização dos serviços sociais, especialmente no âmbito do pessoal que trabalhava na área social, pois como diria Falcão (1990, p. 156), “a assistência social é a política que chega até as comunidades e populações despossuídas, iniciando um processo de restituição da cidadania. Ora, funções tão importantes mereceriam chefes competentes [...], só assim deixará de ser aquela área do governo que os políticos usam para criarem redutos eleitorais”. Não é isso, no entanto, que se observa nas atividades assistenciais desenvolvidos pela primeira-dama Maria Emília Mestrinho. Trata-se, isso sim, de ações improvisadas, sem qualquer procedimento metodológico e sem critérios de inclusão e de exclusão da população-alvo dos serviços sociais. Daí a prática assistencial permanecer mais no âmbito do “folclore” do que no patamar de políticas públicas.

Isso nos leva a concluir que, inexoravelmente, a construção do ator social que se realiza no cotidiano da história, a partir do imediato, sensações, dos impulsos, da memória, do corpo, das relações espontâneas, conduzem à luta pelo poder (cf. MARTINS, 1996).

A ideia de poder em Foucault tem origem em Nietzsche⁴³ (1844-1900), apreendida em uma relação de força diferente do postulado da propriedade e da modalidade. Este último presente desde

43 Friedrich Nietzsche exerceu profunda influência no pensamento contemporâneo, sobretudo na Alemanha e na França. Em seus estudos, evidencia dois elementos fundamentais: o espírito apolíneo, representando a ordem, a harmonia e a razão, e o espírito dionisíaco, representando o sentimento, a ação, a emoção, sendo que o espírito apolíneo teria triunfado sufocando tudo aquilo que é, na expressão de Nietzsche, “afirmativo da vida” (vide JAPIASSÚ e MARCONDES, 1993).

Maquiavel⁴⁴⁷ (1469-1557), em que o poder age pelo consentimento e pela violência.

Fundamentalmente, Foucault compreendeu o poder nos meandros da sociedade, sobretudo nas práticas cotidianas societais. É assim que faz uma ruptura com a visão tradicional que entendia o poder presente única e exclusivamente no âmbito do Estado e das instituições, como se somente essas instâncias fossem o *locus* indubitável da prática do poder.

Assim, o pensador demonstra que existem poderes fora do aparato institucional e destaca que eles se estabelecem no tecido social e proliferam criando relações pessoais, interpessoais, coletivas e hierárquicas, conforme explicita Roberto Machado no prefácio de sua autoria contida na obra *Microfísica do poder* (1993: XIV) “o interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizando em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”.

E acrescenta:

A ideia básica de Foucault é de mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência: nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas (ibidem, xv).

Do horizonte dessa análise, Foucault rompe a tradição da ciência política, no que concerne ao postulado da legitimidade, tradicionalmente entendido dentro do *Código Penal* e interpretava a legalidade sob uma nova visão. Ele não identifica o poder com a ideologia, isso é, estabelece uma ruptura com o postulado da modalidade, preconizado por Maquiavel. A repressão e a ideologia em Foucault são apenas formas fracassadas de poder: agem apenas de modo negativo, impedindo, censurando.

Para esse autor, o poder está associado ao saber, do que se desprende que não é visto como um obstáculo. O suplício, por exemplo, era uma técnica utilizada na Europa medievalista para pro-

44 Niccolo Maquiavel é considerado um dos fundadores da ciência política, por sua preocupação com o fato político em si, desvinculando-se do aspecto moral e do juízo de valor sobre ele. Ele rompe com todas as teorias da legitimação do poder, deixando o domínio do direito pelo domínio do fato, que é o da força (vide JAPIASSÚ e MARCONDES, 1993).

dução de sofrimento físico. Aquele que praticava o ato teria de saber manejar bem essa técnica, medindo tudo minuciosamente bem. Do contrário, era reprovado pela população ou até morto.

Portanto, há uma estreita ligação entre o poder e o saber, em que o ritual do suplício envolvia dois aspectos: a marca física e a marca moral, além de assumir uma dimensão política para lembrar a existência do rei e de sua soberania. Daí o caráter público do suplício, cuja prova definitiva era a confissão do culpado, que reconhecia sua falta mediante o juramento e a tortura.

Não obstante, a relação entre poder e saber apresentava-se como uma ação contínua, no interior de um conjunto de técnicas de saberes e de práticas de poder a que Foucault chamou “disciplina”, denominando esse procedimento “normalização”. São relações de poder sobre os corpos dentro do espaço social, nas quais se utiliza uma tecnologia própria de controle, bem mais presente nos quartéis, hospitais, escolas, fábricas e prisões, onde o poder disciplinar assume função de adestramento, pois:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 1993b, p. 125).

Essa tecnologia de poder fabrica indivíduos transformando-os em objetos e instrumentos de seu exercício. Para tanto, utilizam-se técnicas simples, como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

O olhar hierárquico constitui um instrumento de poder em que a visualização dos subalternos induz às medidas de coerção. O lugar dessa prática são as instituições sociais em que a forma de controle pautada no olhar disciplinador efetiva-se pela sanção normalizadora. Desse modo, a disciplina tem a função específica de punir, assumindo o lugar das instâncias de julgamento, ou seja, torna-se um pequeno tribunal em que o castigo disciplinar é a penabilidade, cuja intenção consiste em reduzir os desvios, desenvolvendo uma função corretiva.

O exame, por sua vez, “combina as técnicas da hierarquia que vigia e as de sanção que normaliza” (FOUCAULT, 1993b, p. 164). O exame é um aprendizado permanente, é uma espécie de ritual de poder constantemente renovado e “nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e força da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade” (ibidem, p. 164-165).

Nesse processo, a escola passa a ser o lugar de elaboração da pedagogia, em que esse aspecto examinatório marca o início da pedagogia como ciência. E a escola passa a ser uma instância de vigilância do saber, na qual o exame ininterrupto acompanha o processo de ensino em toda a sua extensão.

Dessa sorte, é possível visualizar uma trama de relações de poder e de saber presentes nas instituições de forma naturalizada, que faz parte da vida das pessoas. O *panoptismo*⁴⁵⁸ é um exemplo disso, uma vez que “induz no detento um estado consciente permanentemente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (ibidem:, p.177).

Aqui pouco importa saber quem exerce o saber. Um sistema panóptico funciona como um laboratório do poder, isso é, em cadeia, de forma sutil, quase imperceptível. A máquina panóptica possui funções que consistem em isolar, punir, vigiar, tratar, educar, fazer, produzir, docilizar. “O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo”.

Trata-se do desenvolvimento de uma tecnologia emergente nas instituições sociais, em que o poder é estabelecido em redes, como uma máquina que capta tudo, adverte, disciplina e modela os sujeitos, exercendo sobre eles função disciplinadora.

Quanto ao saber, Foucault não se preocupa em trabalhá-lo conceitualmente, mas em descrever aspectos e relações presentes em cada saber. Contudo, em sua obra *Arqueologia do saber*, o saber é definido como:

O conjunto dos elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência,

45 Em Foucault, o panoptismo é um sistema central de visibilidade, em que se pode ter visões periféricas e do todo ao mesmo tempo, ou seja, é um ponto ou uma posição central de onde se pode ver tudo.

apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (1969, p. 206).

Cada um desses elementos presentes na definição de saber constitui uma pluralidade, uma multiplicidade, ou seja, envolve uma gama de variáveis qualitativas que tornam impossível a sua individualização em um saber concreto, como aquele da medicina ou da economia, dentre outros. Em face da compreensão múltipla e heterogênea, o saber em Foucault assume uma peculiaridade insigne, posto que é trabalhado pelo psicanalista dentro de uma visão histórico-social.

Assim, o saber tem uma relação com a moral dos povos, com seus anseios e com os seus códigos, assumindo o regime de verdade de cada sociedade, cujo *ethos* social consiste no modo de sujeição ou subjetivação dos indivíduos.

Cada sociedade possui um sistema de saberes, aqui entendido como o conjunto de técnicas de efetivação de processos sociais. Foucault valoriza esses processos dando significação a esses conteúdos. Para ele, os atores sociais possuem rico conhecimento que merece ser elevado à reflexão crítica, pois a significação que os indivíduos dão às suas ações, permitindo construir a vida das pessoas em arquivos, constituem exemplos da riqueza de conhecimentos presentes neles.

Em última análise, o poder produz saber, e não há relação de poder sem constituição correlata de um “campo de saber”, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. O poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. Nessa relação recíproca, a questão do poder torna-se um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes.

Dentro dessa perspectiva, estão inclusas as relações de gênero, as quais nos interessa focalizar nesta abordagem apenas como uma tentativa de compreensão das conexões que possuem com os estudos foucaultianos.

Começamos pela tese levantada pelos teóricos psicanalistas e pelo próprio movimento feminista, os quais entendem a histó-

ria das sociedades até agora existentes como uma história de subordinação das mulheres aos homens.

Essa proposição credita ao homem poder absoluto e às mulheres total anulação, o papel de sujeito passivo. Para Saffioti (1992, p. 184):

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder.

Depreende-se que existe poder nos dois polos, porém em diferentes graus e em dimensões desiguais. Com efeito, em nenhum caso essa diferença é entendida em uma relação de hierarquia, mas sim uma relação contraditória entre homens e mulheres.

Dentro da perspectiva foucaultiana, poder-se-ia dizer que a exclusão de um segmento da população, como o das mulheres, contribui para que elas constituam, potencialmente, detentoras de recursos para exercer o poder. Em face da relação de desigualdade entre homens e mulheres, elas vão ter de se organizar, criando novos espaços de poder. Nesse sentido, é preciso reconhecer que as mulheres não se apoiam somente nos poderes que, segundo Saffioti (1992, p. 184), são reconhecidamente femininos:

Mas também mercê da luta que travam com os homens pela ampliação modificação da estrutura do poder *tout court*. Como na dialética entre o escravo e o seu senhor, homens e mulheres jogam cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania.

É importante acrescentar o fato de a dominação nas relações de gênero não ser apenas masculina. Existe a dominação da mulher sobre a mulher, à medida que, sem perceber as contradições das ideias absorvidas no processo cultural, acaba se estabelecendo concorrência de uma mulher com outra, legitimando, muitas vezes, as relações de reprodução da ideologia dominante sob a ótica da assimetria entre os sexos e, também, entre o mesmo sexo.

Essas relações de poder explicam diversas situações de inferioridade e de opressão das mulheres na esfera do público e do

privado, pois algumas, em vez de se unirem em torno de ideias e de objetivos comuns, passam a disputar espaços e, no afã dessa disputa, passam a tomar o espaço da outra, fortalecendo, assim, o domínio masculino, perdendo a dimensão ideopolítica mais abrangente das relações entre homens e mulheres.

Todavia, é importante ressaltar que a organização política das mulheres e o processo de tomada de consciência da sua condição histórica não podem evoluir com uma velocidade determinada ou em uma única direção. Na perspectiva gramsciana, o processo de formação da consciência coletiva pauta-se em um procedimento metodológico contínuo, incessante e paciente. Esse trabalho educativo funda-se na dialética intelectuais-massa, “relacionando dialeticamente as leis da história a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada que é o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isso é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação” (GRAMSCI, 1995a, p. 139).

No caso específico das relações de gênero, o processo educativo circunscreve-se ao âmbito dos novos movimentos sociais, como vimos anteriormente. Esses movimentos, que constroem a base de todo um trabalho político, são instrumentos fundamentais na construção da identidade social e, no caso das mulheres, têm sido referência na construção dessa identidade no substrato da ação política.

Poder-se-ia dizer que a segregação e a exclusão de segmentos majoritários da sociedade, da perspectiva de seus direitos, ensejam, e por que não dizer, determinam mecanismos de exercício do poder. Esses mecanismos são os novos movimentos sociais, que têm na organização política e na resistência às suas estratégias gerais de novos espaços de poder.

Quanto a galgar poderes maiores, Dona Maria Emília afirma que não depende da sua vontade, e sim da vontade de seu marido, conforme pode-se perceber em suas próprias palavras: “eu tenho um chefe maior que é meu marido, ele é quem é o político e que vai me nortear. Se um dia ele achar que devo ser, estou com ele” (CHAGAS, 1992).

Ao que parece, Dona Maria Emília demonstra verdadeira veneração pelo marido e reconhece que faz qualquer coisa que ele determinar, principalmente em termos políticos. “Ela não se sente nem um pouco ofendida em reconhecer isso e reafirma que Gilberto Mestrinho é o seu chefe maior” (CHAGAS, 1992, p. 21).

Talvez não se trate, efetivamente, de uma mulher subserviente ao marido, mas subserviente ao poder representado pelo marido. Subjaz a ideia de apropriação da pessoa da primeira-dama por parte do poder local, deixando-nos perceber, nas entrelinhas, que ela pertence a um grupo político cujo chefe maior é o próprio Gilberto.

Deve-se sublinhar, no entanto, que é hora de essas mulheres se desvencilharem de certos condicionamentos sociais e culturais que contribuem para a sua condição de subalternidade no convívio social. É preciso que as relações de gênero caminhem para a superação da dominação social que as mulheres enfrentam, principalmente porque os tempos são outros, “não somente a família mudou, mas mudou também a mulher, o homem e, portanto, as relações entre os sexos” (CASTRO e LAVINAS. 1992, p. 237).

Na verdade, há hoje uma redefinição na forma de pensar de homens e mulheres. Se antes, como ressaltam Castro e Lavinias (1992, p. 243), “o objeto era a construção social e subordinada do feminino, hoje, remodelado, é a construção das relações sociais entre homens e mulheres”.

Com efeito, deve-se assinalar que as relações do casal Mestrinho não eram tão harmoniosas assim. Rumores dão conta de que Dona Maria Emília passou por momentos difíceis depois de casada com Gilberto, a ponto, inclusive, de enfrentá-lo energeticamente em pleno Palácio Rio Negro, ocasião em que quase chegaram às vias de fato. Isso demonstra que Dona Maria Emília não era tão passiva assim na relação marido-mulher. Ao contrário, parecia bem firme e determinada em suas relações matrimoniais, diferentemente de Dona Antonieta Mestrinho, que não era dada a discussões e enfrentamentos dessa natureza. O que não significa dizer que Dona Antonieta fosse menos decidida em suas ações, pois como diria Rubin (1996, p. 109), “em uma cultura de mulheres maquiadas, às vezes a mais poderosa de todas tem o rosto sem qualquer adorno”.

A fama de conquistador que Gilberto possuía não impressionou Dona Maria Emília, que garante que ele nunca tentou conquistá-la e que também foi esse um dos motivos pelo qual ela se sentiu atraída (cf. CHAGAS, 1992).

Ela afirma que, além do casamento com Gilberto, que considera a sua maior conquista, ela mudou muitas coisas nele, como alguns hábitos machistas. Um deles foi ensinar-lhe a pedir desculpas à esposa por algo que não a agradou demonstrando-lhe respeito. Também lhe ensinou como tratar uma mulher, expressando seus sentimentos com objetos simbólicos como por exemplo, flores. Chagas (1992) dá conta de que Mestrinho mandava flores apenas para defuntos. Com o tempo, ele mudou de opinião e, quando se atrasava, mandava bilhetes acompanhados de flores e de pedidos de desculpas.

Isso indica, à guisa de conclusão, que as representações sociais são concepções geradas em determinadas culturas, em que o valor simbólico adquire fundamental importância, institucionalizando comportamentos que garantem a manutenção do grupo social, impondo normas que determinam as relações sociais.

Dona Maria Emília, por exemplo, parece externar um tipo de formação e visão de mundo que remete para as suas origens europeias em relação aos seus sonhos e anseios pessoais. Na verdade, as abstrações humanas fazem parte do universo simbólico, de onde surgem as representações sociais como imagens construídas sobre o real a partir das palavras, sentimentos e condutas institucionalizadas (cf. GUARESCHI, 1995).

Com relação ao papel de primeira-dama, Dona Maria Emília o vê como um apoio ao marido governante. Embora negue que o seu estilo Evita Perón seja proposital, mas contingente ou por acaso, pode-se perceber que o poder local, juntamente com a mídia, empenhou-se em fazer essa associação. Além de mostrar que sempre estivera por trás de Gilberto desde praticamente o início de sua vida política, depois de casada faz o estilo de mulher que acompanha o marido em tudo na vida política.

A propósito das relações de gênero, Maria Emília considerava-se uma mulher moderna, com certa influência sobre o marido.

Contudo, admite que, politicamente, rende-se a ele, seu chefe maior, deixando transparecer uma nuance de subordinação ao poder local, tanto do ponto de vista das suas atividades assistenciais voltadas, inclusive, para o horizonte da manutenção do poder oligárquico, quanto do ponto de vista de si própria, deixando-se guiar pela decisão política do marido e de seu grupo político.

Todas as outras ex-primeiras-damas entrevistadas consideram o papel de primeira-dama como subsidiário e de apoio ao marido governante. Dona Antonieta Mestrinho considera que a primeira-dama deve assumir um papel de mediação, isto é, ser “um agente facilitador, uma espécie de ouvidor e apoio ao governo” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Dona Amine Lindoso considera que o papel principal da primeira-dama na sociedade “é participar dessa sociedade como um todo, aproveitando o seu potencial de prestígio e possibilidades de acesso para a fonte de recursos e assim dar apoio ao governo” (entrevista concedida em janeiro de 1998).

Essas concepções acabam por confirmar duas questões que vêm sendo trabalhadas neste estudo: a primeira, de que os papéis sociais são concebidos segundo a trama cultural que se acha na base das relações humanas; a segunda, de que os papéis de primeira-dama são vistos por muitas pessoas, inclusive por elas próprias, como subsidiários ao trabalho do marido governante.

A primeira questão diz respeito aos papéis historicamente atribuídos às mulheres. No caso das primeiras-damas, parece haver uma confusão entre a imagem de mãe com as atividades assistenciais, vistas pelas classes subalternas como “generosas” e “devotadas” ao trabalho social, exigindo doação e dedicação por parte da mulher primeira-dama. Segundo Martins, (1996, p. 95), “esses signos, imagens, oposições, têm sido chamados de ideologia [...], persistem por meio de canais e vínculos de informação”.

O segundo caso não se desvincula do primeiro. Os papéis de primeira-dama assumem um aspecto subsidiário, à medida que estão associados à concepção dos papéis ditos “femininos, quais sejam os voltados para o espírito de serviço, doação, compreensão e sensibilidade”.

Essa concepção atribui às mulheres um tipo de trabalho improdutivo, movido pelo sentimento e subsidiário aos papéis que os homens exercem na sociedade. No caso dos papéis de primeiras-damas, eles são essenciais tanto ao poder junto aos setores populares, às vezes conquistando mais prestígio que o dos próprios maridos governantes. Nesse sentido, esses papéis não podem ser vistos somente como subsidiários, mas também como decisivos nos rumos do poder local. Às vezes, são eles que buscam construir uma base de legitimação ao governo de seus maridos, como foi o caso de Dona Amine Lindoso.

No próximo texto, buscar-se-á enfatizar a forma pela qual a sociedade percebe a representação dos papéis sociais de primeira-dama, representada nesta pesquisa por um grupo de assistentes sociais que assumiram cargos importantes em instituições de Bem-Estar Social e que, de alguma forma, tiveram contato com as primeiras-damas amostradas.

3.3. A representação dos papéis sociais de primeira-dama em Manaus sob a ótica das assistentes sociais

As formulações a propósito da profissão de Serviço Social remetem, fundamentalmente, para a sua compreensão dentro da divisão social do trabalho, “tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 77).

Trata-se de uma profissão instituída como uma especialização no dorso da divisão do trabalho para atuar na realidade social, especialmente na chamada “questão social”, a partir de métodos racionais que lhe atribuem uma valoração técnico-operativa, necessária ao desenvolvimento de sua prática profissional.

Ursula Karsch, em sua obra *O serviço social na era dos serviços*, publicada em 1989, percebe a identidade do serviço social como um serviço. Vale dizer que essa questão da identidade do serviço social é algo com que a profissão vem lidando há muito tempo e, portanto, continua em construção. Trata-se de um debate fecundo, que evita o reducionismo de perceber a profissão apenas como práti-

ca institucional (sinônimo de prática profissional) ou genericamente, como prática social, o que certamente é mais problemático.

Dito de outra forma, o serviço social instituído na sociedade brasileira pela lei que regulamenta o exercício da profissão, Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, “é discutido como ‘serviço’ que é a forma organizacional em que se encontra as instituições que configuram a sociedade urbano-industrial no Brasil” (KARSCH, 1989, p. 11).

É assim que o serviço social é requisitado para atuar na equação dos problemas sociais como mediador do antagonismo capital/trabalho, passando a desenvolver uma ação institucional que:

Conferem um efeito social às políticas sociais concretizado na prevenção, manutenção e promoção de um valor social instituído e estruturado através de um conjunto de normas e atividades (FERNANDES, 1988, p. 11).

Note-se que há, aqui, um significado social atribuído a essa profissão, isso é, ela aparece como um tipo de racionalidade que o Estado utiliza para dar credibilidade às suas ações, no que diz respeito às políticas sociais. De acordo com Yamamoto e Carvalho (1993, p. 79):

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, face à progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil [...]. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o Profissional, como um assalariado a serviço das mesmas.

Deve-se sublinhar que, mesmo que as empresas empreguem um número considerável de assistentes sociais, o Estado continua sendo o maior empregador dessa força de trabalho. É assim que o Estado, mediante o desempenho profissional dessa categoria social, vai administrar os contornos da questão social, garantindo, dessa forma, a reprodução da ordem política.

Entretanto, deve-se notar que os profissionais de Serviço Social não estão, inexoravelmente, fadados a realizar uma prática profissional única e exclusivamente voltada para a manutenção do

status quo. Dependendo de seu compromisso profissional e de sua opção política no espaço institucional, o assistente social é um agente de transformação, é um intelectual orgânico, na acepção gramsciana, no sentido de que procura dar direção social e cultural às classes subalternas.

Dito de outra forma, assume a condição de organizador da cultura, tendo no processo educativo o horizonte da cidadania e da transformação das estruturas sociais e das condições objetivas da história. Na verdade, “trata-se do organizador, dirigente técnico que coloca a sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 87).

Disso se conclui que as instituições não podem ser vistas como um bloco monolítico. No dizer de Gramsci (1995), elas são vistas como um espaço contraditório, fatiado de ambos os lados por interesses da classe dominante e da classe dominada. Trata-se de uma concepção em que o Estado aparece como uma instância ampliada, que se vê obrigada pelo poder de pressão das classes subalternas a incorporar alguns interesses dessas classes, desde que não interfiram no pacto de dominação⁴⁶.

Kowarick (1985) reforça a concepção do Estado ampliado ao considerar que não pode ser visto como força autóctone e separada da sociedade civil. Na verdade, o Estado é, ao mesmo tempo, instrumento direto de realização de interesses da burguesia e de alguns interesses das classes dominadas, contraditoriamente. Ou seja, é a condensação de uma relação de forças e, nesse sentido, expressa as contradições das classes, evidenciando uma realidade de mediações.

É dentro desse contexto institucional que se vai configurar o perfil do profissional de serviço social e, como assinala Karsch (1989), como profissional capacitado no exercício dos relacionamentos, é ele quem mais habilmente maneja a aplicação das normas institucionais.

46 Frente ao movimento das forças sociais, o Estado, em primeiro lugar, mantém as normas de exclusão econômica e política que constituem a essência do “pacto de dominação”. Em segundo lugar, deve-se assegurar uma distribuição de benefícios para as classes e frações sobre as quais está contraditoriamente estruturado o “pacto de dominação”. Ainda deve atender certas demandas das classes subalternas, mesmo que essas demandas se contraponham a certos interesses de frações dominantes (KOWARICK, 1985, p. 7).

Nessa perspectiva, buscar-se a analisar os depoimentos de alguns assistentes sociais que trabalharam em instituições de Bem-estar Social no período de 1959 a 1994, na cidade de Manaus, e que, de alguma forma, mantiveram contato com as primeiras-damas amostradas neste trabalho.

Deve-se examinar, inicialmente, que a instituição como espaço contraditório em que se realiza a prática profissional do assistente social assume um significado político que reflete as relações entre as classes sociais.

Entendido dessa maneira, pode-se dizer que a instituição de Bem-Estar Social assume papel fundamental no repasse de serviços sociais, garantindo aos usuários desses serviços os seus direitos sociais enquanto expressão da cidadania. Karsch (1989, p. 12) assinala que “a sociedade, no crescimento e complexidade que desenvolve, se organiza através de serviços que vão emitindo as respostas institucionais ao atendimento das necessidades da população”.

É assim que as instituições assumem feições específicas dentro da realidade social, cujos objetivos constituem políticas setorializadas de atendimento às necessidades dos sujeitos percebidos como cidadãos de direitos e de deveres, em um processo educativo de construção da cidadania social. O depoimento de uma das assistentes sociais entrevistada explicita bem o caráter setorializado das políticas sociais:

Trabalhei na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, órgão no qual estavam vinculados politicamente e programaticamente outros segmentos chamados Febem's. Às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor competia cumprir e realizar a política traçada em nível nacional, e para isso recebiam um aporte financeiro para viabilizar as práticas que deveriam ser realizadas com a clientela específica, direcionada pela política (entrevista concedida em agosto de 1997).

Em geral, as grandes instituições, principalmente governamentais, possuem orientação política maior vinculada ao Estado brasileiro, e, ainda que seja respeitada a questão da autonomia, são concebidas a partir de diretrizes nacionais que definem os seus objetivos e os tipos de políticas sociais que desenvolvem. Geralmente, a conjuntura política e a ação da sociedade civil organizada acabam

influenciando a política institucional, já que a instituição, conforme assinalado anteriormente, reúne interesses dominantes de reprodução das relações sociais e incorpora, por vezes, interesses das classes subalternas, sendo na verdade “um conjunto articulado de saberes (ideologias) e práticas consubstanciadas em formas de intervenção na vida dos diferentes grupos e classes sociais” (LUZ, 1979, p. 30).

Na verdade, a participação efetiva dos movimentos sociais e sindicais, no cenário das forças políticas no Brasil, leva o Estado a preocupar-se com a problemática social, criando mecanismos institucionais que possam responder às demandas desses segmentos organizados.

Supõe-se, portanto, que as políticas sociais⁴⁷ não são simplesmente uma camuflagem das contradições sociais, mas também resultantes da ação política trabalhadores e dos movimentos sociais no processo de conquista da cidadania.

Disso se conclui que as políticas sociais só podem ser entendidas no contexto das estruturas capitalistas e no movimento histórico de transformações sociais dessas mesmas estruturas. Todavia, em algumas sociedades, dentre as quais a brasileira, as políticas sociais foram tratadas como práticas benevolentes do Estado, anulando por seu turno, a dimensão política que permeia a sua existência. Sposati (1991, p. 154), observa que “no Brasil, há um grande desconhecimento da política de assistência social; esta, associada à benevolência, passa a ser vista como uma prática social natural e que nasce da própria condição de solidariedade dos indivíduos humanos em sociedade”.

Na verdade, as políticas sociais sempre receberam tratamento marginal no Estado brasileiro às expensas do econômico. Como já observamos, somente a partir da Constituição de 1988 e, fundamentalmente, depois de sancionada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social -, em 1993, é que a assistência social passa a ser institucionalizada como uma política pública. E, ainda assim, continuou a constituir uma política sem maior efetividade e visibilidade

⁴⁷ As políticas sociais constituem “um conjunto de mediações que visam articular as diferentes formas de reprodução das relações de exploração e da minoração da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença (FALEIROS, 1991, p. 41).

no que tange no seu significado e extensão.

Também é preciso dizer que esse caráter assistemático, acrítico e benévolo da assistência social não só contribuiu para perpetuar as desigualdades sociais e os “bolsões de miséria”, como também, por vezes, foi conduzido por pessoas pouco preparadas no que diz respeito à gestão e operacionalização das políticas sociais, como é o caso, por exemplo, de algumas primeiras-damas, fato que pode ser percebido pelo depoimento de uma assistente social que participou da pesquisa. Conforme suas próprias palavras:

As cidadãs brasileiras que chegam ao posto de primeira-dama nos governos estaduais, municipais e federais são pessoas às quais são atribuídas funções para às quais elas não estão preparadas. E muitas vezes, nem conseguem realizar um trabalho dentro das expectativas, dentro dos pressupostos que existem no meio onde elas passam a viver (entrevista concedida em agosto de 1997).

E acrescenta:

Nós, que temos formação específica para o trabalho na área social, temos muitas vezes dificuldades em definir uma linha de ação para executar um trabalho, imagine a pessoa que chega de fora, cujo marido foi, em decorrência dos conchavos políticos, eleito titular maior da Unidade Federada, do Município, de onde quer que seja. Elas não têm, na maioria dos casos, nenhuma percepção do que está acontecendo e do que poderá ser feito por elas. E nem sempre têm a sorte de encontrar pessoas com as quais elas trabalham, num clima de responsabilidade maior, no sentido de conduzir a ação para resultados efetivos (entrevista concedida em agosto de 1997).

Essa realidade demonstra os (des)caminhos que o assistencialismo tomou em alguns Estados do Brasil. Expressa uma ausência de racionalidade que marca, indubitavelmente, uma trajetória de não-reconhecimento da assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. E aqui cabe remeter à diferença entre assistência e assistencialismo, como já sinalizamos ao longo deste estudo. O assistencialismo constitui um dos elementos fundamentais do populismo. O poder político utiliza esse tipo de estratégia dentro de suas estruturas institucionais para forjar sua própria legitimação junto às classes subalternas. O populismo possui a singularidade de obter o consenso mediante a dominação, principalmente pelo autoritarismo velado que se materializa na cooptação das forças antagônicas pela via do paternalismo.

Dito de outra forma, a política populista/paternal administra os conflitos sociais fazendo concessões mínimas às classes subalternas, que vão desde os “benefícios” imediatos até o acesso ao poder político de algumas lideranças dessas classes. Trata-se de uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma “cultura” do silêncio e um comportamento de passividade à ordem.

Sob esse aspecto, o assistencialismo não assume, necessariamente, uma concepção de políticas sociais como direito, mas como favor do Estado, permanecendo sempre a possibilidade de que todos deveriam atuar no repasse dos serviços sociais pautado na solidariedade e na caridade humana. No caso das primeiras-damas, esse tipo de prática lembra as ações caritativas de senhoras das sociedades burguesas, principalmente as práticas benevolentes das damas da caridade na Europa do século passado.

Por outro lado, a assistência social assume o caráter de política pública, como direito dos cidadãos e que “requer uma intervenção ativa do Estado [...], produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o Estado social (BOBBIO, 1992b, p. 72).

Assim percebido, é factível a necessidade que o Estado vai ter de contratar profissionais especializados para atuar na área social, como é o caso dos assistentes sociais, cuja profissão existe no Brasil desde a década de 1930. Portanto, não se pode recorrer à ausência desse tipo de profissional para justificar o caráter voluntário e improvisado dos serviços sociais.

Em que pese a herança histórica que credita ao serviço social o papel estigmatizado de controle social e/ou de administração dos conflitos sociais, o assistente social é portador de uma formação que o qualifica para atuar na área dos serviços sociais de forma sistemática e racional, conduzindo suas ações a partir de diretrizes filosóficas que lhe impõem credibilidade e respeito profissional, tanto no que diz respeito à gestão e implementação de programas institucionais de políticas sociais, quanto à administração do aparato institucional. Gueiros (1991, p. 51) observa que:

O assistente social conduz suas ações no repasse de programas sociais à população-alvo de acordo com a competência que lhe foi atribuída na divisão social e técnica do trabalho [...], aliada ao seu posicionamento face às alternativas que se põem para a profissão.

Entretanto, nem sempre esse aspecto profissional se impõe. Isso é, nem sempre as instituições de Bem-Estar Social são dirigidas por profissionais qualificados na área da assistência social, salvo alguns casos que se concretizaram em função de um trabalho de pressão do Sindicato e do Conselho de Assistentes Sociais do Amazonas. Em geral, no caso do Amazonas, há uma ausência de critérios na incorporação de pessoal, prevalecendo, muitas vezes, o casuísmo político no direcionamento das ações sociais desenvolvidas por certas primeiras-damas, ressaltando que nem todas elas possuem essa prática casuística e que algumas delas se preocupam com a nuance da profissionalização dos serviços sociais.

Os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas remetem para a necessidade de maior racionalidade nos programas assistenciais desenvolvidos pelas primeiras-damas. Uma de nossas entrevistadas considera que elas “deveriam formar uma equipe de profissionais e usar o seu prestígio para participar de trabalhos sociais, mas não os dirigir” (entrevista concedida em agosto de 1997).

Outra profissional aponta nessa mesma direção afirmando o seguinte:

Os trabalhos das primeiras-damas que eu acompanhei pelos jornais, têm sido de caráter quase sempre emergencial e totalmente assistencialista, sem qualquer racionalidade salvo algumas exceções (entrevista concedida em agosto de 1997).

Com efeito, deve-se apontar para a necessidade de articulação da política de assistência social com o conjunto das políticas sociais⁴⁸, buscando romper as fronteiras do paternalismo e da inversão da cidadania que concorrem para que grandes parcelas subalternas possuam uma visão deturpada da política social de assistência e do papel social das primeiras-damas.

48 Na verdade, “quando a primeira-dama abraça um trabalho social, deveria fazê-lo sem paternalismo e sim em parceria com os órgãos que cuidam das áreas sociais, a fim de que os projetos não sofressem solução de continuidade” (entrevista concedida por um assistente social em agosto de 1997).

A representação de papéis sociais deve ser entendida dentro do processo histórico-educativo, pois as pessoas são superiores aos seus papéis. Os papéis sociais de primeira-dama, por exemplo, não deveriam prescindir das determinações do poder público no sentido de imposição aos atores sociais. A atuação das primeiras-damas como representação social no Brasil traz o estigma estereotipado do assistencialismo, quando, na verdade, deveria possuir uma característica política bem definida no cenário do poder público, no sentido de efetiva participação nos rumos da nação e do Estado, aspecto observado apenas em Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I.

Heller (1991) diz que os papéis sociais esgotam o comportamento humano em sua totalidade. É pelos papéis sociais que as pessoas se manifestam na realidade, estabelecendo relações e representando por meio de atos e ações as funções a elas atribuídas socialmente.

Com efeito, a representação de papéis de primeira-dama é um processo que ocorre atrelado à construção das relações que se estabelecem no interregno da sua prática social, pois “*ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social*” (BERGER e LUCKMANN, 1996, p. 103) ou, como diria Heller (1991), os papéis sociais são simplesmente as formas das suas relações estereotipadas em clichês.

Na percepção de uma das assistentes sociais ouvidas, o leque de papéis sociais das primeiras-damas “poderia ajudar muito os marginalizados e os excluídos. Seria bom se essa ajuda fosse fundamentada em princípios filosóficos, para a construção da cidadania” (entrevista concedida em agosto de 1997).

Deve-se examinar que, conforme já assinalamos, o assistencialismo desenvolvido pelas primeiras-damas não pressupõe o exercício da cidadania social. Ao contrário, exclui a organização política dos segmentos sociais, daí que os pressupostos filosóficos da cidadania estejam aquém dessa representação social.

É possível perceber que a concepção de cidadania presente no depoimento imediatamente referido demonstra que, para os profissionais de serviço social, a cidadania é uma conquista em via

de construção, um processo, um movimento que visa à incorporação de novos “grupos” ou classes ao gozo de direitos já reconhecidos e/ou à incorporação de novos direitos aos já existentes (cf. GUEIROS, 1991).

Na verdade, a partir das décadas de 1960 e 1970, a profissão de serviço social passa por grandes transformações em seus fundamentos teórico- metodológicos. Trata-se do movimento de reconceituação, desencadeado na América Latina, que visava, dentre outras questões, romper com a prática tradicional do serviço social, apontando para a superação da prática assistencialista sob novos pressupostos filosóficos e sob novos direcionamentos metodológicos.

Um dos procedimentos metodológicos adotados foi o cunho crítico-político que a profissão adquiriu, à medida que recuperou a perspectiva do caráter contraditório do movimento de reprodução do capital que se expressa em função das desigualdades sociais. Nesse sentido, muitos assistentes sociais passam a perceber a sua prática profissional como um processo educativo, que pode contribuir para a busca da cidadania dos sujeitos sociais, alvos de suas ações. Gueiros (1991, p. 52) enfatiza que “não é a prática do assistente social ou de qualquer outro profissional que constitui a cidadania. A prática profissional pode constituir condição de facilitação para que a cidadania se efetive”.

É bem verdade que essa tendência crítica não constitui uma realidade linear no seio da profissão, pois o processo de ruptura real – isto é, aquele que não é imposto como princípio de negação de décadas de formação – é sempre doloroso, lento e gradual, chegando muitas vezes a não romper com o seu legado histórico concernente à concepção de bem-estar das políticas sociais.

Entretanto, é também verdade que a opção crítica pela classe trabalhadora, enquanto objeto de sua atuação profissional, constitui hoje um princípio político bem definido no estatuto ético da profissão. Daí a prática profissional do assistente social ser também espaço de crítica, a partir de uma análise da realidade social, devendo-se transformar, em última análise, em uma prática educa-

tiva que aponte para o horizonte de possíveis transformações que se devem processar no âmbito da luta social. De acordo com uma das assistentes sociais ouvidas, a prática profissional do assistente social:

É movimento, uma coisa que se renova. Há experiências institucionais interessantes em que as pessoas [clientela] são convocadas em um primeiro momento para uma reflexão sobre cidadania, sobre a problemática social, e que a contribuição dessas pessoas vai brotando. Mas não é através da primeira-dama de Estado que essa iniciativa se efetiva, a menos que ela tenha cabeça suficientemente esclarecedora para aproveitar a experiência, o conhecimento, a vivência dessas pessoas (entrevista concedida em agosto de 1997).

A cidadania como direito remonta aos primórdios de algumas sociedades, como, por exemplo, a grega e a romana, nas quais havia privilégios e direitos restritos a determinadas classes ou grupos sociais.

Entretanto, deve-se examinar que a demarcação da luta pela cidadania plena, ou seja, enquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais, efetivada dentro da sociedade moderna, ou melhor, dentro das sociedades capitalistas, nas quais as classes sociais se antagonizam mais nitidamente marcando, dessa forma, a conquista e a ampliação dos direitos no processo da ação política das organizações sindicais e dos movimentos sociais.

No Brasil, os serviços sociais são, muitas vezes, motivo de exclusão, quando se dirigem a alguns cidadãos restritos aos que trabalham com contrato assinado, ficando de fora milhares de pessoas que trabalham no mercado informal e as que são colocadas na situação do desemprego. Isto é, as excluídas por processos como o de reestruturação produtiva em curso na contemporaneidade. Ao que parece, os excluídos sociais buscam atualmente construir uma base de solidariedade em seu próprio meio, apontando para uma identidade, ser construída no processo educativo de formação da consciência.

Na verdade, a cidadania pressupõe a consciência de si, enquanto expressão individual do ser social, e pressupõe a consciência de classe, a qual é definida ideologicamente e que faz com que os indivíduos se percebam como sujeitos sociais resultantes das mes-

mas condições históricas. Em geral, as classes sociais possuem representações que denotam suas características peculiares no seio da sociedade. Martins (1996, p. 94), tomando por base os estudos das representações sociais em Lefebvre, enfatiza que as representações sociais são “a imagem que um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. Assim sendo, a representação como um produto de um determinado processo social está referida à problemática da dominação e exploração”.

Disso se deduz que a identidade que os segmentos excluídos constroem a partir de laços específicos de solidariedade, pode ser percebida como um novo redimensionamento das representações sociais da classe trabalhadora impulsionado pelas determinações históricas. Segundo Lefebvre (1991, p. 98), há “deslocamento, deterioração de símbolos, escorregamento geral em direção ao sinal e às ligações sintagmáticas, em detrimento tanto do simbolismo quanto das oposições”.

Assim, os excluídos pela reestruturação produtiva e por outros fatores de desemprego deverão empreender uma luta política em torno dos seus direitos, a partir de novas formas e estratégias diferentes das formas tradicionais de enfrentamento com o Estado. No presente, mais precisamente a partir da década de 1990, está posta fundamentalmente a defesa à vida, isto é, o direito à vida como princípio elementar, com o qual o Estado deverá assumir, inexoravelmente, o ônus mínimo. Trata-se, na verdade, de um direito de soberania, de proteção social, sob pena de o Estado perder totalmente sua ética, punindo com a “pena de morte da fome e da miséria” parcela significativa dos cidadãos brasileiros. Isso significa dizer que, longe de ser propriedade do governo, os excluídos sociais são sujeitos coletivos, que possuem identidade própria a partir das representações sociais que eles elegem para si no curso da história.

A propósito das representações sociais que a classe dominante possui das classes subalternas, pode-se verificar, no depoimento da absoluta maioria das assistentes sociais ouvidas, que se trata de uma imagem coisificada, de depreciação e com baixo significado ético, conforme assinala uma das entrevistadas: “as primeiras-damas possuem aquela ideia de que o carente, o necessitado é uma pro-

priedade do governo que ele deve ser ‘beneficiado’ pelos recursos públicos” (entrevista concedida em agosto de 1997). E continua afirmando que:

O carente não é absolutamente um pedinte, nós sabemos, mas elas chegam a essa posição achando que o carente, o necessitado, o desvalido, o espoliado é uma pessoa para ser aquinhoada com algo que não lhe pertence. E não é o caso. O carente é tão dono das coisas quanto eu, você ou a primeira-dama (entrevista concedida em agosto de 1997).

Essa imagem que as primeiras-damas têm dos usuários de serviços sociais produz um estado de inversão da cidadania, um processo de passividade e de letargia em alguns segmentos subalternizados. É assim que os dominantes, mediante a representação, podem, sem mentir, passar uma imagem que perpetua a dominação (cf. MARTINS, 1996).

Segundo o depoimento de uma das assistentes sociais ouvidas, “em geral todas as primeiras-damas têm esse perfil, exceto uma que possuía o preparo para a cidadania” (entrevista concedida em agosto de 1997).

Essa exceção diz respeito à ex-primeira-dama Amine Lindoso, a qual ao nosso ver, também não considerou e/ou facilitou em sua prática social o exercício da cidadania aos segmentos subalternizados. Entretanto, não é isso o que percebemos no depoimento de umas das profissionais ouvidas, como podemos conferir: “acredito que tenha sido um trabalho despretenso, realmente por amor, porque gostava de ajudar a pobreza [...] o caso de Dona Amine Lindoso, que agia mais pelo lado caritativo [...], de amor ao próximo” (entrevista concedida por uma assistente social em agosto de 1997).

Como podemos perceber, o estilo de Dona Amine Lindoso, centrado na concepção caritativa de amor ao próximo, reflete no imaginário de nossa entrevistada. Poder-se-ia dizer que o seu depoimento revela aspectos culturais que historicamente marcaram a profissão de serviço social. Dito de outra forma, os aspectos de missão e de serviço, no sentido de doar-se a causas humanitárias, fazem parte do campo de representação do próprio serviço social. Disso decorre a importância que se traduz no plano cultural, sobretudo no plano

das representações sociais da profissão de serviço social, que não diferem muito das de Dona Amine, que possui uma formação cristã ideologicamente bem definida encontrando nos cânones católicos a sua fundamentação, realizou.

É importante destacar que a Igreja, desde a década de 1930 até as décadas de 1960 e 1970, preocupava-se em preparar moças e senhoras para atuarem na área social, tendo por base a Doutrina Social da Igreja que teve no Movimento da Ação Católica o seu pleno desenvolvimento. De acordo com Aguiar (1982, p. 23), “a preocupação de formação da Ação Católica centrar-se-á nas elites. Na medida em que estiverem preparadas, serão capazes de influenciar na vida social”.

Também deve-se notar que o serviço social possui no seu nascedouro raízes cristãs bem definidas. Em face da filiação dessa profissão aos cânones da Igreja, paira sobre ela uma certa “mística vocacional”. A ideia de servir ou de assistir ao outro esteve presente historicamente no desempenho da prática profissional. Louro (1995, p. 14) lembra que “a ênfase na atitude é buscada, o discurso da doação está presente muitas vezes explicitado na ideia de ‘ajudar’ ou assistir os outros”.

Também Pena (1988), considera que ao criar determinadas profissões, como as de enfermagem, magistério, e serviço social, a sociedade capitalista aproveita os mesmos valores tradicionalmente atribuídos à mulher para utilizar essa mão-de-obra, que levaria consigo as determinações do seu sexo. Talvez isso explique a concepção ingênua que algumas assistentes sociais possuem acerca dos papéis de primeira-dama, considerando-os como algo “despretensioso, que trabalha por amor”, dentre outros elementos presentes nos seus discursos.

Não obstante, é preciso dizer que Dona Amine Lindoso desempenhou com efetividade o seu papel de primeira-dama no âmbito do voluntariado e da ação social e:

De certa forma, o trabalho dessa primeira-dama favoreceu a posição política do seu marido. Muitas vezes aconteceu de a primeira-dama assumir politicamente a função social do Estado, o que, na minha opinião, não deveria acontecer (entrevista concedida por uma assistente social em agosto de 1997).

Como já evidenciamos, Dona Amine Lindoso desempenhou efetivamente as atividades de responsabilidade do Estado no âmbito da proteção social sem assumir qualquer Secretaria de Estado ou cargo governamental. Ela efetivou a prática social dentro do espírito filantrópico, dando impulso e racionalidade ao voluntariado, que incluía senhoras da sociedade, agentes comunitários e membros do empresariado amazonense. Contava, sobretudo, com uma equipe de profissionais assistentes sociais que contribuía para a organização dos serviços sociais repassados pela Central de Voluntários do Amazonas e pela Setrass, à época dirigida por uma assistente social, conforme assinalado anteriormente.

Destaque-se, nesse sentido, a importância do trabalho dessa ex-primeira-dama para as assistentes sociais ouvidas, as quais são unânimes em afirmar que Dona Amine organizou o voluntariado no Estado do Amazonas. É importante atentar para o fato de que todas elas afirmaram que os papéis de primeira-dama possuem forte significado político de apoio ao marido governante. No entanto, em se tratando de Dona Amine Lindoso, esse apoio era mais discreto e velado. Talvez isso se deva ao perfil humanitário que balizou as suas ações ou “por ser mais esclarecida, mais interessada, por isso avançou mais” (entrevista concedida por uma assistente social em agosto de 1997). De acordo com Pesavento (1995, p. 18), “o discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estatísticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade”.

Por outro lado, as outras ex-primeiras-damas, Dona Antonieta Mestrinho e Dona Maria Emília, assumem uma postura bem explícita frente ao poder local. A primeira teve participação menos arrojada na ação social, no sentido de não se expor demasiadamente ao público, fato que pode ser perfeitamente compreensível em face das relações complicadas do seu matrimônio com o governador Gilberto Mestrinho.

Entretanto, se Dona Antonieta Mestrinho desempenhava o papel de primeira-dama de forma mais reservada e “mais por obrigação”, como sugere uma das profissionais ouvidas, Dona Maria Emília

o desempenhou de forma arrojada e com forte cunho populista. De acordo com o depoimento de uma das profissionais entrevistadas:

Dona Maria Emília assume quase que uma tradição do governo Gilberto Mestrinho no que tange ao populismo da “doação” de brinquedos, doação de passagens até mesmo para a Disney, que ela fez pelos seus conhecimentos com os empresários (entrevista concedida em agosto de 1997).

Na verdade, a política assistencialista assume um espectro de degradação com Dona Maria Emília. É possível que, no seu imaginário social, pairasse uma ideia de “esmola social” em relação à prática da assistência. Trata os usuários dos serviços sociais como uma excrescência social, uma espécie de “massa inválida” que se materializa em “inadaptados sociais” e “pedintes” mendigando as sobras da sociedade.

Conforme assinala uma das profissionais que fizeram parte da pesquisa:

As “doações” que Dona Maria Emília fazia aos pobres, como de aparelhos auditivos e de cadeiras de roda, soavam como favor. Não havia uma consciência crítica em saber que o que ela estava “doando” era mais que um direito deles. Ao contrário, ela achava que estava fazendo uma caridade, uma bondade, e nunca que o povo tinha esse direito. Tanto é que, quando há reeleição, sempre há bilhetinhos, cartinhas lembrando aos usuários que fez aquela caridade (entrevista concedida em agosto de 1997).

Esse tipo de encaminhamento dado à ação social no Estado do Amazonas não só desqualifica o significado da assistência social como dever do Estado, como também promove a depreciação da pessoa humana, atingindo algo da maior importância na vida do ser social que é a sua dignidade e identidade social. De acordo com Pesavento (1995, p. 23):

Estar-se-ia, pois, diante de um novo ingrediente: o da manipulação, que jogaria com os sonhos coletivos e com as forças da tradição [...]. São posições maniqueístas que, inclusive, reduzem a complexidade do contexto social e a riqueza das representações possíveis que ele comporta.

A bem da verdade, o governador Gilberto Mestrinho delega a Dona Maria Emília todo o encaminhamento da promoção so-

cial, instituindo-a como secretária de Estado da Ação Social. Logo nos primeiros meses de atuação nessa Secretaria, Dona Maria Emília Mestrinho:

Conseguiu a proeza de sair do anonimato, passar por cima do título e transformar-se em uma das mulheres mais populares da capital. Por causa do penteado e do trabalho que realiza com crianças e idosos, chegou a ser comparada à imortal Evita Perón, da Argentina, que na década de 40 se tornou tão popular quanto o marido, o general Juan Domingues Perón (*A Crítica*, 9 fev. 1992).

Além do estilo populista dessa primeira-dama, fundado no carisma e na persuasão das práticas demagógicas e paternalista que desenvolvia, havia uma nuance do seu imaginário que merece atenção. Essa vinculação feita pela mídia de Dona Maria Emília com a ex-primeira-dama da Argentina Evita Perón comporta grande significado simbólico, em que o “símbolo se expressa por uma imagem, que é seu componente espacial, e por um sentido, que se reporta a um significado para além da representação explícita ou sensível” (PESAVENTO, 1995, p. 22).

É possível que o imaginário social de Dona Maria Emília registrasse a imagem de Evita como uma mulher poderosa, decidida, de ações enérgicas e que, por isso, teve grande participação e importância ao governo argentino. Destaque-se que, no caso argentino, tratou-se de uma relação de poder densa, não ausente de críticas, já que Evita conseguiu quebrar todas as convenções sociais dos papéis ditos “femininos” e que não se aplica a ela o chavão de que “por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher”. Talvez, em seu caso, tenha ocorrido o contrário, uma vez que Evita conseguiu sobrepor-se à figura do governante Juan Perón. Segundo Rubin (1997, p. 4):

A chave para a estratégia das mulheres é compreender o poder dos opostos [...]. A fraqueza aparece quando você acredita que não pode ser ao mesmo tempo uma mulher amorosa e uma guerreira. Isso é uma tremenda bobagem. As grandes guerreiras sabem que a violência é aliada do amor; o confronto é aliado da paz; a bravura é aliada da vulnerabilidade.

Isso indica que as relações de gênero estão permeadas por relações de poder em vários sentidos, quer pelo fato de algumas mu-

lheres contribuírem para o prestígio e poder político dos homens, quer pela conquista de poderes próprios, como, por exemplo, aqueles que se conquistam no interregno de sua prática social. As primeiras-damas, por exemplo, a despeito de vincularem suas ações ao poder político local “sempre evidenciando as ações do marido, que a gente sabe que não são lá totalmente verdadeiras” (entrevista concedida por uma profissional em agosto de 1997), acabam construindo relações de poder que concorrem, em muitos casos, para torná-las mais populares que os seus próprios maridos. Segundo o depoimento de umas das assistentes sociais ouvidas:

Se a Dona Amine Lindoso tivesse se candidatado e não o seu marido, se Dona Maria Emília tivesse se candidatado e não o marido, com certeza elas teriam vencido as eleições. Nesse aspecto político, o desempenho delas foi muito bom, apesar de não terem desenvolvido um trabalho com consciência social (entrevista concedida em agosto de 1997).

Disso se deduz que, na visão dessas assistentes sociais, as primeiras-damas constituíram fundamental importância para o poder político local. Consideram também que o seu trabalho poderia até possuir significação social⁴⁹, não fosse o caráter de dominação do Estado paternalista que a assistência social assumiu nas atividades que elas desenvolviam.

Dever-se-ia dizer que, para as assistentes sociais que participaram da pesquisa, subjaz no imaginário e na prática objetiva das primeiras-damas uma ideia deturpada da assistência social. Supõe-se que, longe de serem percebidas por elas como políticas de responsabilidade do Estado, não só a assistência social mas todas as políticas de proteção social eram vistas sob a ideologia do favor e da filantropia, quando, na verdade, o repasse desses serviços deveria revestir-se de uma significação educativa voltada à facilitação de espaços de busca da cidadania por parte dos usuários dos serviços sociais.

Finalmente, é preciso reconhecer que a percepção das assistentes sociais quanto à representação de papéis das primeiras-damas

49 Na avaliação de uma assistente social que participou da pesquisa, “estes trabalhos poderiam ser de grande significação, mas na verdade o papel de primeira-dama é desempenhado mais por obrigação e sempre superficialmente, embora às vezes com grande publicidade” (entrevista concedida em agosto de 1997).

em Manaus tem por base a visão de mundo que essas profissionais possuem, associada à formação que receberam e a que vivenciaram com as primeiras-damas. Todas as profissionais entrevistadas afirmaram que as primeiras-damas demonstravam grande respeito ao trabalho das assistentes sociais, materializado em uma relação funcional respeitosa e cordial para com elas, confirmando o que Karsch (1989) chama de prestígio profissional do assistente social nas instituições em que trabalha.

Disso se conclui que a prática profissional do assistente social deve ser marcada por uma consciência social e uma formação específica, que lhe autorize pronunciar-se com autoridade sobre algum assunto objeto de sua atuação profissional.

Neste trabalho, as profissionais que participaram da amostra da pesquisa posicionaram-se sobre a assistência social e sobre os papéis das primeiras-damas que atuaram nesse âmbito. A colocação que fizeram quanto ao assunto foi clara e bem definida: a assistência social é uma política pública de pouca visibilidade neste país e que, de modo geral, em função da ausência de diretrizes sociais bem definidas pelo Estado brasileiro, acaba acontecendo uma prática social fundada no voluntariado e na ação benevolente de pessoas que mantêm relações com o poder político, como é o caso das mulheres primeiras-damas.

Considerações finais

Um dos grandes desafios atuais para as ciências sociais é explicar e/ou compreender a complexa sociedade contemporânea, marcada por grandes transformações no âmbito da economia, da política e da cultura, remetendo para uma releitura da realidade histórica.

Trata-se de um momento histórico de múltiplas facetas, não livre de paradoxos, que se materializa no campo científico mediante uma expressiva variedade de conceitos. Alguns deles dizem respeito à emergência de novas formas de relações sociais.

Poder-se-ia dizer que emerge, na contemporaneidade, uma nova ontologia ou uma nova concepção do ser social. Essa ontologia funda-se na perspectiva da realidade como criação humana, em que se impõe a necessidade de uma articulação entre o mundo objetivo, da materialidade histórica e dos condicionamentos sociais, e o mundo subjetivo, da sensibilidade, da emoção, da intuição e das representações do imaginário; das relações de gênero, como categoria de conhecimento que estuda as relações entre homens e mulheres dentro de um processo maior das relações sociais, e o mundo subjetivo da sensibilidade, da emoção, da intuição e das representações do imaginário.

Esses estudos têm passado por um redimensionamento epistemológico, desde a década de 1960, em todo o Brasil.

O processo de construção do gênero na atualidade não consiste simplesmente em um processo de oposição entre os sexos. A perspectiva de gênero que adotamos neste trabalho não indica que essa categoria seja percebida como substitutivo do termo “mulher”. Ficou claro, em primeiro lugar, que o gênero envolve uma gama de elementos culturais, cujas representações do mundo objetivo e do imaginário social se fazem notar no cotidiano dos atores sociais que desempenham papéis sociais.

Portanto, adotar uma perspectiva de gênero implica perceber um conjunto de elementos que envolve divisão social do traba-

lho, relações entre os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres, relações de poder e as relações sociais que se efetivam no âmbito da cultura e das representações simbólicas. Em última análise, significa compreender os papéis sociais dentro de relações e de processos, dentro da assimetria de gênero, procurando perceber o impacto dessas relações.

No caso específico do nosso estudo, as relações de gênero aparecem permeadas por relações de poder e pelas representações subjetivas do mundo imaginário, cuja simbologia e abstrações transcendem a mera representação dos papéis sociais.

Ao que nos parece, as imagens são formas pelas quais os sujeitos sociais percebem a vida social, o outro e a realidade fenomênica. Isto é, são representações que se constroem no cotidiano desses sujeitos e que passam a fazer parte do seu mundo imaginário, atendendo a um processo de dinamicidade, no sentido de que essas representações modificam-se no curso da história.

A representação de papéis sociais de primeira-dama envolve uma dimensão simbólica que evoca valores cristãos, a figura do líder carismático e concepções de gênero fundadas na cultura do patriarcado.

A imagem que se constrói das mulheres primeiras-damas remonta a uma mística fundada em valores ditos “femininos” como a caridade, a bondade, a sensibilidade, o amor materno, o que produz no imaginário social a ideia de que as esposas de governantes são mulheres abnegadas, generosas e que trabalham por amor.

Esse tipo de percepção traduz-se em uma simbologia da caridade evangélica, que se efetiva em atos de solidariedade humana e de espírito cristão. Nesse sentido, o poder político com o qual as primeiras-damas mantêm relações também passa a ser visto sob o aspecto da bondade. Assim, a imagem que se produz da primeira-dama no imaginário coletivo pode vir a ser instrumento de constituição de poderes próprios e de legitimidade do poder constituído.

A nossa pesquisa indica que a representação dos papéis sociais de primeiras-damas, está estritamente relacionada ao poder estatal local. Nesse processo, procuramos desmistificar a concepção

de que as primeiras-damas são todas mulheres simplesmente instrumentalizadas pelo poder local e, ainda, desmistificamos a imagem da mulher passiva e subserviente ao homem, o que deveria apontar para a construção da identidade social dessas mulheres.

O nosso estudo demonstra também que a identidade social das primeiras-damas começa a ser construída tendo como questão de fundo as atividades assistencialistas que historicamente elas desenvolveram no Brasil. Essas atividades são realizadas dentro de instituições de Bem-Estar Social criadas especialmente para elas, como é o caso da Legião Brasileira de Assistência – LBA, e de outras instituições filantrópicas.

Em nível nacional, Dona Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas, vai ser a pioneira do primeiro-damismo na década de 1940, ocasião em que a assistência social passa a ser desenvolvida no aparato institucional da LBA.

Com o surgimento das primeiras instituições sociais, inicia-se o processo de regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil que, nessa época, já contava com três Escolas de formação profissional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas.

No Amazonas, a atuação das primeiras-damas acontece, de fato, a partir da década de 1950, com Dona Nazaré Coêlho, esposa do então governador Plínio Coêlho que governou o Estado no período de 1955 a 1958. As primeiras atividades assistências são desenvolvidas no âmbito do Projeto LBA e dirigem-se a atender as camadas subalternizadas acometidas por endemias e outros tipos de doenças. Portanto, são atividades desenvolvidas no âmbito da assistência à saúde, aspecto também observado em outras regiões do país.

Mas é com Dona Amine Daou Lindoso, esposa do governador José Berbardino Lindoso que governou o Amazonas no período de 1979 a 1983, que o primeiro-damismo toma grande impulso. A sua atuação na Central de Voluntários redefine os rumos da filantropia e do voluntariado no Estado. A nossa pesquisa indica que, nesse período, as ações assistenciais da primeira-dama no âmbito do voluntariado possuem maior organização e racionalidade, pois além dos agentes do voluntariado havia um bom número de profissionais de Serviço Social que integrava a equipe.

Observamos que, para Dona Amine Lindoso, a sua atuação na realidade social representa uma missão, isto é, algo que ela toma para si como um dever de ordem cristã, o que denota uma consciência religiosa aguçada no que concerne à caridade aos necessitados.

Entretanto, a nossa pesquisa revela que as atividades desenvolvidas por Dona Amine Lindoso, no âmbito do voluntariado amazonense, não podem ser vistas como simples participação “humanitária” na realidade social. Na verdade, Dona Amine assume as demandas que se colocavam ao poder local no âmbito da assistência social. Em outras palavras, ela assume a responsabilidade do Estado no que diz respeito à ação social, o que determina a sua efetiva participação nos rumos da cidade e do Estado.

Também as outras ex-primeiras-damas amostradas tiveram efetiva participação no âmbito da ação social neste Estado, ainda que de forma diferenciada e com estilos também diferenciados. Dona Antonieta Mestrinho possui estilo simples e reservado, com um comportamento mais retraído frente às decisões do marido e mesmo frente às atividades sociais, haja vista as vicissitudes do seu casamento com o então governador Gilberto Mestrinho. Por outro lado, Dona Maria Emília lança-se nas atividades assistenciais de forma intensa, arrojada, com um estilo populista que evoca a figura de Evita Perón, ex-primeira-dama da Argentina nos anos 1940.

Os fatos revelam que o paternalismo de Estado, implementado no Amazonas pelas primeiras-damas, tem o seu auge com Dona Maria Emília. Destaque-se o fato de que, nesse período, o assistencialismo assume uma característica de dependência dos usuários dos serviços sociais frente ao Estado bem mais ostensiva, sem quaisquer nexos educativos, diferente do período de Dona Amine Lindoso em que as atividades assistenciais, ainda que não possuíssem cunho educativo que remetesse para o horizonte da cidadania, não deixavam de ter um nexo religioso bem definido.

Dito de outra forma, com Dona Maria Emília, há uma tendência à depreciação da figura do usuário bem mais evidente do que em períodos passados. Os usuários dos serviços sociais são tratados como seres, “incapazes”, desprovidos de tudo, inclusive de conheci-

mentos. Por isso, precisam ser ajudados e “agraciados” pela caridade dos empresários. Ora, os usuários são sujeitos de direitos e deveres, cabendo ao Estado a responsabilidade do repasse dos serviços e aos usuários o cumprimento dos seus deveres de cidadãos. Porém, o que observamos é que o primeiro se exime dos seus deveres, transferindo parte de suas responsabilidades no âmbito da assistência social às instituições filantrópicas e ao voluntariado dirigido pelas primeiras-damas.

Esse tipo de procedimento assistencialista-autoritário adotado no repasse da assistência social acaba por produzir uma imagem de Dona Maria Emília como “mãe dos pobres”, denotando uma nuance do processo de alienação desencadeado com suas atividades sociais.

A emoção com que Dona Maria Emília fala dessas atividades como se representasse uma opção de vida, evidenciada na frase “trabalho por amor”, veiculada nos *outdoors* da cidade, demonstra a forma pela qual ela se percebe no desempenho do papel de primeira-dama. Ao que nos parece, ela se vê como um ser “abnegado”, isto é, quer demonstrar que existe uma espécie de doação de sua pessoa a esse tipo de trabalho, querendo repassar a ideia de total interesse pelas causas populares. Em outras palavras, busca evocar um sentimento nobre, “despretensioso” e com uma carga de publicidade bem acentuada, buscando fazer opinião em torno de sua pessoa, fato que se concretiza logo nos primeiros meses de sua atuação.

Essa aceitação popular é muito importante para Dona Maria Emília, pois ela vai centrar esforços para que a sociedade amazonense a reconheça como esposa de Gilberto Mestrinho, já que por 25 anos ela foi obrigada a permanecer no silêncio pelo fato de não ser a sua esposa oficial, situação que incomodava muita gente e que não era bem vista pelos setores conservadores da cidade de Manaus.

Em todo o mundo, as mulheres enfrentam obstáculos estruturais, restrições legais, sociais e culturais que se traduzem em discriminação e subordinação. Talvez, no caso de Dona Maria Emília, não se trate exatamente de uma subordinação aos cânones sociais

que impõem restrições legais à sua condição. É possível supor que se trate de um aspecto político, que envolve a necessidade do governante não poder desvencilhar-se de sua esposa e de seus filhos, em função da sua carreira política.

Por outro lado, enquanto ser mulher, Dona Maria Emília possui um comportamento bem definido e determinado, que não lhe permite deixar-se dominar pelo marido. Ficou claro que, enquanto ser político, ela se submete às decisões do governante maior, que também é o patriarca do seu grupo político, mas no que tange às suas relações da vida privada ela busca manter-se em condições de igualdade com o marido.

De modo geral, a pesquisa indica que as mulheres primeiras-damas constroem poderes próprios junto às classes subalternas, uma espécie de micropoderes que vão conquistando no desempenho de seus papéis sociais e nas relações que travam com os usuários dos serviços sociais. Os dados revelam que em alguns casos as mulheres primeiras-damas possuem mais popularidade do que o marido governante, fato que contribui significativamente para o reconhecimento do governo junto às classes subalternas.

Quanto à percepção das assistentes sociais com relação ao desempenho de papéis das primeiras-damas, a pesquisa revela que as suas atividades assistenciais acabam dando legitimidade ao poder estatal local, em que a assistência social, longe de ser uma política pública, é associada à benesse dos governantes, sendo conduzida sob as velhas práticas paternalistas que ensejaram a institucionalização da atuação das primeiras-damas no Brasil.

Para as assistentes sociais que participaram da pesquisa, torna-se mister que a assistência social seja conduzida com organização e racionalidade, evitando as improvisações e descontinuidades no repasse desse serviço. Algumas primeiras-damas não possuem bom preparo para realizar esse tipo de trabalho, salvo raríssimas exceções. Na verdade, há uma preocupação por parte dessas profissionais no sentido de que a assistência social seja tratada para além da ideologia do favoritismo e que o Estado assuma o ônus dessa política pública.

Fundamentalmente, a nossa pesquisa revela que, para essas profissionais, os papéis de primeira-dama estão visceralmente

relacionados ao poder político, no sentido de que as atividades assistencialistas tornam mais visíveis os propósitos políticos do governo, promovendo-o junto às classes subalternas. Daí que para esse coletivo de profissionais torna-se mister que o primeiro-damismo construa uma consciência social que perceba os usuários dos serviços sociais como sujeitos históricos, como cidadãos de direitos, reconhecendo a sua organização política, imprimindo à assistência social o estatuto de política pública, como prevê a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

É nesse âmbito que devemos entender a assistência social, enquanto expressão de direitos dos cidadãos, concebida a partir de diretrizes que venham a favorecer a busca da cidadania por parte das classes subalternas, em que o aspecto educativo seja o princípio fundante da ação política desses segmentos sociais.

Referências

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez/Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.
- ALEMBERT, Zuleika. *Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1980.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: Edunb, 1993.
- ALMEIDA, Carla Cristina Lima. O gênero nas práticas profissionais da educação. *Cadernos em Pauta*, Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- ALVARES, M. Luzia Miranda. *Saias e ligas: construindo imagens e lutas (Um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910-1937)*, Belém, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao NAEA).
- ANDERSON, Margareth L. *Thinking about women: sociological perspectives on sex and gender*. 3. ed. Nova York: Macmillan, 1993.
- ANDRADE, Regis de C. Política social e normalização institucional no Brasil. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BEAUVIOR, Simone de. *O Segundo sexo: a experiência vivida*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELLOTI, Elena Giogni. *Educar para a submissão*. Trad. Sphaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BIGO, Pierre & Ávila, Fernando Bastos de. *Fé cristã e compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992a.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992b.

BONACCHI, Gabriela & GROPPI Lima Cruz (coord.). *A construção da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, Organização e Seleção. Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 36. São Paulo: Cortez, 1991.

BREJON, Moisés. *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Pioneira, 1983.

CARVALHO, Sônia Marise Salles. *Casa-caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares*. Rio Grande do Norte, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Trad. Guy Reymaaund; ver técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena. Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. IN: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CERQUEIRA, Gisálio. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAGAS, Jocilene. *A imprensa constrói um nono mito para o Amazonas*. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Comunicação Social da UA, Manaus, 1992. (Mimeo).

COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma ques-*

tão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa do Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Carlos. *O caminhão não percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus*. Manaus: Imprensa Oficial, 1996.

COSTA, Luís César Amad & MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil-colônia*. Rio de Janeiro: Edunb, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história, *Revista Brasileira de História*, v. 114. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1983.

ENGELS, Friedrich & KARL, Marx. *Manifesto Comunista*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ESTEVÃO, Ana Maria R. *O que é serviço social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

FALCÃO, M. do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. *Revista Serviço Social & Sociedade* n. 33. São Paulo: Cortez, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Paris: Galimart, 1969.

_____. *Microfísica do poder*. Edição, organização e Trad. de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993a.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalto. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993b.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (coords.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempos, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GENOVESI, Giovanni. A historiografia da educação hoje: tendências e problemas. *Revista Educação & Sociedade*, n. 54. Campinas: Papirus, 1996.

GERMANO, José Willigton. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GODELIER, Maurice. *As relações homem-mulher: os problemas da dominação masculina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Cartas do cárcere*. Seleção e trad. Noêmio Spínola. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUEIROS, Maria José Galvão. *Serviço social e cidadania*. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

_____. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IANNI, Octávio. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBANEZ, T. Construccinismo y psicología. *Revista Interamericana de Psicología*, n. 28. Austin: Sociedad Interamericana de Psicología, 1993.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais, *Textos em Representações Sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

KARSCH, Ursula M. Simon, *O serviço social na era dos serviços*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

KOWARICK, Lúcio. Processo de desenvolvimento do estado na América Latina e políticas sociais. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 17. São Paulo: Cortez, 1985.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e relações de gênero. *Em pauta, Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, n. 5. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

_____. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Senzala, 1974.

LUZ, Madel T. *Instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ACHADO, Lia Zanatta. Feminismo, academia e interdisciplinariedade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MAIA, Álvaro Botelho. *Nas barras do pretório*. Manaus: Sérgio Cardoso e Companhia das Letras, editores, 1958.

MARIETTI, Angele Kremer. *A ética*. Campinas: Papirus, 1989.

MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich & LÊNIN, Vladimir. *Sobre a mulher*. Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. *A criação da escola de serviço social de Manaus*. Rio de Janeiro, 1986. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ).

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22. São Paulo, 1988.

PAIXÃO, Márcia Calhes. Assistência Social na atual conjuntura, *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 36. São Paulo: Cortez, 1991.

PASSOS, Elizete. *A faculdade de filosofia e a construção da identidade de gênero*. In: ÁLVARES, M. Luzia Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: cejup, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradutor: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva; Holon, 1977.

PENA, Maria Valéria Junho. A mulher trabalhadora. In: CARVALHO, Nancy Valadores (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do *welfare state*: a particularidade da assistência social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: ima-

ginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995.

PESSOA, Mariene Soares. *Eleições de 1954 no Amazonas: o apoio dos segmentos populares à candidatura de Plínio Coêlho ao governo do Estado*. Manaus: mimeo, 1993. (Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de História da UA).

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Trad. Sérgio Miliete. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1992.

RUBIN, Harriet. *A princesa: Maquiavel para mulheres*. Trad. Flávia Beatriz Rossier. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Carlos Chagas, 1992.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Eloína Monteiro. *Uma liderança política cabocla*. São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da USP).

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, ideologia e contraideologia*. São Paulo: EPU, 1982.

SCHERER, Elenize Faria. *Assistência aos desassistidos manauaras*. São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP).

_____. Friedman e a refilantropização das Políticas Sociais, *Revista da Universidade do Amazonas*. Série Ciências Humanas, v. 3, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and politics of history*. Nova York: Colúmbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: 1991. (Mimeo).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et alii. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Cidadania e comunidade solidária. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 48. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os direitos dos (des)assistidos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A assistência social no governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 47. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (coord.). *A construção da cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

VALLE, Geraldo Jorge Tupinambá. *Os rumos incertos do boto-tucuxi; curso e discurso de um político da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1996. (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFRJ).

VARIKÁS, Eleni. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 3. Campinas: Unicamp, 1994.

VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes*. 3. ed. São Paulo: Santuário, 1975.

VIEIRA, Pinto. *A ciência e a existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Globalização, precarização das relações*

de trabalho e seguridade social. *Revista Serviço & Sociedade*, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.

Documentos consultados

- Ata do Tribunal Regional Eleitoral. Livro 12, 1954.
- *Cartilha da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Assistência Social e Cidadania. Ministério do Bem-Estar Social et alii. Brasília, 1993.
- *A Crítica*. Manaus, 1992 (jornal).
- Mensagem do governador Gilberto Mestrinho à Assembleia Legislativa em 16 mar. 1959.
- *O Jornal*. Manaus, 1953.
- *Relatório de Atividades da Central de Voluntários do Amazonas*. Manaus, 1981.

Este livro trata do papel social de mulheres Primeiras-Damas. O ponto de vista privilegiado é o das relações de gênero, categoria relacional que envolve a forma como homens e mulheres se relacionam na sociedade. Neste estudo, que tem como campo empírico o Estado do Amazonas, a perspectiva de gênero implica dimensões simbólicas e relações de poder ligadas à identidade social e à institucionalização do primeiro-damismo no Brasil.

A figura da mulher primeira-dama mostra-se, ao longo destas páginas, num processo de construção de poderes próprios, no âmbito de ações da assistência social junto aos usuários de serviços sociais públicos. O assistencialismo e a benesse, contrapontos da assistência social como direito de cidadãos, assumem centralidade nesse processo, em que as classes subalternas, tratadas como dependentes, não superam sua condição de necessitadas e subalternizadas.

Em síntese, a pesquisa nos mostra como as atividades assistenciais desenvolvidas pelas primeiras-damas, com o apoio de instituições filantrópicas e do trabalho do voluntariado, acabam por produzir uma assistência social que confere legitimidade ao poder estatal local e em nada contribui para conferir a seus usuários qualquer protagonismo cidadão.

Maria Carmelita Yazbek



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS



ISBN - 978-85-5467-118-1



9 788554 671181